

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TAINARA ADRIANA DA SILVA

**A REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NEGRA NO SERVIÇO
SOCIAL: TRAJETÓRIA DE VIDA DE TRÊS ASSISTENTES SOCIAIS
NEGRAS DE VOLTA REDONDA - RJ**

VOLTA REDONDA

2019

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**A REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NEGRA NO SERVIÇO
SOCIAL: TRAJETÓRIA DE VIDA DE TRÊS ASSISTENTES SOCIAIS
NEGRAS DE VOLTA REDONDA - RJ**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social do UniFOA como requisito à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aluno:

Tainara Adriana da Silva

Orientador:

Prof. Dra. Daniele Ribeiro do Val de Oliveira
Lima Santa Bárbara

VOLTA REDONDA

2019



FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso intitulado:

A REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NEGRA NO SERVIÇO SOCIAL: TRAJETÓRIA DE VIDA DE TRÊS ASSISTENTES SOCIAIS NEGRAS DE VOLTA REDONDA – RJ

Acadêmica: TAINARA ADRIANA DA SILVA
Maticula: 201600509

Apresentado publicamente perante a Banca Avaliadora, como parte dos requisitos para conclusão do Curso de Serviço Social.

Aprovada em 29 de novembro de 2019.

Banca Avaliadora:

Professora Orientadora Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Barbara - Doutora – UniFOA

Professora Avaliadora Mônica Santos Barison – Doutora - UniFOA

Professora Avaliadora Karin Alves do Amaral Essobar - Mestre – UniFOA

"Somos mães, amantes e carentes.

Trabalhadoras anônimas, mulheres negras.

Professoras, domésticas, faxineiras, serventes,

Somos mulheres negras carentes.

De amor, carinho e respeito:

De uma sociedade discriminatória

Mulher negra, negra mulher.

Objeto sexual, sexualidade natural

Condenada pela sociedade, prostituta social.

Defensora da família, da saúde e da justiça,

Do seu povo, de duas ideias, de seus sonhos;

Mulher negra, negra mulher

Dos navios negreiros, ao senado,

Ao doutorado, ao mestrado,

Jornalistas, juízas, advogadas, politizadas.

É chegada a hora mulheres guerreiras,

Dândaras, ocupemos os espaços.

Somos mulheres negras, fortes, dedicadas, arrojadas

Quatro vezes discriminadas:

Pôr ser mulher, pôr ser negra, pôr ser pobre e defender o seu espaço.

Lutemos pôr nosso ideal de desigualdade e justiça social.

Mulher negra, negra mulher".

(Neuza Maria Marcondes, Grupo de Educadores Negros - APEOESP - ABREVIDA, MNU e Grupo Cultural Afro II, 1998)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a quem tem me sustentado e me mantido de pé, Deus! Sem Ele eu não poderia chegar até aqui. Ele firmou meus passos, me sustentou nos dias de tristeza e fortificou-me quando pensei em desistir.

Agradeço aos meus pais e ao meu irmão que me deram todo apoio durante esse complexo período.

Agradeço às amigas que ganhei na faculdade, em especial a IsaMara e Camila que foram grandes exemplos de força e determinação.

Agradeço a Myriam por todo o carinho e palavras de ânimo.

Agradeço a minha querida orientadora Daniele do Val, pela paciência e apoio, sem ela, essa pesquisa não aconteceria, um grande exemplo de profissional.

Agradeço a todos os professores que tive durante a graduação, cada um foi essencial para minha formação.

Por fim, agradeço a todos que me inspiraram a chegar até aqui, como as entrevistadas desse trabalho.

RESUMO

Esse estudo teve por objetivo discutir a representatividade da mulher negra dentro do espaço sócio ocupacional do Serviço Social, e de acordo com a sua trajetória de vida, refletir e chamar atenção para as questões referentes a gênero e étnico-raciais dentro da profissão. É um tema para refletir o protagonismo das assistentes sociais negras e vislumbrar como elas superaram e superam as desigualdades e opressões sociais que podem ser reproduzidas em seus locais de trabalho. E compreender como tal representatividade é favorecida pela profissão, isto é, como o significado social e político do Serviço Social amplia as bases de reconfiguração das relações de gênero, étnico raciais e de transformação social. O interesse pela pesquisa surgiu após um trabalho apresentado na disciplina que envolve as relações de gênero e étnico raciais, refletindo como se dá a trajetória da população negra como profissional dentro do Serviço Social, porém com um recorte direcionado a mulher negra. Após essas reflexões, surgiram os questionamentos: Qual a importância da representatividade de assistentes sociais negras? De que maneira essa representatividade pode impactar colegas de trabalho, estudantes negras e contribuir para transformação social? Portanto, para que essas questões fossem respondidas, utilizamos o método qualitativo com a técnica de história oral, através da escuta de parte da história de vida de três assistentes sociais negras oriundas da cidade de Volta Redonda. Tais profissionais foram escolhidas para implementar a pesquisa por conta do ativismo, representação política, engajamento e enfrentamento as diversas desigualdades postas na sociedade.

Palavras-chave: Representatividade. Assistente Social Negra. Gênero. Raça. Etnia.

ABSTRACT

This study aimed to discuss the representation of black women within the social occupational space of Social Work, and according to their life trajectory, to reflect and draw attention to gender and racial issues within the profession. It is a theme to reflect the protagonism of black social workers and to glimpse how they have overcome and overcome the inequalities and social oppressions that can be reproduced in their workplaces. And understanding how such representativeness is favored by the profession, that is, how the social and political significance of Social Work broadens the foundations for reconfiguring gender, ethnic and racial relations and social transformation. The interest in the research arose after a work presented in the discipline that involves the gender and racial ethnic relations, reflecting as if the trajectory of the black population as professional within the Social Work, but with a cut directed to the black woman. After these reflections arose the questions: How important is the representation of black social workers? How can this representativeness impact co-workers, black students and contribute to social transformation? Therefore, in order to answer these questions, we used the qualitative method with the oral history technique, listening to part of the life story of three black social workers from the city of Volta Redonda. These professionals were chosen to implement the research because of activism, political representation, engagement and coping with the various inequalities posed in society.

Keywords: Representativity. Black Social Worker. Genre. Breed. Ethnicity.

"Os negros na profissão certamente são muitos e trazem para o Serviço Social sua história de lutas e sua potência de sujeitos. Eles têm muito a dizer e a contribuir. Conforme cada trajetória, há aqueles que são engajados nos movimentos sociais e culturais da negritude, mas há também os que se calam e nada dizem sobre seu pertencimento étnico. Isso precisa ser dito, sem análises verticalizadas simplificadas, redutoras e corrosivas. Afinal, as malhas do racismo são impiedosas e, naturalmente, muitos sucumbem a elas, tal como acontece com outros segmentos excluídos e destituídos de si e de sua verdade histórica". Sarita Amaro, 2019.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 UM BREVE HISTÓRICO DA PROFISSÃO	20
1.1 O AMADURECIMENTO TEÓRICO METODOLÓGICO E ÉTICO DO SERVIÇO SOCIAL.....	22
1.2 O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL.....	23
1.3 UMA PROFISSÃO HISTORICAMENTE FEMININA.....	27
1.4 A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA DIVISÃO SOCIAL E TÉCNICA DO TRABALHO.....	31
2 FEMININO, RELAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA	37
2.1 O QUE SÃO RELAÇÕES DE GÊNERO.....	37
2.2 O DEBATE SOBRE RAÇA E ETNIA E A CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS SOCIAIS.....	43
2.3. FEMINISMO, MOVIMENTO NEGRO E AS MULHERES NEGRAS.....	56
3 A REPRESENTATIVIDADE NA TRAJETÓRIA DE TRÊS MULHERES NEGRAS ASSISTENTES SOCIAIS	65
3.1 PERCURSO METODOLÓGICO.....	65
3.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	70
3.2.1 Trajetória Familiar.....	70
3.2.2 Experiência Profissional.....	74
3.2.3 A Profissão.....	80
3.2.4 Obstáculos Profissionais.....	84
3.2.5 O que acham da profissão?.....	86
3.2.6 Mulher Negra.....	88
3.2.7 Mulher Negra no Serviço Social e na Sociedade Brasileira.....	90
3.2.8 Situações de Desigualdades.....	92
3.2.9 Representatividade.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	106

INTRODUÇÃO

Esse estudo teve por objetivo discutir a representatividade da mulher negra dentro do espaço sócio ocupacional do Serviço Social, e de acordo com a sua trajetória de vida, refletir e chamar atenção para as questões de gênero e étnico-raciais dentro da profissão.

O interesse em discutir esse tema foi motivado pela realização de um trabalho a disciplina de Questão Social, Sujeitos Sociais e Cidadania I (Família, Gênero e Etnia), quando foram apresentadas questões referentes às relações de gênero e étnico-raciais, que a partir daí despertaram indagações de como a representatividade da mulher negra pode ser importante para combater opressões raciais.

Organizar as ideias provocadas pelas leituras e sistematizá-las neste estudo foi um desafio, pois como salienta lamamoto (2012), poucas são as pesquisas que têm como objetivo o sujeito profissional, os traços que organizam o perfil social e o histórico do assistente social são notoriamente dispersos.

Além disso, as produções em geral destacam o debate sobre relações de gênero, sem destaque às questões étnico-raciais, recorte dado neste estudo, cujo objetivo foi evidenciar como a profissão pode marcar e ser marcada por mulheres negras.

O Serviço Social é uma profissão marcada pelas relações de gênero, pois desde suas origens tem a marca da presença feminina. Mas quem foram essas mulheres? As mulheres que assumiram a profissão, em sua emergência, eram mulheres da elite, brancas e influenciadas pelos preceitos da Igreja Católica e pelo forte conservadorismo. Conforme se configura o amadurecimento do Serviço Social como profissão, o perfil de gênero se manteve, mas e quanto à questão de classe, étnico-racial e religiosa?

De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social, em publicação datada de 2005, 97% dos assistentes sociais são do sexo feminino; cerca de 67,65% se declaram católicas (os); e 72,14% se auto declararam brancas (os). Sobre o pertencimento de classe, não há um indicador específico nesta pesquisa. Obviamente, após 14 anos dessa publicação, modificações internas na categoria

ocorreram e podem ter rebatido no perfil profissional. Contudo, na falta de dados mais atuais, tendemos a pensar sobre a manutenção desse perfil, porém, com o aumento de profissionais que se autodeclarem mestiços e negros, talvez pelo amadurecimento do debate étnico-racial no interior da categoria, com a valorização das lutas pela defesa da diversidade e superação do preconceito e racismo, e do compromisso ético assumido no projeto profissional.

Pensar sobre o Serviço Social nos leva a entendê-lo como uma profissão tipicamente feminina, pois marcada por atividades desempenhadas tradicionalmente por mulheres. Assistentes sociais são normalmente vistas como boazinhas, pacientes, com qualidades de escuta, capacidade de mediar conflitos, referências de cuidado e zelo, uma representação configurada por suas origens. No começo da profissão, as profissionais eram requisitadas com o objetivo de ajustar, disciplinar e controlar tanto a classe trabalhadora quanto suas famílias, para assim ensinar as esposas a como cuidar da casa e dos filhos, manter a perfeita ordem e contribuir para o "sossego", quando seu esposo chegasse do trabalho, pois assim no outro dia ele estaria mais descansado para ir trabalhar.

O Estado atrelado a Igreja Católica e a mais alta elite queria moldar um perfil de assistente social, baseado em papéis de gênero, que pudesse atender suas necessidades. Partindo do pressuposto de como a profissão é formada, observa-se que a marca histórica feminina foi um dos determinantes para que a profissão adquirisse a condição de subalternidade em relação às outras profissões de maior prestígio.

O trabalho feminino era tolerado a partir de seu reconhecimento como prática que se caracterizasse como atividades que seriam uma extensão das funções do lar, que abrangem o cuidado, o amor, a proteção e manutenção da ordem. Como veremos no decorrer do estudo, um trabalho de menor valor, o que se reflete no status profissional do assistente social.

Dessa forma, é de extrema importância discutir o conceito de gênero e a construção do sujeito profissional na sociedade, porque quando trazemos um debate que a profissão é marcada pelo gênero feminino, estamos querendo vislumbrar que a profissão foi historicamente construída por mulheres, e é marcada não só pela divisão sócio-técnica do trabalho, mas também pela divisão sexual do trabalho, o que gerou e ainda gera muita luta para que a mesma se torne valorizada.

Na construção de um *ethos* da profissão, observamos também que a mulher negra é um sujeito de pouca visibilidade. Poucas mulheres negras são vistas nas posições de destaques dentro Serviço Social, seja qual for o espaço sócio ocupacional em que ela atue, o que nos leva a refletir sobre a conflituosa inserção do negro na sociedade após o sistema abolicionista e sobre a tardia inserção da mulher negra no mercado de trabalho formal e profissional, pois não é difícil identificarmos mulheres negras com ocupações consideradas inferiores e com baixa remuneração, como o caso das domésticas.

Neste cenário, creditamos a atuação dos movimentos sociais, em especial o Feminismo e Movimento Negro, como manifestações que contribuíram não só para aceitação da população negra em geral, mas, particularmente, para a aceitação da mulher negra na sociedade.

Assim como os (as) assistentes sociais vem lutando para a consolidação, valorização e respeito da profissão, existem várias assistentes sociais negras que têm grande influencia nesse trabalho de luta. É um tema para refletir o protagonismo das assistentes sociais negras e vislumbrar como elas superaram e superam as desigualdades e opressões sociais que podem ser reproduzidas em seus locais de trabalho. Será que já vivenciaram tais desafios? Será que já foram submetidas a mecanismos que fortalecem desigualdade? Mas que hoje são sinônimos de representatividade? Pensando nisso, o recorte desse trabalho teve como eixo estruturante a população negra, direcionado especificamente à mulher negra.

De acordo a campanha de gestão (2017-2020) que está sendo realizada pelo CFESS (Conselho Regional de Serviço Social) *Assistentes Sociais no Combate ao Racismo*, as mulheres negras têm os percentuais mais altos de violações de direitos, sendo assim, são as que menos obtêm possibilidades de ocuparem um espaço social, se desenvolverem, cursar uma faculdade, ter e exercer sua profissão. No entanto, percebe-se a preocupação dos Conselhos Federais e Regionais em torno do debate das desigualdades étnico-raciais e das relações de gênero. Pensando nisso, é importante ressaltar que o Serviço Social assume um compromisso ético de discutir sobre esse tema, pois lutamos por uma sociedade mais justa, equânime e sem discriminação quanto à cor, raça/etnia e gênero.

Debater sobre as opressões que a população negra vivencia em especial a mulher, é analisar o quanto é difícil ser mulher e negra numa sociedade

extremamente conservadora, patriarcal e racista, o quanto é difícil ocupar lugares pensados e criados para a população branca.

O levantamento desse debate sobre as questões de gênero e raça nos permite construir estratégias de luta e desconstrução de pré-conceitos. E pensar que outras mulheres negras dentro da profissão galgaram um espaço ocupacional onde elas podem representar outras colegas de trabalho e estudantes negras, é de onde parte o interesse por essa pesquisa.

De acordo com Eurico (2018), na década de 1980, o protagonismo das assistentes sociais negras militantes com suas intervenções trouxe um impacto muito grande no sentido de ampliar o debate e exigir respostas institucionais acerca do racismo

Diante do obscuro cenário político que estamos vivenciando, de desmantelamentos de políticas públicas e retrocessos de direitos sociais que a tendência neoliberal vem causando em nossa sociedade, discutir a representatividade das assistentes sociais negras no espaço sócio ocupacional se faz necessário para chamar atenção e tornar visível a luta que as mulheres negras vivenciam, enquanto profissionais do Serviço Social e enquanto sujeitos em desenvolvimento social.

Para alcançar os objetivos deste estudo, a metodologia utilizada foi a qualitativa, a partir da história oral, com aplicação de entrevista semiestruturada, com o intuito de se conhecer mais a fundo a realidade a ser estudada e dar voz às pessoas envolvidas diretamente nessa temática.

Para legitimar o debate, foram escolhidas três assistentes sociais negras da cidade de Volta Redonda, que trabalham na Gestão, Docência e Intervenção e são sinônimos de luta, militância, ativismo, protagonismo, resistência, respeito, inspiração e admiração. Por meio do resgate de parte de suas histórias de vida e trajetórias profissionais, consideramos que hoje são exemplos de representatividade da mulher negra na profissão.

Quanto à organização, o presente trabalho constitui-se em três capítulos.

No primeiro, é apresentado o Serviço social no contexto da sua emergência, enfatizando seu amadurecimento teórico metodológico e ético, vislumbrando seu projeto ético político. Expomos também a marcante presença feminina no começo da profissão e a inserção do assistente social na divisão social e técnica do trabalho.

No segundo, discute-se o que são as relações de gênero, debatendo também, sobre raça e etnia e a constituição dos sujeitos sociais, ressaltando a importância do Feminismo e o Movimento Negro na constituição das mulheres negras como sujeitos políticos.

No terceiro e último, a análise das entrevistas é colocada em pauta, de forma a mostrar a representatividade na trajetória de três mulheres negras assistentes sociais. São expostos o percurso metodológico da pesquisa e o perfil das profissionais entrevistadas, analisando a trajetória familiar, experiência profissional, profissão, obstáculos profissionais, opinião sobre o Serviço Social, mulher negra, mulher negra no Serviço Social e na sociedade brasileira, situações de desigualdades e representatividade.

Sobre representatividade, entende-se a condição de destaque de pessoas ou grupos, que inspira e legitima a ocupação política daqueles que representam ou podem representar. Como destaca Almeida (2014, p.196): “representar envolve distintos atores e arenas do Estado e da sociedade, os quais precisam manter interação contínua com os representados. Nesse sentido, é um fenômeno ao mesmo tempo societal e institucional”.

Esse mesmo autor, ao falar sobre representação, infere que ela “depende tanto da vontade que autoriza o representante a agir em nome de alguém quanto do julgamento político ou o monitoramento do representado para dar vida a essa criação” Almeida (2014, p.178).

Para discutirmos representatividade, fez-se necessário analisar outros dois conceitos importantes: empoderamento e participação (social e política).

Como preconiza o código de ética do assistente social, é nossa responsabilidade enquanto profissional ter um posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática (CFESS, 2011). Para que assim nos tornemos sujeitos transformadores e contribuamos para a alteração social dos indivíduos.

Por isso, é mais que necessário conhecer a realidade a ser trabalhada, para que possamos levar aos usuários conhecimento, no sentido de provocá-los a se incomodar frente à realidade e condição de subalternidade que vivenciam, a ponto de pensarem estratégias a fim de superarem as mazelas que estão enfrentando. Com isso, é nesse viés que se pretende debater empoderamento.

A intenção é vislumbrar o empoderamento, não no sentido de ações assistencialistas que cumprem políticas de ajustamento estrutural, com o objetivo de integrar os indivíduos ao sistema capitalista, mas no viés que defende a autodeterminação de indivíduos e comunidades, objetivando uma participação real na busca da democracia e equidade, aumentando assim sua autonomia. Kleba e Wendausen (2009).

Debater empoderamento é também refletir as relações de poder, que geram relações desiguais, pois vivemos em uma sociedade capitalista, hierarquizada nas condições de classe, cor e gênero, atravessadas por interesses diversos, de ordem religiosa e cultural, que imprime a todo tempo formas de ser. E é neste cenário que nascem os movimentos sociais, que têm como objetivo organizar ações coletivas e fortalecer grupos considerados minoritários, para a resistência à lógica da desigualdade e o fomento a relações sociais mais justas e inclusivas. Nessa lógica, o empoderamento surge para mostrar que as relações de poder não são imutáveis, podem e devem ser modificadas e melhoradas.

Como essa pesquisa trata da mulher negra assistente social, podemos vislumbrar que atualmente existe uma entrada maior dessa mulher no mercado de trabalho, e não é só uma entrada, é uma permanência e uma permanência eficaz, pois dentro de seus postos de trabalhos elas vêm mostrando que são capazes de alcançar lugares jamais pensados para elas, ou para qualquer outra mulher.

Assim o assistente social tem a atribuição de viabilizar direitos, na perspectiva de trabalhar a autonomia do sujeito para que ele, junto ao profissional, construa estratégias de resolver suas violações de direitos, então cabe a nós profissionais trabalhar o usuário para se apoderar de suas questões e querer modificá-las.

De acordo com Kleba e Wendausen (2009), o processo de empoderamento divide-se de três maneiras: pessoal, grupal e estrutural. O pessoal possibilita a convicção do sujeito em relação à própria competência e capacidade, aumentando a autonomia e liberdade. O grupal permite que indivíduo se sinta pertencente de um grupo e assim tenha um respeito recíproco pelos membros. E o por último o estrutural, sensibiliza as pessoas a perceber os recursos existentes, favorecendo e viabilizando o engajamento, corresponsabilização e participação social.

Discutir empoderamento é algo caro ao assistente social. Contudo, assume-se aqui o debate não como forma de reiterar um viés psicologizante ou de responsabilização do sujeito pelas mudanças sociais. Ao contrário, o que se deseja

é mostrar que empoderar é fortalecer, fortalecer pessoas e grupos para os embates e lutas por mudanças societárias. Como alerta Faleiros (2001, p.44), a intervenção do assistente social emerge no “processo de fortalecimento do usuário diante da fragilização de seus vínculos, capitais ou patrimônios individuais e coletivos”.

Daí a importância de articular reflexões sobre representatividade, empoderamento e participação, pois participar política e socialmente de espaços institucionais, significa a ocupação de cenários importantes para a decisão sobre como se configuram as relações sociais.

A participação, no Brasil, é canalizada para dentro do sistema político a partir da inserção de organizações civis e atores coletivos no processo de formulação de políticas públicas. Esses atores não recebem apenas o reconhecimento como porta-vozes da sociedade, mas faculdades e investidura regulamentadas (ALMEIDA, 2014, p.176).

A participação é necessária para que os direitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988 se consolidem, portanto dar base para que a população intervenha frente decisões da coisa pública, e para que o governo e a sociedade tenham mais responsabilidade pública.

Nesse viés, é válido ressaltar o exemplo sobre a conquista do direito ao voto feminino, que foi uma grande vitória do movimento feminista. A partir dessa conquista que as mulheres realmente passaram a integrar uma participação nas tomadas de decisões políticas. Portanto, foi em 1946, que de fato o direito ao sufrágio tornou-se obrigatório, quando na esfera política alcançaram a tão sonhada igualdade entre homens e mulheres, no sentido de votar e serem votadas sem restrições.

Porém, mesmo antes dessa considerável vitória, algumas mulheres já tinham sido eleitas no Brasil, como Luiza Alzira Soriano Teixeira, primeira mulher prefeita a ser eleita no país. Logo após, Carlota Pereira de Queirós foi a primeira mulher a ser eleita deputada Chaves e Medeiros (2017). E essas mulheres lutaram por causas que envolviam todas as outras mulheres, então eram mulheres que estavam no poder em grande ascensão social e representavam a sua categoria (mulheres), propondo estratégias de mudança social, e abrindo o caminho para que outras conquistassem o mesmo espaço. Chaves e Medeiros (2017) afirmam que além dessas mulheres já citadas, muitas outras tiveram grandes avanços na cena política,

como Dilma Vana Rousseff, a primeira presidenta mulher a ser eleita em nosso país e a assumir um cargo de maior destaque político.

Então, muito se avançou nessa luta feminina pela conquista de igualdade com os homens, e no cenário político atualmente muito se vê a presença feminina. Segundo dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - (2018), as mulheres em 2017 representavam politicamente 10,5% dos assentos da Câmara dos Deputados, percebe-se que esse número vem crescendo gradativamente.

Para além do processo de empoderamento que as mulheres conquistaram ao longo do tempo, de participarem socialmente de decisões políticas, observa-se uma grande mobilização das mulheres para inserção no mercado de trabalho, que se deu de maneira desigual a do homem no que se refere ao salário e à divisão de tarefas, pois a mulher não assumiu só as tarefas no espaço público, mas na esfera privada também, sendo assim, assumindo duplas ou triplas jornadas de trabalho.

E para a mulher negra esse processo tornou-se ainda mais conflituoso, pois além de sofrer todas essas desigualdades as quais o gênero feminino a impõe, sofre o preconceito por ser negra e pobre, portanto, é um sofrimento triplo, por ser mulher, por ser negra e pobre. Cintra e Eva (2016).

Cintra e Eva (2016) sintetizam que esse processo árduo a qual a mulher negra passa, ela enfrenta desde o momento que precisa procurar um emprego, até conseguir um, pois a mulher negra precisa sempre mostrar que é capaz daquela vaga, dedicar-se ainda mais que a mulher branca, não por uma questão de competição, mas para mostrar que é apta tanto quanto a mulher branca para exercer determinado cargo profissional.

De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2019 a população brasileira corresponde a 210.661.384 habitantes, fazendo um comparativo ao ano de 2010, ano da realização do último Censo, quando o número de habitantes correspondia a mais de 190 milhões, sendo que aproximadamente 97 milhões de pessoas eram mulheres e aproximadamente 90 milhões de pessoas eram homens. Esse número comparado a 2019 mostra que a população cresceu gradativamente, porém o percentual de mulheres ainda continua maior que o dos homens, sendo assim, em 2019, 51,7% da população é composta por mulheres e 48,3% por homens. Isso mostra que existe mais mulheres que homens na nossa sociedade, e mesmo assim as políticas públicas voltadas a fortalecer o sexo

feminino ainda são muito poucas, mantendo várias mulheres numa condição de subalternidade.

Nessa lógica, o documento Retrato das Desigualdades - Gênero e Raça S/A mostra o perfil da população brasileira, apresentando dados sobre os diversos direitos sociais da população e demonstrando que ainda existe uma grande diferença na participação das mulheres no mercado de trabalho quanto aos homens, "a taxa de participação das mulheres com mais de 16 anos era de 58,9%, enquanto a dos homens era de 81,6%" (IPEA, S/A, 2009). Isso evidencia que existe uma inserção desigual no mercado de trabalho quanto aos sexos, visto que os dados mostram a taxa maior de desemprego é a da mulher negra.

Assim, a menor taxa de desemprego corresponde à dos homens brancos (5%), ao passo que a maior remete às mulheres negras (12%). No intervalo entre os extremos, encontram-se as mulheres brancas (9%) e os homens negros (7%)...enquanto, em 2009, os homens brancos possuíam o maior índice de formalização (43% com carteira assinada), as mulheres negras apresentavam o pior (25% com carteira assinada) (IPEA, S/A, 2009, p.28).

Portanto, a definição de representatividade pode ser explicada a partir de empoderamento e participação social, visto que esses termos estão articulados um ao outro. Cabe afirmar que representatividade é a ação de representar sua categoria, grupo ou sociedade frente alguma questão, através de um destaque em determinado espaço. E assim consideramos a representatividade das assistentes sociais, protagonistas na profissão e neste estudo.

1 UM BREVE HISTÓRICO DA PROFISSÃO

De acordo com Carvalho e Iamamoto (2014), o Serviço Social surge e se institucionaliza no Brasil nas décadas de 30 e 40, como uma profissão reconhecida na divisão social e técnica do trabalho, resultante de fatores históricos, sociais e econômicos, demarcados pela ascensão capitalista com a transição da fase concorrencial para uma fase monopolista.

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o *desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana*, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes - a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial - e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder do Estado em conjunturas históricas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada "questão social", a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado (CAVARLHO; IAMAMOTO, 2014, p. 83, grifos do autor).

A profissão emerge em 1930, junto com o desenvolvimento industrial e urbanístico da Era Vargas. Tem sua base atrelada aos preceitos católicos, em que há um viés de ajustamento e moralização. Nesse momento a profissão era exercida por mulheres ricas, que tinham uma visão de mundo diferente dos usuários, com isso configurava um caráter de superioridade à população assistida.

Como salienta Carvalho e Iamamoto (2014), as ações desenvolvidas pelas profissionais eram ações doutrinárias, assistencialistas, paternalistas e autoritárias.

O objeto de intervenção do Serviço Social é a Questão Social. De acordo com Carvalho e Iamamoto (2014), a questão social é um produto da sociedade capitalista, não é algo intrínseco ao ser humano, pelo contrário, a questão social surge através da tensão entre o processo de produção da desigualdade social e a reação da classe operária a essa desigualdade. Esse debate que perpassa a sociedade vai exigir respostas do Estado, classes dominantes e Igreja Católica.

Devido ao processo de industrialização, os donos do meio de produção das grandes fazendas começam a falir e, portanto, observa-se o crescimento desordenado das cidades, principalmente para receber a população que vinha do campo em busca de melhores condições de vida e trabalho. Porém, ao chegarem na cidade, deparam-se com uma realidade totalmente contrária ao ideário. Então esse

contingente vai se aglomerar em favelas, cortiços, periferias, locais sem saneamento básico, transporte, lazer, saúde, entre outros direitos.

Nas fábricas, por sua vez os trabalhadores eram completamente explorados, com salários extremamente baixos, jornada extensiva, não tinham direito a férias, mulheres e crianças eram submetidos às mesmas condições de trabalho.

Os primeiros sindicatos passaram a ter suas primeiras manifestações, nesse momento o Estado respondia de forma repressiva, sendo tratadas essas questões como caso de polícia, até serem trazidas para a cena pública.

Com o governo getulista, o Estado inicia um processo de proteção e direitos trabalhistas e procura responder aos problemas sociais não mais de uma forma repressiva, mas de maneira sistemática e elaborada. Então o Estado, aliado a Igreja Católica, cria estratégias para controlar e adequar a vida da classe trabalhadora ao trabalho. Porém, essas instituições precisavam de um profissional que pudesse organizar, desenvolver e executar esse trabalho.

É nesse período que o Estado se alia a igreja Católica e juntos formam o cenário de emergência das políticas sociais e demandam pela formação de profissionais capazes de intervir na proposta de controle e ajuste da classe trabalhadora. Protagonistas das ações do Estado estão os Assistentes Sociais, pois é nesse contexto que a profissão se desenvolve e se afirma, pois o Serviço Social é demandado para controlar a classe trabalhadora e contribuir para a manutenção da ordem societária burguesa.

Como afirma Carvalho e Iamamoto (2014), o Estado por uma questão de interesses - garantir espaço político e fortalecer-se no poder - passa a atender as reivindicações da classe trabalhadora. E com isso passa a investir nas expressões da Questão Social através de políticas sociais.

O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. Assim as condições de vida e trabalho dos trabalhadores já não podem ser desconsideradas inteiramente na formulação de políticas sociais, como garantia de bases de sustentação do poder de classe sobre o conjunto de sociedade (CARVALHO; IAMAMOTO, 2014, p. 84).

De acordo com Carvalho e Iamamoto (2014), o Estado visa nesse momento enfrentar também o processo da pauperização absoluta e relativa do crescente contingente da classe trabalhadora urbana. Conforme o sistema capitalista se expande, crescem as demandas para o Estado, pois eram frágeis as relações patrão e empregados, sem um sistema legal protetivo aos trabalhadores.

Na década de 1940 até meados da década de 1950, o país passa por um alto crescimento econômico, fazendo com que a ideologia desenvolvimentista ganhe espaço no cenário político, com isso o Serviço Social insere-se na estratégia desenvolvimentista, assim como outras profissões. Essas novas ideologias fortalecem a perspectiva de neutralidade que a profissão assumiu.

1.1 O AMADURECIMENTO TEÓRICO METODOLÓGICO E ÉTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Na década de 1960, o Serviço Social começa a questionar suas bases teóricas, principalmente na América Latina, marcada pelo Movimento de Reconceituação.

Mioto e Nogueira (2013) afirmam que o Movimento de Reconceituação foi um processo importante para se repensar as bases teóricas da profissão, pois quando ocorre esse processo de reconceituar uma profissão é porque alguma coisa precisava mudar, precisava revisar as bases. Além de ser um movimento que mudou suas bases teóricas, mudou também suas bases metodológicas e também ética e política. Conforme salientam Mioto e Nogueira (2013), foi a partir do Movimento de Reconceituação que o Serviço Social se aproximou de uma perspectiva mais crítica e começou a entender que a profissão também se insere na divisão social e técnica do trabalho que, portanto, o Assistente Social é um profissional formado pelo Serviço Social, sendo um trabalhador assalariado como qualquer outro trabalhador que vende sua força de trabalho.

De acordo com Mioto e Nogueira (2013), o processo de reconceituar a profissão não foi fácil, pois dentro da perspectiva da profissão existiram vários debates teóricos, portanto não existia só uma linha teórica, havia três perspectivas e direções que eram completamente contraditórias. A primeira: defendia que a profissão continuasse na mesma perspectiva; a segunda: defendia que a profissão precisava se modernizar, porém uma modernização em termos; e a última: defendia

que a profissão precisava romper totalmente com aquilo que ela acreditava até então, para se pensar em um novo Serviço Social.

Mioto e Nogueira (2013) ressaltam que a última perspectiva teve essa direção mais hegemônica e que acabou fundamentando a profissão no final da década de 1970 e início dos anos 80. Assim, o Serviço Social passa a ser influenciado não mais pelo viés conservador e religioso, mas passa a ser influenciado pela Teoria Marxista em defesa do Estado Laico.

Então é a partir do Movimento de Reconceituação que o Assistente Social entende que deve buscar meios legais para garantir direitos à sociedade. Partindo desse pressuposto, o profissional passa a contribuir para a autonomia do sujeito e entender que o indivíduo não deve ser responsabilizado pelas suas questões.

Dos anos 60 aos anos 80, o Serviço Social se redimensiona, aproxima-se de outras áreas do saber, entra nas universidades, passa a questionar não só a sua existência, mas para a quem ele serve. Um novo *ethos* profissional vai se formando, a lógica do assistente social como a moça boazinha executora da caridade cristã, ou a profissional referência para ser o esteio moral da família, ou ainda o profissional interventor que adequa a classe trabalhadora aos ditames do capital, dá lugar a uma compreensão mais questionadora das relações sociais e, conseqüentemente, do papel do Serviço Social nessas relações.

1.2 O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

A ética profissional do Serviço Social tem dois grandes momentos: o conservador, que são os três primeiros Códigos de Ética da profissão, sendo primeiro elaborado em 1947, o segundo 1965 e o terceiro em 1975; e o revolucionário, que são os dois últimos códigos da profissão, 1986 e 1993, este último em vigência, que ao serem construídos têm em sua elaboração o viés revolucionário, com o compromisso com as classes que vivem do trabalho.

O Código de Ética é um documento normativo e também um instrumento de controle, que visa dar parâmetros a moral do trabalho. É estruturado em direitos, deveres e proibições, e tendo um caráter punitivo para o profissional que desrespeitar algum princípio por ele estabelecido.

Os três primeiros códigos da profissão proporcionavam aos profissionais ações pautadas na responsabilização do sujeito, na psicologização dos problemas e na falta de compreensão da realidade social do ponto de vista macro, pois, quando a assistência social buscava disciplinar comportamentos, controlar o sujeito moralmente, estava vinculada aos princípios da doutrina social da igreja.

No contexto social e político dos códigos de ética de 1986 e 1993, o país estava passando por um processo de redemocratização, final da ditadura e efervescência dos movimentos sociais, tendo uma discussão política, econômica pautadas nas ideias do socialismo e da revolução, trazendo um conteúdo militante à categoria profissional. Por conseguinte a profissão passa a tomar rumos assumindo um compromisso ético com a classe trabalhadora.

Assim, a partir dos anos 80, o código fortalece em seus títulos e capítulos uma compreensão de que a ética profissional deve ser regida pelo compromisso com o usuário, e o código de 1993 foi construído tomando por base parâmetros que garantam uma qualidade do processo de trabalho do assistente social.

Vale ressaltar que o código de ética de 1965 mesmo com viés conservador, tem a influência do Movimento de Reconceituação que inicia um ensaio de transformação da realidade, tanto que assume o pluralismo como princípio a ser defendido e respeitado. Como salienta Netto (2015), a vertente assumida pela profissão após o movimento de reconceituação vai significar a identidade sociopolítica da categoria. Esse contexto é a porta de entrada do Serviço Social nas universidades, onde o Assistente Social passa a ser profissional de nível superior. A entrada do Serviço Social na universidade proporciona um conjunto de saberes de disciplinas que fazem a profissão amadurecer teoricamente e politicamente.

Portanto, há os três primeiros códigos de ética com uma base ética conservadora, porém com o código de 1965 com uma característica menos conservadora, e os dois últimos códigos voltados para a transformação da realidade profissional. No código de ética de 1965 temos a inclusão do pluralismo, como valor profissional. No entanto, no código de ética de 1975 o pluralismo é retirado devido ao avanço do neoconservadorismo. Porém, nos códigos de ética de 1983 e 1996 o pluralismo retorna como um dos valores éticos a ser defendido pela categoria.

Os princípios éticos do código de ética de caráter revolucionário visam entender o sujeito como construtor da sua própria história, entender que o sujeito é resultado de um conjunto de forças e elementos de ordem macro social, rompendo

com a ideia de responsabilização, psicologização e culpabilização do sujeito, compreendendo o cenário social.

Com isso, vamos entender e compreender que esse sujeito é portador de direitos e o Estado tem o dever de garantir esses direitos, contrário ao momento anterior, onde não se questionava se o Estado tinha o dever de prover ou não os direitos, resultando na culpabilização do indivíduo.

No entanto, quando a categoria profissional busca caracterizar a ética profissional, entende-se que do ponto de vista da constituição de bases teóricas, filosóficas e éticas passamos a ter uma revolução do ponto de vista do amadurecimento sociopolítico.

Ressaltando que, em 1947, foi criado o primeiro código de ética, porém não havia a lei de regulamentação da profissão, sendo a primeira lei promulgada em 1950 e depois revisada e aprovada em 1993, no mesmo ano do código de ética. O código de 1947 não tem o conteúdo técnico político que os códigos de 65 e 75, mesmo sendo mais conservador. Muitos vão se referir ao primeiro código de ética como uma carta de intenções, como um documento que precisasse direcionar o fazer profissional.

Assim sendo, a ética profissional traz uma dimensão crítica a profissão, que pode ser construída a partir de três pilares: esfera teórica, moral prática e normativa. Esfera teórica: bases filosóficas, teórica e metodológica que a categoria precisa ter, portanto são bases teóricas que vão fomentar a profissão. Moral prática: é o pilar que vai referenciar a intervenção, que vai trazer as referências do que fazer e como fazer. Normativa: é a que vai discutir especificamente do código ética e vai constituir justamente essa dimensão com o fazer profissional, mas está na perspectiva do controle.

A ética profissional não é um critério particular do profissional. Para ser um profissional ético, é preciso ter disciplina com liberdade, compreendendo que não se deve fazer o que quer, na hora que quer, mas que é preciso ter responsabilidade e assumir a consequência dos próprios atos. Portanto, o Assistente Social tem o Código de Ética, as legislações, as resoluções do Conselho Federal de Serviço Social, pois essas são as recomendações que são diretrizes que precisam ser apreendidas como parâmetro de conduta profissional. É preciso respeitar o que a categoria pensou e definiu como sendo o objetivo do Assistente Social. Nessa

perspectiva, o Assistente Social só incorpora de fato essa ideia, quando passa a ter uma consciência profissional, que logo se transforma em compromisso.

A postura ética que o Assistente Social assume, relaciona-se com a cidadania, viabilização de direitos, perspectiva de autonomia, análise crítica e constante busca por aprimorar o conhecimento.

O projeto ético político é um projeto societário que o Serviço Social assume logo após o movimento de reconceituação, pois quando o Serviço Social se reformula como profissão, reformula-se como projeto societário. A dimensão política ganha contornos significativos por conta da incorporação nas bases de formação do Assistente Social na teoria social crítica. Desse modo, o projeto ético político é um projeto profissional que foi nomeado por conta da dimensão política revolucionária que a profissão assumiu a partir da década de 80.

Pensando na construção desse novo projeto profissional, é válido ressaltar que teve sua gênese nos anos de 1970, primeiro ensaio nos anos de 1960, mas que ganha forças na década de 1990, pois é nesse momento que teve a aprovação de um novo código de ética, aprovação de uma nova diretriz curricular de 1996, e uma revisão e regulamentação de uma lei da profissão. Portanto, os anos 1990 foram bastante promissores do ponto de vista da consolidação dos documentos institucionais.

O projeto profissional do Serviço Social é um projeto anticapitalista e anticonservador, pois traz elementos construtores de uma nova ordem societária. Portanto, a profissão com suas bases teórico-metodológica e ética vai enfrentar o conservadorismo, e assumir como compromisso a intervenção junto à classe trabalhadora para assim construir uma sociedade justa, equânime, sem dominação, sem exploração e discriminação contra classe, etnia ou gênero.

No entanto, o projeto ético político não é um documento, na verdade, ele é a conjunção de diferentes documentos, como as diretrizes curriculares, o código de ética e a lei de regulamentação da profissão. Esses documentos incorporam esses valores que conhecemos como projeto profissional, incorporam diretrizes de formação, informação e diretrizes teóricas, que vem nos mostrando qual o projeto de sociedade que acreditamos e defendemos.

Netto (2015) afirma que o projeto ético político é uma projeção coletiva que envolve sujeitos individuais e coletivos em torno de uma determinada valoração ética. Portanto, o projeto ético político vai estar vinculado estritamente ao projeto de

sociedade, porque a defesa do assistente social é por um projeto de emancipação humana, de transformação da realidade. Por isso está vinculado ao projeto de sociedade, conhecido como socialista. No entanto, o projeto profissional e projeto ético político do Serviço Social têm em suas diretrizes um compromisso com a transformação da realidade, o que torna nossa profissão inegável.

O projeto ético político não vai estar pautado no que fazer ou como fazer, porém é uma intervenção compreendendo a realidade social. O projeto profissional vai articular ética e política, ou seja, articular a opção política com a valoração ética, pois envolve escolhas teóricas, ideológicas e políticas da categoria.

Então, o Serviço Social é uma profissão que não é isenta de contradições, tem correntes teóricas e metodológicas que podem conflitar, porém temos um compromisso firme na teoria social crítica. Essa teoria vai dar as bases para possibilitar o compromisso do assistente social com a classe trabalhadora, enquanto outras teorias querem ajustar, controlar e disciplinar a classe que depende do trabalho.

1.3 UMA PROFISSÃO HISTORICAMENTE FEMININA

Após um breve resgate da configuração da profissão ao longo dos anos, do ponto de vista político e crítico, discutir-se-á, nos próximos itens, como as relações de gênero atravessaram o Serviço Social, sendo assim uma profissão marcada em suas origens pela presença feminina. Pontuando também como a profissão passou a ser caracterizada como trabalho, inserindo-se na divisão social técnica do trabalho e na divisão sexual do trabalho, assim relatando sucintamente sobre os espaços sócio ocupacionais em que o Assistente Social está inserido.

Desde a fase emergencial do Serviço Social no Brasil, observa-se que a profissão é marcada pela presença feminina, pois as características denominadas ao gênero feminino se encaixaram perfeitamente no perfil de profissional idealizado pelo Estado, burguesia e Igreja Católica.

Aceitando a idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas, essa intervenção assumia aos olhos dessas ativistas, a consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades. Incapazes de romper com

essas representações, o apostolado social permite àquelas mulheres a partir da reificação daquelas qualidades, uma participação ativa no empreendimento político e ideológico de sua classe, e da defesa de seus interesses. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 182, grifos do autor).

Diante disso, percebe-se que o modelo de profissional estava começando a ser formado, pautado no gênero feminino, que sempre a ele foi associado o sinônimo do cuidado, amor, paciência e caridade.

Como aponta Souza (2014), as desigualdades entre homens e mulheres são conhecidas no debate teórico, como relações de gênero. Um fenômeno importante para se entender o processo de produção e reprodução das relações sociais, concomitantemente para a formação e intervenção dos (as) assistentes sociais.

Conforme Veloso (2003), gênero se constitui como um fenômeno histórico e social, que deve ser considerado como uma categoria, pois determina o modo de agir, ser e pensar. Sendo referenciais comportamentais que são construídos histórico e socialmente. (Abordaremos mais sobre esse conceito no próximo capítulo).

De acordo com Bolzan (2015), as protoformas do Serviço Social surgiram no início do século de 1920, com as primeiras instituições assistenciais: a Associação das Senhoras Brasileiras no Rio de Janeiro e a Liga das Senhoras Católicas em São Paulo. E essas instituições eram compostas por mulheres da elite carioca e paulista, que tinham a intenção de desempenhar atividades assistenciais elencadas ao viés religioso. Com a vinculação dessas instituições e a Confederação Católica, criam-se as bases materiais, organizacionais e humanas para o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social, que ocorreu na segunda metade da década de 1930.

Como salienta Craveiro e Machado (2011), as primeiras escolas de Serviço Social tiveram grande influência para a inserção dessas novas trabalhadoras na divisão social e técnica do trabalho, pois para realizar o curso tinha que cumprir as requisições denominadas pela escola, entre elas,

O Assistente Social deveria, assim: ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem, corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicatividade, bom humor,

calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer etc. Será portanto, indispensável para o recrutamento dos futuros assistentes critérios bem definidos. Desde sua fundação, a Escola de Serviço Social de São Paulo apresenta como exigência funcional para matrícula:

- ter 18 anos completos e menos de 40;
- comprovação de conclusão do curso secundário;
- apresentação de referências de 3 pessoas idôneas;
- submeter-se a exame médico (CARVALHO; IAMAMOTO, 2014, p. 233 e 234).

Para além dessas requisições, Craveiro e Machado (2011) sintetizam que para ser assistente social, era necessário ter uma reputação impecável e precisava também ser da classe burguesa, pois o principal objetivo era atender os interesses da burguesia.

Até a década de 1930, o Estado não propunha nenhuma intervenção social para a população, porém com o processo de industrialização e com a grande aglomeração de pessoas na área urbana, tornou-se imprescindível a intervenção estatal, pois o país passou a desenvolver-se economicamente. Nesse contexto, a classe trabalhadora aumentou, o que agravou o antagonismo de classes, gerando um crescimento da pauperização, desigualdade social e reivindicações trabalhista, portanto, diante desse cenário o Estado pressionado pela burguesia e aliado à Igreja Católica passa a intervir na sociedade. E é justamente nessa época que o assistente social passa a ser contratado para intervir frente a essas expressões da questão social.

Devido à construção social e cultural de que é a mulher é o ser responsável pelo o cuidado, controle e manutenção do lar, filhos, marido e família, foi imposto à mulher o dever de ter paciência, amar e contribuir para controlar as questões referentes a casa e a família. Portanto, a partir dessa lógica do cuidado que a mulher passou a ser protagonista da profissão. Mas quem são essas mulheres? Como afirma Bolzan (2015), as primeiras mulheres que protagonizaram a profissão, eram mulheres ricas, bem instruídas, da elite, brancas que tinham uma noção da realidade diferente da população usuária, pois eram oriundas da burguesia e filiadas à Igreja Católica. Então, além do caráter conservador, eram influenciadas pelo viés religioso para exercerem tais atividades.

As primeiras assistentes sociais tinham que ter sentimentos nobres, moral bem definida, a vontade de servir ao próximo e a bondade (CRAVEIRO; MACHADO, 2011).

Sendo assim, ser assistente social na origem da profissão, era visto como uma missão. Era preciso uma boa reputação para ajudar a população que na época da emergência do Serviço Social se caracterizava como "sem controle" e fora do padrão. Portanto, só com sua moral bem definida poderia servir como exemplo para a população se ajustar nos moldes da sociedade capitalista.

Então, as assistentes sociais da época transmitiam para os seus usuários o que a elas eram imposto. Com a influência do conservadorismo e do sistema capitalista, difundiam para as mulheres que acompanhavam a reprodução das desigualdades existente entre homens e mulheres.

De acordo com os fatos expostos, fica clara a tendência de o Serviço Social ser uma profissão majoritariamente feminina, pois as características associadas às mulheres na sociedade capitalista, seriam capazes de adequar a população,

...fica evidente a tendência de que o Serviço Social, em suas protoformas, é uma profissão eminentemente feminina, assim como fica claro, que os deveres assim como as responsabilidades da mulher dentro da sociedade, e mais especificamente na profissão de Serviço Social é correlacionados com a realidade e a posição que a mulher ocupava historicamente, assim como, a postura ética, moral, e educadora exigida pela sociedade, que deveria ser positiva e inquestionável (CRAVEIRO; MACHADO, 2011, p.6).

Porém, como salieta Iamamoto (2012), esse perfil social e histórico do assistente social afeta a imagem da profissão na sociedade e as expectativas sociais vigentes da mesma. Portanto, este *recorte de gênero* explica, em parte, os *traços de subalternidade* que a profissão carrega diante de outras de maior prestígio e reconhecimento social e acadêmico (IAMAMOTO, 2012, grifos do autor).

Não podemos afirmar que o gênero é o fator determinante para a essa subalternidade da profissão, mas não se pode negar que essa categoria e a divisão sexual do trabalho apresentam características importantes para essa condição da profissão (SOUZA, 2014).

Assim, a ação do assistente social tem resultados, passa necessariamente pelo universo de valores incorporados à trajetória da sua socialização, ou seja, a intervenção do assistente social está baseada em seus princípios de valores. No entanto, para que o profissional não tenha uma ação conservadora ou precipitada, é necessária, na sua formação, uma dimensão informativa e formativa, para que assim esses valores sejam transformados (SOUZA, 2014).

Entende-se que o gênero está presente cotidianamente na sociedade e o seu entendimento torna-se ímpar para a(o) assistente social. O fato de o gênero ser um dos elementos constitutivos das relações sociais nos coloca a demanda de investimento no que tange ao seu estudo e entendimento. Apesar de nem sempre serem percebidas, as relações de gênero fazem parte do cotidiano profissional da (o) assistente social, que deve ter, por isso, uma formação que dê subsídios para a realização de uma análise capaz de desvendar o conjunto das relações sociais nas quais se inscreve (SOUZA, 2014, p.27).

E ainda nos dias atuais, apesar de termos bastantes homens estudando e exercendo a profissão, os assistentes sociais em sua grande maioria são mulheres. Como afirma Souza (2014), discutir e entender gênero dentro da profissão é extremamente importante, não só pela profissão ser marcada pelas relações de gênero, mas para a intervenção do assistente social, visto que temos um compromisso ético de contribuir para uma nova ordem societária, sem dominação de gênero e empenho a todas as formas de preconceito.

De acordo com Iamamoto (2009), ainda nos dias atuais, a grande maioria dos assistentes sociais são mulheres, e a maior parte dessas mulheres se caracteriza como brancas.

O perfil desse trabalhador é de uma categoria fundamentalmente feminina (97%) com a presença de apenas 3% de homens; A maioria dos assistentes sociais se identifica como branca (72,14%) e as que se declaram pretas e negras totalizam 20,32% (IAMAMOTO, 2009, p.7).

No próximo tópico serão abordadas as questões relacionadas à inserção do assistente social na divisão social e técnica do trabalho.

1.4 A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA DIVISÃO SOCIAL E TÉCNICA DO TRABALHO

O Serviço Social se insere na divisão sociotécnica do trabalho na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, sendo assim a formação de monopólios. Á vista disso, as organizações monopólicas têm como objetivo o lucro do capital por meio do controle de mercados (CRAVEIRO; MACHADO, 2011).

Com objetivo de aumentar a acumulação do capital, o Estado passa a intervir nas expressões da questão social, que se deu por meio de políticas sociais, pelas quais o Assistente Social era requisitado para executar tais políticas.

Segundo Iamamoto (2012), nos anos de 1980, surge um debate levantado pelas instituições de ensino, para uma nova proposta de currículo mínimo para o curso de Serviço Social. Quando houve uma indagação de qual era a base da constituição do Serviço Social na sociedade. Portanto, o debate dividiu-se em dois eixos, sobre os quais se podia pensar a fundação da profissão: o das relações entre história, teoria e metodologia do Serviço Social e o das políticas sociais.

Sendo que o primeiro sustentava a ideia de pensar como se formou a profissão e como ela se desenvolveu no marco das forças societárias, mas também, pensar a profissão como fruto dos sujeitos que a constroem e a vivenciam (IAMAMOTO, 2012). Então remete analisar os sujeitos, na perspectiva que eles contribuíram para a visibilidade das bases teóricas assumidas pelo Serviço Social, através dos saberes acumulados, da efetivação da prática profissional e pelo modo de atuarem e construir respostas à questão social. O segundo eixo, acreditava que a políticas sociais era o elemento mais importante para a fundação da profissão, pois como salienta Iamamoto (2012), o assistente social trabalha com políticas sociais, tanto do corte público, quanto do privado, porque as políticas sociais públicas são uma das principais respostas à questão social.

Além disso, Iamamoto (2012) destaca a questão social é o conjunto das desigualdades sociais produzidas no modo de produção capitalista, que foram publicizadas pela reação da classe trabalhadora. Portanto, a questão social explica a necessidade das políticas sociais, no âmbito das relações entre as classes e o Estado, mas as políticas sociais, por si, não explicam a questão social. Sendo assim, a questão social é a matéria prima do assistente social, onde a prática profissional é compreendida como uma especialização do trabalho (IAMAMOTO, 2012).

Nessa perspectiva, quando se pensa na prática profissional do assistente social, existe uma tendência de associá-la a prática da sociedade, não configurando a profissão como um trabalho, mas como uma filantropia (IAMAMOTO, 2012).

A análise da "prática" do assistente social como trabalho, integrado em um processo de trabalho permite mediatizar a interconexão entre o exercício do Serviço Social e a prática da sociedade (IAMAMOTO, 2012, p.60).

Nesse caso, a categoria trabalho não surge por acaso. De acordo com Marx (2012), o trabalho é a capacidade de o homem transformar a natureza para atender suas necessidades e interesses. Onde desencadeiam habilidades e competências que só remetem ao ser humano, pois só o homem é capaz de idealizar e pensar alternativas para desenvolver suas atividades, portanto ele vai escolher quais os melhores meios e instrumentos necessários para desenvolver sua ação. Como relata Iamamoto (2012), "assim, a eleição da categoria trabalho como não é aleatória, trata-se de um elemento constitutivo do ser social, que o distingue como tal e, portanto, que dispõe de uma centralidade na vida dos homens" (IAMAMOTO, 2012, p.61).

No entanto, é por meio do trabalho que o homem produz os recursos necessários para atender suas necessidades. Sendo assim, é por meio do trabalho que as relações sociais são produzidas. Mas para que esse trabalho aconteça, o homem precisa intervir na natureza para executar sua ação e ter a capacidade de antecipar na consciência o resultado de suas ações, todas essas preocupações configuram o processo de trabalho.

Esse processo de trabalho vai configurar a forma que o homem se organiza em sociedade para atender as suas necessidades humanas, que corresponde ao modo de produção capitalista.

Dentro desse processo de trabalho, surge a divisão social e técnica do trabalho como, por exemplo, um indivíduo sozinho não é capaz de realizar todas as necessidades de uma empresa, então para que o processo de trabalho se torne mais produtivo e mais rentável aos donos do meio de produção, as atividades são divididas entre mais pessoas, cada indivíduo é responsável por realizar uma função. E essa divisão técnica do trabalho torna-se social porque agrega um valor, pois como citado acima, cada indivíduo desempenha uma ação. Portanto, a partir dessa relação social as técnicas de trabalho vão sendo formadas.

De acordo com Iamamoto (2012), pensar o Serviço Social como trabalho na década de 1980 é uma análise muito provocativa para se pensar a prática profissional, no sentido que todo o processo de trabalho implica uma matéria prima que provoca a ação do sujeito, portanto o próprio trabalho requer mecanismos para ser efetivado.

Nessa perspectiva, Iamamoto (2012) ressalta que o objeto de trabalho da profissão é a questão social e suas múltiplas expressões que acarreta a intervenção profissional junto aos usuários. Por conseguinte, é imprescindível que o assistente social pesquise e conheça a realidade na qual está inserido, pois só assim terá a habilidade de produzir respostas às questões apresentadas e estratégias de transformação social daquele sujeito.

Pesquisar e conhecer a realidade é conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças. Nessa perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero *pano de fundo* para o exercício profissional, tornando-se *condição do mesmo*, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho (IAMAMOTO, 2012, p.62, grifos do autor).

Conforme Iamamoto (2012), os instrumentos de trabalho do assistente social, vão muito além do que atribuições estabelecidas pelo local de trabalho, pois os instrumentos de trabalho estão ligados diretamente ao conhecimento, porque ele é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução de trabalho a ser realizado. "Nessa perspectiva, o conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo Assistente Social ao longo do seu processo formativo são parte do acervo de seus meios de trabalho" (IAMAMOTO, 2012, p.63).

Porém, mesmo dispondo de uma relativa autonomia na efetivação do seu trabalho, o assistente social depende, na realização da sua atividade, da instituição na qual está inserido para que ele viabilize ao usuário o acesso aos serviços. Assim sendo, a instituição organiza o processo de trabalho a qual ele participa (IAMAMOTO, 2012).

De acordo com Iamamoto (2012), conseqüentemente a inserção do assistente social na esfera do trabalho parte do pressuposto conjunto de suas habilidades, ligadas simultaneamente para a realização das finalidades das instituições, sejam elas empresas ou instituições governamentais. Onde os profissionais têm na esfera do Estado o seu maior empregador, o pilar de maior sustentação dos espaços ocupacionais desse profissional (IAMAMOTO, 2009)

No entanto, o assistente social, como trabalhador assalariado, submete-se a relação de compra e venda da força de trabalho. Então, ele vende sua força de trabalho especializada em troca de salário para atender suas necessidades básicas.

O exercício profissional tem sido abordado em sua dimensão de trabalho concreto, útil: em seu valor de uso social, como uma atividade programática e de realização que persegue finalidades e orienta-se por conhecimentos e princípios éticos, requisitando suportes materiais e conhecimentos para sua efetivação. Em outros termos, a produção recente acumulada que tem o Serviço Social como objeto de estudo centra-se, sobretudo, na qualidade desse trabalho – ou na sua diferencialidade – e identifica seus portadores como dotados de uma força de trabalho dotada de capacitação específica: capazes de criar um tipo trabalho concreto distinto e particular (IAMAMOTO, 2009, p.10) .

Segundo Souza (2014), o assistente social é um profissional que trabalha no relacionamento com o outro, nas relações interpessoais, no nível de reprodução das relações sociais. Onde se faz necessário que o profissional conheça a realidade a qual está inserido.

Por isso, é importante pensar qual o perfil dos sujeitos que trabalham como assistentes sociais, pois são pessoas que possuem uma trajetória de vida pautada em uma herança cultural, de bagagem teórica e técnica, de valores ético-sociais (IAMAMOTO, 2012). E esses valores que cada profissional carrega, tem que ser bem trabalhados durante a formação, para que o profissional tenha uma intervenção informativa e formativa, não pautada nos seus princípios, mas de acordo com a realidade do terreno onde trabalha.

Desse modo, o Serviço Social é uma profissão socialmente necessária, pois atua diretamente com questões sobre a sobrevivência social e material da classe trabalhadora. Pois viabilizam o acesso a direitos sociais, ou seja, as condições de sobrevivência social e também viabilizam recursos materiais. Nisso, a profissão tem objetivo de desempenhar um papel de reprodução da força de trabalho, onde esse processo pode ser entendido como movimento de reprodução na sua continuidade (IAMAMOTO, 2012).

Então, o Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços que tem *produtos*: interfere na reprodução material da força do trabalho e no processo de reprodução sócio-política dos indivíduos sociais. O assistente social é, neste sentido, um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas, na criação de *consensos* na sociedade. Falar em consenso diz respeito não apenas à adesão ao instituído: é consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas, contribuindo no reforço da hegemonia vigente

ou criação de uma contra-hegemonia no cenário da vida social (IAMAMOTO, 2012, p.69, grifos do autor).

O assistente social também se caracteriza como trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho especializada, para lhe dar base para desempenhar um complexo trabalho. Portanto, ao começar fazer parte de uma instituição, o assistente social entra como parte da equipe e o seu trabalho resulta em uma força combinada, que pode ocorrer em diferentes espaços sócio-ocupacionais.

O assistente social ingressa nas instituições empregadoras como parte de um coletivo de trabalhadores que implementa as ações institucionais/ empresariais, cujo resultado final é fruto de um trabalho combinado ou cooperativo, que assume perfis diferenciados nos vários espaços ocupacionais. Também a relação que o profissional estabelece com o objeto de seu trabalho – as múltiplas expressões da questão social, tal como se expressam na vida dos sujeitos com os quais trabalha – depende do prévio recorte das políticas definidas pelos organismos empregadores, que estabelecem demandas e prioridades a serem atendidas (IAMAMOTO, 2012, p. 13)

O assistente social trabalha com todas as políticas sociais fundamentadas na Constituição Federal de 1988, no espaço dos direitos sociais e nas políticas de direitos humanos. Envolvendo diversas áreas, mas as principais são a saúde, previdência social e assistência social.

Os assistentes sociais atuam também na área sociojurídica, socioambiental, nos sistemas prisionais, na área da educação, entre outras. Essas são diversas as áreas que o profissional pode ingressar. Independente da política social que o assistente social vai estar inserido, ele precisa ter habilidades e competências para garantir que os direitos dos usuários naquele campo sejam efetivados.

Por conseguinte, as reflexões produzidas neste capítulo serão importantes para entender os próximos capítulos. Sendo que no segundo, serão abordadas as questões de gênero de forma, raça e etnia de forma aprofundada.

2 FEMINISMO, RELAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA

Pensar a trajetória profissional de assistentes sociais negras requer uma reflexão acerca dos significados de ser mulher, ser negra e ser assistente social. Transversal ao debate de gênero, raça/etnia e Serviço Social, identificamos o feminismo como um conceito a ser destacado, pois esse movimento social contribuiu para a ressignificação do papel da mulher na sociedade, o que refletiu diretamente no seu entendimento como sujeito de direitos. Assim, o redimensionamento dos tradicionais papéis imputados às mulheres ganha destaque no cotidiano de luta que o feminismo proporcionou e contribuiu para a ampliação da circulação de mulheres nos espaços públicos e no mercado de trabalho.

2.1 O QUE SÃO RELAÇÕES DE GÊNERO

Ao falarmos de gênero, o reconhecemos como uma categoria de análise que permite a compreensão dos papéis sociais e sexuais desenvolvidos por homens e mulheres na sociedade. Neste escopo, falar de gênero pressupõe a discussão dos processos sociais, culturais e simbólicos que transformam homens em homens e mulheres em mulheres. Para Scott (1993), o termo gênero designa as relações sociais entre os sexos. Assim, discutir relações de gênero é enfrentar as desigualdades vivenciadas por homens e mulheres na sociedade. Desigualdades de múltiplas ordens, como econômicas, políticas, no acesso a bens e serviços, na formação educacional, entre outras.

De acordo com Veloso (2003), o conceito de gênero pode ser compreendido como um conjunto de padrões comportamentais que os sexos assumem em uma determinada sociedade. Sendo assim, as relações de gênero se mostram como um dos eixos estruturantes da organização societária. Gênero são características e atitudes sociais e históricas atribuídas ao homem e a mulher, portanto, é um elemento fundamental na construção da vida social. Para entendermos as relações sociais é primordial discutirmos as relações de gênero.

É imprescindível compreender que sexo é diferente de gênero. O sexo é o elemento que classifica o ser humano em macho ou fêmea. E gênero são

referenciais comportamentais que os sexos desenvolvem através das relações sociais, apreendidos pela educação diferenciada por sexo. As relações entre os sexos não são pautadas apenas por desejos ou necessidades sexuais de reprodução da espécie humana, existem outros condicionantes nessas relações. Portanto, o debate de gênero contribui para que possamos ultrapassar o determinismo das relações, fazendo-nos refletir que sexo está no terreno biológico e gênero no terreno sociocultural.

Caberia dizer que se vive em uma cultura onde desde a primeira infância se internaliza o discurso de papéis e lugares sociais e sexuais, em que desde antes do nascimento os indivíduos são induzidos ao que devem ser, qual comportamento devem ter. Na gravidez, por exemplo, a primeira atitude a se tomar é descobrir o sexo do bebê e a partir daí já é imposta qual a cor do seu enxoval, se menino azul ou se menina rosa, o que ele vai ser quando crescer, o que deve ou não brincar, quais atitudes devem ou não tomar. E, conseqüentemente, esses padrões comportamentais, que a criança vai construindo ao longo de sua vida, interferem se vão se tornar homens ou mulheres. "Rigorosamente, os seres humanos nascem machos ou fêmeas. É através da educação que recebem que se tornam homens e mulheres" (SAFFIOTI, 1987, p.10).

O debate de gênero é utilizado para mostrar que as relações estabelecidas entre os sexos organizam a própria dinâmica societária. Essa imposição que se atribuiu aos sexos historicamente contribui para o que hoje nós conhecemos por desigualdades sexuais, pois a desigualdade não se explica apenas pelas suas características biológicas, mas sim pelos referenciais comportamentais aos quais o ser humano foi submetido.

Os indivíduos são ensinados a se comportarem como homens e mulheres a partir de um padrão que nos é imposto, naturalizado, e que gera lugares aos quais homens e mulheres pertencem. Desde a infância, com a lógica do que é coisa de menino e coisa de menina, fomentamos o terreno das desigualdades. Discutir gênero não é negar a diferença entre os sexos, mas sim, o quanto tais diferenças, ao serem transformadas em desigualdades, afetam a condição de cidadania dos sujeitos.

É possível verificar, portanto, que ao longo do tempo, a mulher foi tida pela sociedade como um ser inferior ao homem, um objeto sujeito à dominação e

submissão. E, por muito tempo, grande parte das mulheres aceitaram essa condição, até o seu papel na sociedade começar a ser questionado.

Conforme Veloso (2003), o movimento Feminista foi essencial para o surgimento de um debate sobre categoria gênero, que apesar das polêmicas,

Começava a se abrir caminho para uma nova forma de análise das desigualdades existentes entre homens e mulheres: a categoria gênero era o eixo condutor desse processo e com a sua utilização buscava-se rejeitar o determinismo biológico presente em termos como "sexos" ou "diferença sexual" (VELOSO, 2003, p.5).

Para Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p.486) o feminismo é compreendido como o conjunto de teorias que têm em vista a libertação da mulher, que vai repensar a condição feminina na sociedade, tendo em vista a transformação dessa realidade e a superação de sua opressão. O feminismo busca identificar e enfrentar os processos que submetem as mulheres à situação de desigualdade e hierarquia. O autor aponta que o feminismo implica não apenas uma ideologia, mas um movimento social cujo objetivo é redefinir o papel da mulher na sociedade. É um movimento social porque comporta uma ação que é coletiva, e que trouxe avanços importantes para que o papel da mulher fosse reconhecido, inclusive na luta pela conquista de direitos.

É durante século XX, o questionamento do papel da mulher na sociedade começa a ganhar notoriedade. A batalha assumida ao longo dos anos se deu principalmente para fazer com que a mulher assumisse o controle da sua própria vida, conquistasse sua autonomia social e política, para que a mulher tivesse direitos como qualquer outro indivíduo social. A primeira bandeira de luta que as mulheres reivindicam, é o direito de terem Direitos.

Como salienta Carloto (2001), a existência de gêneros vislumbra a desigualdade nas atribuições de papéis sociais aos sexos,

A existência de gêneros é a manifestação de uma desigual distribuição de responsabilidade na produção social da existência. A sociedade estabelece uma distribuição de responsabilidades que são alheias as vontades das pessoas, sendo que os critérios desta distribuição são sexistas, classistas e racistas (CARLOTO, 2001, p. 202).

O conceito de divisão sexual do trabalho surge no início dos anos de 1970 na França, embora já tenha sido objeto de estudos em diversos países. Porém, como salientam Hirata e Kergoat (2007), as bases teóricas desse conceito são aprofundadas na França, com impulso do Movimento Feminista.

Como já citado acima, as mulheres começaram a repensar seu papel na sociedade a partir do movimento feminista, com isso começaram a refletir sobre o trabalho que desempenhavam, mas que não era reconhecido como trabalho. As mulheres realizavam suas atividades não apenas para si, mas para outras pessoas também, como o trabalho doméstico, pois a casa não era arrumada só para a mulher desfrutar dela, mas todos que moravam ali desfrutavam do mesmo espaço, porém esse trabalho não era reconhecido. Foi então que fartas desse não reconhecimento, elas começaram a lutar também pela questão do trabalho.

Foi com a tomada de consciência de uma “opressão” específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno(HIRATA; KERGOAT, 2007, P.597).

Como enfatizam Hirata e Kergoat (2007), em pouquíssimo tempo surgiram as primeiras análises dessa forma de trabalho nas ciências sociais, quando o trabalho doméstico começou a ser reconhecido como trabalho profissional. O que permitiu considerar concomitantemente as atividades desenvolvidas na esfera doméstica e na esfera profissional, onde proporcionou pensar-se o termo divisão sexual do trabalho.

A divisão social e sexual é o núcleo motor da desigualdade entre homens e mulheres. Sobre essa lógica, a mulher pertencente ao espaço privado (doméstico) e, por conseguinte, o homem ao espaço público. Conforme Saffioti (1987), é socialmente e culturalmente imposta ao ser feminino a noção do cuidado e ao ser masculino a noção de provedor.

Portanto, era preciso pensar o trabalho além do ambiente doméstico, começou-se a analisar também o trabalho assalariado, pensado até então apenas para a figura masculina.

De acordo com Kergoat (2009), a divisão sexual do trabalho é uma divisão do trabalho social, fruto das relações sociais de sexo. Consequentemente, destinando

aos homens as tarefas produtivas e às mulheres as tarefas reprodutivas, portanto ao homem sempre são atribuídas atividades de grande valor social.

Em vista disso, há uma naturalização na sociedade de que a mulher é incumbida do espaço doméstico e o homem do público. Esse processo nos leva a refletir a desvalorização do espaço doméstico e a valorização do espaço público, trazendo a compreensão que as funções atribuídas aos homens se constituem como trabalho e a mulher nada mais e nada menos que uma obrigação da função do cuidado que lhe é imposta pela sociedade.

Mesmo quando a mulher era submetida ao trabalho similar ao executado pelo homem, este era para auxiliar seu esposo nas despesas de casa, visto como uma ajuda. Com isso, além de desvalorizado, sua jornada de "trabalho" se entendia, pois além de trabalhar fora, ao chegar em casa tinha a obrigação de cuidar da casa, dos filhos e marido.

(...) a responsabilidade última pela casa e pelos filhos é imputada ao elemento feminino. Torna-se, pois, clara a atribuição, por parte da sociedade, do espaço doméstico a mulher. Trabalhando em troca de um salário ou não, na fábrica, no escritório, na escola, no comércio, ou a domicílio, como é o caso de muitas mulheres que costuram, fazem crochê, tricô, doces e salgados, a mulher é socialmente responsável pela manutenção da ordem na residência e pela criação e educação dos filhos (SAFFIOTI, 1987, p. 9).

Atualmente essa situação tem mudado, as mulheres travam lutas para superar essa lógica, mas o gênero é um elemento primordial para refletir as escolhas profissionais tanto de homens quanto de mulheres, pois ainda sim as mulheres decidem ter profissões relacionadas ao cuidado, porque era posto como uma extensão do trabalho doméstico. Como descrito acima essa situação tem se modificado, mas essa ideologia não foi completamente superada.

De acordo com Veloso (2003), o gênero é o eixo estruturante das relações sociais a partir das diferenças entre os sexos, sendo assim a primeira forma de se pensar as relações de poder. É através da categoria gênero que podemos identificar essa hierarquização de status, onde o homem ocupa um espaço social de maior visibilidade.

Portanto, como salienta Kergoat (2009), a divisão sexual do trabalho tem dois princípios organizadores: princípio da separação e princípio da hierarquização,

sendo o primeiro pensado para separar trabalho de homem e trabalho de mulher, e o segundo pensado para valorizar mais o trabalho masculino que o feminino.

Essa ideologia que as mulheres são inferiores aos homens parte da concepção que as mulheres só podiam ser submetidas ao trabalho doméstico, em que não tinham possibilidade de desenvolverem suas outras potencialidades da quais são portadoras, como afirma Saffioti (1987). Superar a desigualdade de gênero nos reporta a pensar que,

(...) a igualdade de oportunidades pressupõe a partilha de responsabilidades por homens e mulheres, em qualquer campo de atividade, ai incluso o espaço doméstico. Não se trata de ensinar os homens a auxiliarem a mulher no cuidado com os filhos e a casa, pois sempre que a atividade de alguém se configurar como ajuda, a responsabilidade é do outro. Trata-se de partilhar a vida doméstica, assim como o lazer e as atividades garantidoras do sustento da família. Nada mais injusto do que tentar disfarçar a dominação dos homens sobre as mulheres através da "ajuda" que os primeiros podem oferecer as últimas (SAFFIOTI, 1987, p.15).

E para além da refletir a igualdade de gênero sem colocar homens e mulheres como iguais ou da mesma natureza, precisamos defender a ressignificação da condição da mulher na sociedade e respeitar sua condição como cidadã.

Então existem, ainda hoje, lugares e papeis a homens e mulheres, e esses papéis são assumidos de acordo com o gênero imposto a cada ser, só que essa lógica precisa ser desnaturalizada para combater as desigualdades sociais.

A diferença entre os sexos é um elemento importante na naturalização de atividades femininas e masculinas que, por sua vez, vão desencadear preconceitos e estereótipos, visto que ultrapassar essas barreiras se torna um problema, pois existe uma correlação de força entre o combate e a reprodução dessas desigualdades. "A diferença biológica vai se transformar em desigualdade social e tomar uma aparência de naturalidade" (CARLOTO, 2001, p. 203)

As relações de gênero é uma nova interpretação das relações sociais, marcadas para além da diferença sexual, mas sobre processos que constituem homens em homens e mulheres em mulheres.

As relações de gênero se estabelecem dentro de um sistema hierárquico que dá lugar a relações de poder, nas quais o masculino não é unicamente diferente do feminino. Esta diferença de poder torna possível a ordenação da existência em função do masculino, em que a hegemonia se traduz em um consenso generalizado a respeito da importância e supremacia da esfera masculina (CARLOTO, 2001, p. 205).

2.2 O DEBATE SOBRE RAÇA E ETNIA E A CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS SOCIAIS

Como salienta Viana (2009), discutir o conceito de raça e etnia não é uma tarefa nada fácil. Devido à complexidade de compreensão de ambos, muitos tentam reduzir um termo ao outro, considerando que os dois conceitos são sinônimos, porém, seus significados são diferentes.

Segundo Viana (2009), raça é um termo bem complexo, pois sua origem nos revela que seu significado se remete às diferenças físicas no interior da espécie humana e que foram significadas como estratégias de hierarquização entre os grupos e desigualdades.

Sabemos que antes da vinda dos portugueses e dos escravos (trazidos do continente Africano) ao Brasil, o país era habitado por índios, e conforme o decorrer do tempo e das relações sociais, o processo histórico como enfatiza Viana (2009) provocou um encontro entre raças e, conseqüentemente, uma intensa miscigenação, o que gera essa complexidade no debate sobre o conceito de raça.

De acordo com Viana (2009), tais diferenças são meramente superficiais, relativas a aparências. Portanto, raça é um termo usado para justificar diferenças fenotípicas entre os seres humanos. Está associada às características biológicas, mas ideologicamente é usado como uma forma de hierarquizar diferentes grupos étnicos.

Podemos dizer que as diferenças raciais ocorrem na esfera do fenótipo. Estas são diferenças superficiais (cor da pele, forma e cor dos cabelos, formas faciais, etc.), tal como colocamos anteriormente. (...) A sua única vantagem reside no fato de deixar claro que as diferenças raciais (fenotípicas) não proporcionam nem superioridade nem inferioridade e que, portanto qualquer tese que remeta a algum tipo de pretensão de superioridade racial é destituída de qualquer valor teórico, sendo apenas uma ideologia racista (VIANA, 2009, p.12).

De acordo com Viana (2009), a raça só pode ser compreendida como a divisão no interior de uma espécie. Pensar em espécie humana significa enfatizar o que existe em comum em todos os seres humanos.

Podemos definir raça como uma população que possui em comum um conjunto de características físicas (fenotípicas) hereditárias que se transformam através da relação com o meio ambiente e da miscigenação. Um indivíduo pertence a uma raça se possuir este conjunto de características diferenciadoras. Este conjunto, por sua vez, é transmitido hereditariamente e por isso características físicas derivadas de acidentes físicos ou biológicos não fazem parte deste conjunto. Tal conjunto de características físicas são fenotípicas e não genotípicas (VIANA, 2009, p.12).

O genotípico diz respeito ao que um indivíduo recebe através da herança genética de seus genitores, portanto a diferença racial é física e fenotípica, pois o genotípico não tem como diferenciar, como explica Viana (2009). Com tudo o que diferencia uma raça de outra é apenas a aparência física, e tal explicação deveria ser tratada como algo simples e sem importância, mas devido ao processo histórico, as relações sociais e de dominação, exploração e opressão, algo que deveria ser irrelevante tornou-se símbolo de legitimação e justificação de tais diferenças, como afirma Viana (2009).

Conforme Viana (2009) e a partir da definição de raça citada acima, é possível perceber que números variados de raças atualmente existentes, tais variações se dão de acordo com as características físicas. Assim, a diferença entre raças refere-se a um conjunto de diferenças físicas hereditárias relativamente grandes, como saliente Viana (2009), pois se considerássemos pequenas diferenças, existiria um número infinito de raças.

Isso nos revela que a raça remete às diferenças no que diz respeito ao fenótipo de cada um, e tais diferenças são em alguns imperceptíveis, o que não dá poder a uma raça de se entender melhor do que a outra. Considerando o contexto contemporâneo no Brasil, devido ao processo de miscigenação é muito difícil evidenciar uma raça pura, e mesmo que fosse possível identificar uma raça pura, isso não dá "poder" de superioridade em relação a outras.

Atualmente um grande problema surgiu relativo ao conceito de raça, a sua pureza, se existe ou não raça pura. De acordo com Viana (2009), não é necessário pensar em pureza racial e sim qual diferença que distingue uma raça de outra, tais diferenças ocorrem no interior de uma semelhança mais profunda, tanto ao nível genotípico quanto fenotípico, além de psíquica e social.

A raça humana se desenvolve em um espaço territorial de formas isoladas, a raça negra se desenvolveu isoladamente no continente africano, a raça amarela no

continente asiático e regiões próximas. Portanto, o desenvolvimento do sistema capitalista contribui para romper com esses isolamentos espaciais, pois com seu expansionismo os contatos raciais se tornam frequentes e inevitáveis (VIANA, 2009). E a partir dessa expansão do sistema capitalista, começa a gerar as relações raciais, opressão e miscigenação.

A opressão cria os conflitos raciais e a miscigenação cria uma dificuldade em se definir a qual raça diversos indivíduos pertencem, pois eles acabam recebendo herança fenotípica de mais de uma raça. No entanto, esta herança fenotípica é predominante de uma ou outra raça e desta forma é possível definir a qual raça o indivíduo pertence. Por exemplo, os chamados "mulatos" e "pardos" possuem uma herança fenotípica predominantemente negra e por isso não constituem "raças" e sim fazem parte da raça negra (VIANA, 2009, p. 13-14).

De acordo com Viana (2009), a relação racial entre brancos e negros surge através do sistema capitalista, e a gênese dessa relação foi marcada por conflito e opressões. O processo da escravidão é uma característica importante para explicar essa relação, que se deu pela dominação dos brancos (proprietários do meio de produção) pelos negros (escravos). Portanto, é a partir desse momento histórico que nasce o racismo.

Por conseguinte, podemos dizer que tanto para as chamadas ciências naturais e quanto para as chamadas ciências sociais, o conceito de raça possui importância mínima, mas que, com a emergência do racismo, acaba ganhando grande importância para a compreensão das relações sociais contemporâneas (VIANA, 2009, p.14).

Conforme salienta Viana (2009), o racismo tem sua gênese a partir das relações raciais, como citado acima da expansão do capitalismo, logo essa relação iniciou-se de forma bem conflituosa, pois se sustentou pela dominação e opressão de uma raça sobre outra. No entanto, as relações entre as raças humanas podem tomar dois rumos diferentes, ou se tornam igualitárias ou conflituosas. As relações raciais igualitárias não têm importância, porém as relações raciais conflituosas são entendidas como uma discriminação, porque o conflito é locução da discriminação racial e junto com ela a ideologia racista (Viana, 2009).

A ideologia racista parte da ideia que uma raça é superior à outra. De acordo com Viana (2009), os ideólogos racistas sustentam a noção de que a superioridade

racial vai para além das diferenças fenotípicas entre as raças, mas envolvem também a diferença genotípica, mental, cultural e/ou moral.

O racismo surge, conseqüentemente, no processo de ascensão do capitalismo, e a escravidão foi o fator que culminou a ideologia racista, tendo seu fundamento inicialmente pelo viés religioso, e posteriormente racionalista com pretensões científicas, como salienta Viana (2009).

Portanto, como explicita Viana (2009), essa ideologia surgiu com interesse de justificar a escravidão negra, o expansionismo colonial e imperialista, entre outros fatos históricos. Como a crise, pois a classe dominante precisava criar nesse momento um "inimigo imaginário" para desviar a atenção das verdadeiras determinações da crise (Viana, 2009).

A burguesia necessitava de alguma maneira tirar o foco da sociedade do que estava acontecendo naquele momento, e justamente a ideologia racista foi uma saída que os donos do meio de produção utilizaram para tirar a atenção do que estava acontecendo, e das verdadeiras intencionalidades daquela crise. E isso pode acontecer tanto com a culpabilização de raças ou grupos internos, quanto como grupos internos, conforme Viana (2009).

A busca desenfreada por poder e status também é uma das gêneses da ideologia racista e o preconceito racial, pois como afirma Viana (2009), nessa competição uma raça tende a ganhar e a outra a perder e, como desde os tempos remotos, os brancos mantinham uma relação de dominação em relação aos negros e índios, essas últimas raças sempre foram mantidas às margens da população, o que contribui até os dias atuais essa disputa entre raças.

...outra fonte de geração de ideologia racista e do preconceito racial se encontra na mercantilização e burocratização das relações raciais e na competição social desenfreada no sentido de busca de *status*, poder, riqueza, ascensão social, etc. Esta competição ocorre em todas as esferas da vida social (no trabalho, para conseguir "subir de cargo", no mercado de trabalho, para conseguir um emprego; entre empresas capitalistas, na disputa pelo mercado consumidor; nas escolas, pelo melhor desempenho ou para ter acesso, etc.). Esta competição generalizada cria uma animosidade e qualquer diferença existente serve de pretexto para buscar colocar o concorrente como inferior e a questão racial aparece muitas vezes como este pretexto almejado (VIANA, 2009, p.14).

De acordo com Viana (2009), o racismo não tem nenhum fundamento real, pois sua gênese é marcada por conflitos sociais, interesses e sentimentos formados

numa sociedade baseada na divisão de classes antagônicas, marcada por opressão e conflitos sociais variados.

Alguns pesquisadores, como enfatiza Viana (2009), substituem ou abandonam o termo raça por acreditarem que não existem raças humanas, no entanto, com a ideologia racista impregnada no mundo, essa afirmação se torna imaginária, pois a ideologia racista tende a utilizar as diferenças raciais e criar diferenças inexistentes.

Conforme Viana (2009), o racismo possui uma gênese social que nos remete à mentalidade dos racistas e não à realidade das diferenças raciais e, por isso, negar esta última não altera a primeira. Portanto, não há como abolir o racismo abandonando o conceito de raça (Viana, 2009).

O conceito de etnia também possui suas dificuldades, não tanto quanto o termo raça. De acordo com Viana (2009), etnia tem seus variados conceitos, podendo ser explicadas por diferentes correntes.

O termo etnia está relacionado a um grupo que possui características, origens e interesses comuns. Está associado a características culturais, religiosidade, território, mitos históricos pertencentes ao um determinado grupo de pessoas.

Porém, consideramos esta definição demasiadamente restrita e a-histórica e por isso preferimos trabalhar com a ideia de etnia da seguinte forma: uma etnia é uma coletividade (sociedade ou comunidade) de indivíduos que são (ou se originaram) de um mesmo território e que possuem, também, uma unidade e homogeneidade cultural (mesma língua, religião, crenças em geral, valores, etc.) e uma identidade coletiva de pertencimento a esta etnia (VIANA, 2009, p.14).

Conforme analisa Viana (2009), o termo etnia tem suas variadas definições, e tais definições se tornaram uma estratégia para construir superficialmente um "objeto de estudo", pois o conceito de etnia possui a mesma dimensão de classe social, movimentos sociais, grupos sociais, entre outros. Sua construção é realizada em grande parte por sociólogos e não por antropólogos (que trabalham com etnia), assumindo como referência os grupos sociais conflituosos (VIANA, 2009).

De acordo com Viana (2009), a partir da análise de etnia sobre o aspecto histórico, observa-se que ela pode ser tanto uma sociedade quanto uma comunidade, portanto apontamos para a realidade histórica de transição de uma coletividade autônoma para uma coletividade dependente. Onde cabe ressaltar que

uma sociedade é uma coletividade autossuficiente e uma comunidade é uma parte dependente da sociedade (VIANA, 2009). Os indígenas, por exemplo, formam sociedades, mas quando são inseridos no capitalismo, tornam-se coletividades dependentes.

Como salienta Viana (2009), podemos distinguir etnia de duas formas: a etnia com fundamentos em laços fortes e a etnia em laços frágeis, portanto, toda etnia possui laços fortes, mas o desenvolvimento do capitalismo contribui para etnia expandir laços frágeis, o que pode extinguir tal etnia. Com isso, observamos que a etnia é uma coletividade nascente de algumas sociedades não capitalista, mas com o advento do capitalismo essa etnia pode ser superada ou subordinada ao capitalismo, como afirma Viana (2009).

Uma característica da etnicidade é que nenhum indivíduo pode simplesmente tornar-se parte de uma etnia, pois os sujeitos que compõem uma etnia compartilham as mesmas experiências passadas, a mesma tradição histórica e cultural. E tal característica é o que distingue etnicidade de religiosidade. Quando discutimos etnia de laços fortes, as sociedades indígenas se constituem no melhor exemplo para ressaltar a enorme variedade de etnias existente, pela diversidade de sociedades indígenas, porém não são as únicas, como explicita Viana (2009).

Mediante às definições postas sobre etnia, é de extrema importância não confundir etnia com outro termo, como classe social, nação, religião, entre outros, pois etnia relaciona-se à unidade e homegeinidade, e à pluralidade e heterogeinidade.

Baseada na origem da palavra etnocentrismo, ela se fundamenta na concepção de diferenciar nossa etnia de outra, considerando sempre a nossa etnia superior e melhor à outra etnia.

A atitude mais antiga e que repousa, sem dúvida, sobre fundamentos psicológicos sólidos, pois que tende a reaparecer em cada um de nós quando somos colocados numa situação inesperada, consiste em repudiar pura e simplesmente as formas culturais, morais, religiosas, sociais e estéticas mais afastadas daquelas com que nos identificamos. <<Costumes de selvagens>>, <<isso não é nosso>>, <<não deveríamos permitir isso>>, etc., um sem-número de reacções grosseiras que traduzem este mesmo calafrio, esta mesma repulsa, em presença de maneiras de viver, de crer ou de pensar que nos são estranhas (Strauss, 1985, p.17).

Portanto, a partir da compreensão de etnocentrismo, percebe-se que é uma concepção que transmite superioridade e centralidade, que sempre haverá uma cultura que vai dominar todas as outras existentes. E conforme o modo de produção capitalista no qual estamos inseridos, a cultura predominante é a burguesa, que domina e oprime as outras culturas.

De acordo com Viana (2009), essa lógica de superioridade abre margem para o preconceito. No entanto, esse preconceito não é só praticado pela identidade própria de um grupo marcado pela sua unidade cultural, então não precisa de uma única cultura para praticar o preconceito. Pode-se praticar o preconceito sem um grupo específico ou entre uma cultura e outra.

Por conseguinte, o etnocentrismo deve ser substituído pelo preconceito étnico. Conforme afirma Viana (2009), o preconceito étnico reproduz algumas características que são comuns ao racismo, como a ideia de superioridade e inferioridade, porém há mais diferenças que semelhanças.

O preconceito étnico se expande conforme a ampliação do sistema capitalista, a sociedade capitalista com sua cultura burguesa, vai se deparar com diversas etnias, e buscará subjugar-las.

O principal fundamento do preconceito étnico é a necessidade de dominação a essas diferentes etnias trazidas ao Brasil. Pois os escravos, por exemplo, vieram de diferentes lugares do continente africano, o que irá afetar a moral, costumes, religião dessas culturas para impor uma cultura moral e dominante da sociedade capitalista (Viana, 2009). Então os escravos chegavam ao Brasil e eram proibidos de manifestar os seus costumes e principalmente suas religiões, pois a religião predominante na época era a Católica.

As etnias contactadas são qualificadas como "inferiores" "bárbaras", "atrasadas". Obviamente que isto, ao contrário do que pensa Leví-Strauss, não se trata de "fundamentos psicológicos sólidos" e "atitude mais antiga" e sim determinados interesses e determinado tipo de cultura que necessita subjugar as demais e assim legitimar e justificar essa relação de dominação instaurada (VIANA, 2009, p.20).

Em geral, os grupos ou indivíduos têm a tendência de analisar e avaliar o que está ao redor a partir de sua perspectiva, portanto essa perspectiva se torna um problema se for pautada em interesses de dominação e exploração, tal perspectiva comum na cultura burguesa, como salienta Viana (2009).

Conforme explicita Viana (2009), a ligação entre etnia e território se expande na medida que o sistema capitalista se amplia, no entanto os conflitos sociais que estão pautados nessa perspectiva têm seu fundamento na luta pela terra, e a expansão do capitalismo vai provocar uma desapropriação territorial o que gera também a destruição de etnias.

De acordo com Viana (2009), o preconceito étnico irá justificar e legitimar tal processo e, como nossa sociedade não é homogênea, grande parte da população que poderia se opor a ele acaba acatando-o devido a esta legitimação.

Portanto, a partir das análises feitas sobre a definição de raça e etnia explicitadas acima, entende-se que são duas realidades distintas, sendo que raça é um termo construído a partir diferenças físicas e a etnia pela unidade cultural.

Neste sentido, se torna importante deixar claro a distinção entre os conceitos de raça e etnia. Uma raça se constitui através de semelhanças físicas em comparação com as diferenças físicas em relação a outras raças e uma etnia se constitui através de sua unidade cultural. Por isso, confundir raça e etnia mais dificulta a superação do racismo e do preconceito étnico do que contribui para a erradicação. Por isso, julgamos necessário abrir espaço para se pensar a superação do racismo e do preconceito étnico a partir de uma reflexão teórica que demarque suas diferenças (VIANA, 2009, p.21).

Porém, muitos ainda tendem a confundir o conceito de raça e etnia, ou muitos limitam esses conceitos como se fossem únicos ou sinônimos, mas ao longo desta discussão percebemos que estes dois produzem efeitos completamente diferentes.

Como salienta Viana (2009), as vastas etnias "africanas", "brasileiras", entre outras, são compostas por apenas uma raça, pois as etnias constituem sociedades autossuficientes sem relações mercantis, sem grandes necessidades de contatos culturais, o que permite a mesma reprodução da herança fenotípica. No entanto, toda etnia é composta por apenas uma raça, mas a raça é composta por uma diversidade de etnias. Por exemplo, o continente africano que em sua quase totalidade era constituído pela raça negra, mas foi dividido em inúmeras culturas, tradições, costumes e línguas, o que configura as diversas etnias.

Conforme Viana (2009), o sistema capitalista trouxe e ainda traz diversas consequências destruidoras, e no que se refere à raça e etnia não foi diferente, pois tal sistema teve como objetivo, no começo da sua expansão pelo mundo, separar esses termos, abolindo as etnias de seu sistema. O que culminou na destruição das etnias de seus territórios, destruindo também sua unidade cultural (etnias africanas).

O Brasil desde os primórdios desenvolveu-se a partir do sistema capitalista, a base da exploração. E os negros foram um desses povos explorados, os que mais sofreram com o regime escravocrata, trazidos do continente africano, onde tiveram que deixar seus costumes, crenças hábitos para se adaptar em uma nova cultura totalmente diferente.

Fernandes (2005) enfatiza que a escravidão foi um processo muito violento, conflituoso e que deixou marcas irreversíveis na história da população negra, pois é a partir desse regime que os negros são considerados como indivíduos não integrantes da sociedade, vistos apenas como mão de obra barata e objeto de reprodução capitalista. Portanto, o negro sempre foi mantido em um lugar de subalternidade, onde tinha o direito apenas de trabalhar, eram considerados seres sem alma, somente objetos. Então essa herança de que o negro não faz parte da sociedade, que não deve se desenvolver, não deve ser notado, não deve ter as mesmas oportunidades que os outros grupos, é uma herança trazida do tempo escravocrata.

Maringoni (2011) ressalta que fugas, rebeliões e organizações dos quilombos passaram a existir desde o século XVI, e várias dessas rebeliões regionais resultaram na emancipação dos cativos, porém uma campanha organizada para a libertação dos escravos só acontece nas últimas décadas do século XIX. Em 1880, é fundada a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, em que o deputado Joaquim Nabuco apresenta ao Parlamento possibilidades de libertação geral da escravidão.

Com a libertação dos negros no Ceará em 1884, através de pressão popular, e a crise na lavoura e reflexos da seca em 1887, culminou a movimentação do abolicionismo em diversas regiões do país. Desse modo, como afirma Maringoni (2011), o sistema de escravidão começa a perder forças e a libertação dos escravos ganha legitimidade, mas os grandes donos do meios de escravidão não contentes com essa possibilidade, pois iriam perder sua fonte de exploração, então começam a violentar cada vez mais seus escravos, o que resultou em várias fugas.

Como já prevista a possibilidade de libertação dos negros, em 1870 começa a chegar no Brasil um grande contingente de imigrantes europeus, que vieram para o país a trabalho, justamente nessa época passaram a conviver escravos e assalariados. Maringoni (2011) sintetiza que nessa época o país passa por mudanças do ponto de vista econômico, quando a implantação da dinâmica capitalista ganha forças, fazendo com que parte das oligarquias agrárias tornem-se

burguesia, o que gerou novas relações sociais. Portanto, é nesse período que o negro se tornou um instrumento ultrapassado para a economia, pois o trabalho assalariado se apresentava mais barato que a exploração.

Maringoni (2011) salienta que a partir do momento que a escravidão se tornou uma condição ultrapassada para a economia, assentou-se a necessidade de sua superação, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista econômico.

O fim do regime de cativo em São Paulo, em fevereiro de 1888, por exemplo, é ilustrativo. Às rebeliões de escravos ao longo da década de 1880 vieram se somar o formidável fluxo de mão-de-obra imigrante que chegava para a lavoura e para a incipiente indústria, inaugurando o regime de trabalho livre. A província já iniciara uma arrancada econômica – com a construção de ferrovias, instalação de casas bancárias e aumento das exportações – que a colocaria, na segunda década do século XX, na dianteira do desenvolvimento nacional. A libertação não representou nenhum abalo de monta para a economia regional (MARINGONI, 2011, p.38).

Com as fugas dos escravos, a produção começou a ficar defasada, nessa perspectiva os imigrantes começaram a serem contratados, e os donos dos meios de produção ao observarem que o trabalho livre e assalariado lhe traziam menos gastos, passaram a aderir o processo de libertação, mas nem todos a princípio concordaram.

A situação era diversa na província do Rio de Janeiro. A região enfrentava uma crise, com vários produtores rurais endividados em bancos. A libertação poderia representar um sério abalo. Com isso, os fazendeiros fluminenses ficaram contra a libertação (MARINGONI, 2011, p.38).

Porém, mesmo com contrariedade de alguns produtores, a Abolição começou a ser preparada, mas o que não foi preparado a princípio, é como ficariam os negros após sua libertação.

A manifestação a favor da abolição foi uma das organizações que mais movimentou o país, onde com muito esforço conquistou-se a Lei Áurea em 13 de maio de 1888, porém não se pensou nos efeitos que essa liberdade poderia gerar para a população negra, uma vez que a sociedade não estava preparada e nem aberta para receber os negros. Nesse caso, o processo de inserção do negro na

sociedade brasileira não foi uma tarefa fácil, ainda não é, pois até os dias atuais percebemos tais reflexos do racismo na sociedade.

E não foi fácil essa inserção, pois como já descrito acima, a entrada dos imigrantes europeus, foi uma grande estratégia para descarte dos negros, uma vez que, após libertos, não tinham como se sustentar, pois o número de imigrantes aumentaram e eles ocuparam todos os postos de trabalhos. Nessa perspectiva, o negro foi lançado a própria sorte.

Dessa forma, como é objetivo do trabalho discutir o protagonismo da mulher negra no Serviço Social, entender a base das desigualdades dessa integração do negro na sociedade na qual vivemos, é de extrema importância para se refletir o quanto a inserção do negro no processo de trabalho se dá de maneira conturbada e desigual, dessa maneira, o que se observa-se é que a visibilidade da mulher negra no mercado de trabalho não tem a mesma proporção que uma mulher branca, primeiramente por ela ser mulher, que é um dilema pertinente ao sexo feminino, e segundo por ser negra. O que vale ressaltar que a mulher negra sofre um estigma trazido da sua ancestralidade, das suas raízes étnicas de não alcançarem possibilidade de se desenvolverem no mercado de trabalho, porque a integração do negro após o abolicionismo não foi aceita sociedade.

Em suma a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo. Em certas situações históricas-sociais - como parece suceder com a cidade de São Paulo na época considerada -, essa responsabilidade se tornou ainda mais penosa e difícil, dadas as possibilidades que poderiam ser realmente aproveitadas em sentido construtivo pelo negro (FERNANDES, 2005, p.35 e 36).

Como aponta Maringoni (2011), o descarte do negro após a abolição foi uma estratégia de branqueamento do país, onde a raça branca pudesse predominar o Brasil. A libertação trouxe ao centro da cena, além do projeto de modernização conservadora para a economia, o delineamento social que a elite desejava para o País (MARINGONI, 2011).

Sem terem para onde ir, os negros somatizaram o número de pessoas que vivenciavam diversas expressões da questão social. Tornaram-se um povo sem nenhuma assistência e indesejados,

Os ex-escravos, além de serem discriminados pela cor, somaram-se à população pobre e formaram os indesejados dos novos tempos, os deserdados da República. O aumento do número de desocupados, trabalhadores temporários, lumpens, mendigos e crianças abandonadas nas ruas redonda também em aumento da violência, que pode ser verificada pelo maior espaço dedicado ao tema nas páginas dos jornais (MARINGONI, 2011, p.42).

Isso posto, fica claro que o negro foi apenas utilizado como um objeto de acumulação do capital, durante o período escravocrata, mas logo após tornou-se um elemento obsoleto, sem nenhuma utilidade, com a chegada dos imigrantes europeus. Contudo, sem nenhuma possibilidade de integração na sociedade, passaram a ser indivíduos marginalizados e viver à mercê da própria sorte.

Os escravos eram pessoas totalmente dependentes dos seus senhores, não tinham nenhuma noção do que era viver sociedade, uma vez que viviam isolados da população, servindo aos seus senhores, isolados não só do convívio, mas de responsabilidades do exercício da vida em sociedade, então quando foram deixados de lado, tiveram sozinhos que enfrentar o mundo ao qual os esperaram.

A desagregação do regime escravocrata e serviu se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela mudança e manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva (FERNANDES, 2005, p.29).

Como salienta Fernandes (2005), os escravos, após o regime abolicionista, enquadraram-se no exército de trabalhadores reservas, pois não havia quem os contratasse, além disso já tinham mão de obra suficiente para o substituí-los (os imigrantes europeus).

Em vista disso, é importante ressaltar mais uma vez que a compreensão que raça e etnia são conceitos diferentes é necessária para romper com as diversas expressões do preconceito étnico e as diversas manifestações do racismo, pois apesar dos diversos avanços na legislação brasileira, tornam-se importantes as lutas dos movimentos sociais por políticas públicas que visam ampliar esse debate de forma justa e igualitária, percebe-se o quanto ainda precisamos avançar.

Pois o racismo é apreendido, as pessoas a partir do processo de socialização vão aprender práticas que vão confirmar a ideologia racista. Tais práticas fomenta o racismo, mas só são afirmadas porque existem pessoas que sustentam essa ideologia.

O problema hoje do racismo e do preconceito étnico está na sua naturalização, e isso faz com que nos tornemos cegos diante da real gravidade da questão. No entanto, é importante romper com esses paradigmas da naturalização, pois precisamos ter a compreensão de que esse problema não é natural e sim social.

O ideal de embranquecimento por muitos anos ganhou forças no Brasil, é perceptível, até mesmo pelo que acima foi descrito, a intenção do sistema capitalista de embranquecer a sociedade tornou-se uma estratégia para disseminar as etnias, consequentemente os negros. Então o fator cor da pele foi algo que sempre mexeu bastante com a nossa sociedade, e foi o que culminou a invisibilidade da população negra, consequentemente sua subordinação aos brancos, o que gerou a marginalização dos negros e índios no Brasil. O que configura que nem todos atingiram as mesmas oportunidades, enquanto havia um grupo que se tornava cada vez mais visível e economicamente mais rico, existiam outros grupos que contribuíam para o crescimento destes.

Portanto, raça não deve ser caracterizada no plural, não existem "raças" conforme afirma a ciência. De acordo com a Campanha realizada pelo CFESS (2017-2020), *Assistente Social no combate ao preconceito*, a raça deve ser utilizada para entender a produção das desigualdades, pois ela não possui valor científico. Os movimentos sociais e antirracistas foram muito importantes para deixar esse conceito de lado, e refutar a fala de que existem raças humanas, porque na verdade existe apenas uma.

Ao analisar o conceito de raça desde a sua descoberta, é possível considerar que a lógica empregada de que existe mais de uma raça, era uma forma de separar os indivíduos em sociedade, uma segregação espacial, onde uma raça se evidenciava sobre a outra, assim como o conceito de classe, no qual economicamente a burguesia tem mais reconhecimento que as classes menos favorecidas. Essa relação é fundada na ideologia de dominação, na qual passa a existir uma hierarquização, sinônimo conhecido como racismo. Porém, ao longo das manifestações dos movimentos de luta essa concepção de raça perdeu o seu valor.

Nesse sentido, o CFESS (2016) traz a reflexão acerca de como os profissionais devem estar empenhados em lutar pela igualdade social, não devem defender a existência da pluralidade de raça, mas sim tratar essa afirmativa como relações étnico-raciais, pois as relações sociais podem ser baseadas nas condições de raça ou etnia.

Em uma sociedade dividida entre classes, regida pelo sistema capitalista, é nesse conflituoso cenário que o assistente social é solicitado para intervir na garantia e defesa dos direitos, onde o profissional encontrará alguns limites e possibilidades para desenvolver sua função. Assim sendo, faz-se necessário que o profissional faça uma análise crítica da realidade, para que não desenvolva ações de preconceito ou dominação, baseadas no conservadorismo ainda presente na nossa sociedade, mas para que tenha um posicionamento de disseminar as opressões e violações de direitos vivenciadas pelas classes subalterna. Discutir essas questões no Serviço Social também é necessário para que esse tema ganhe mais visibilidade e seja aprofundado nas universidades, dando assim o devido valor às matérias relacionadas às relações étnico-raciais. Pois, estudar e aprofundar esse assunto é importante para que o profissional possa reconhecer situações de preconceitos, até mesmo com si próprio e ter autonomia para responder essas ações discriminatórias de forma sensata, provocando a transformação social e não reproduzindo o ódio, podendo levar a conflitos maiores.

2.3 O FEMINISMO, MOVIMENTO NEGRO E AS MULHERES NEGRAS

Segundo Pinto (2009), o movimento feminista tem uma característica muito particular que deve ser levada em consideração pelos interessados em entender a sua história, é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria. Portanto, é um movimento que tem por finalidade a luta contra a violência doméstica contra a mulher, contribuindo para a sua emancipação e direito de participação política na sociedade com o intuito de cercear a dominação masculina sobre o corpo da mulher.

As mulheres que dão início a esse movimento, além de se propor a ação militante, possuíam um embasamento teórico, por isso foi um movimento que se

consolidou e ganhou forças até os dias atuais, tendo sua gênese com as áreas de humanas, crítica literatura e psicanálise.

De acordo com Pinto (2009), a primeira onda do feminismo no mundo ocorreu através da reivindicação das mulheres a favor de seus direitos, que se iniciou na Inglaterra no final do século XIX, conhecidas como as "sufragetes" quando elas se organizam para lutarem pelo direito ao voto. O movimento sufragista, além de lutar pelo direito ao voto, reivindicava o direito ao estudo e alcançar determinadas profissões.

As primeiras manifestações do movimento feminista no Brasil foram iniciadas publicamente em 1910 com a bióloga e cientista Bertha Lutz que liderou o movimento e incentivou as sufragetes brasileiras para lutarem pelo seu direito ao voto. De acordo com Pinto (2009), Bertha Lutz em 1927 levou um abaixo assinado ao Senado pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Em 1932 no novo Código Eleitoral Brasileiro, foi promulgado o direito ao voto feminino. Mas segundo Alves & Alves (2013), essa fase era a do feminismo "bem comportado" e sinalizava o caráter conservador desse movimento, portanto nesse momento, ainda não era questionada a opressão da mulher.

Conforme Pinto (2009), com essas primeiras manifestações em 1917 as operárias anarquistas reunidas na "União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas" reivindicam melhores condições de trabalho e refletem o quão sofrida é a vida das mulheres que trabalham nas indústrias.

Em 1949, a escritora Simone de Beauvoir publica umas de suas obras mais famosas *O Segundo Sexo*, na qual analisa a gênese da opressão feminina e o desenvolvimento psicológico da mulher e como sua condição social interfere neste. O movimento nos leva a refletir, que além da dominação de classe, existe a dominação do homem sobre a mulher, e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias (PINTO, 2009).

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo (PINTO, 2009, p.16).

Conforme Vedovato e Vitalle (2016), o Brasil vivencia vários acontecimentos no início da década de 60, como as construções teóricas envolvendo as questões de gênero e trazendo ao espaço público questões referentes à sexualidade da mulher e o uso do seu corpo. Nessa época é lançada a pílula anticoncepcional, quando o movimento feminista se fortalece não só como uma luta por espaço político e social, mas como uma luta por uma nova forma de relacionamento entre homem e mulher.

A partir dessas concepções, o movimento ganha força e se alastra pelo mundo, surgindo os movimentos sociais feministas. O pensamento conservador sobre as mulheres começa a perder suas forças e as pessoas passam a reconhecer o novo pensamento feminino. Portanto, como salienta Vedovato e Vitalle (2016), é promulgado pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 1975 o Ano Internacional da Mulher, que foi primordial para refletir a condição da mulher e dar visibilidade ao movimento feminista.

Foram as rigorosas ações do regime militar que impulsionaram o movimento feminista a voltar a se manifestar, pois em 1930 o movimento perde sua visibilidade, mas em 1970 volta a se manifestar. De acordo com Vedovato e Vitalle (2016), as feministas se aliam com grupos marxistas para lutar contra a ditadura, em busca da liberdade democrática e anistia. Porém, suas ações passam a ser limitadas, pois o regime militar passa a monitorar o movimento, por considerar as feministas uma ameaça política e moral (PINTO, 2009).

No Brasil, a década de 1960 teve uma dinâmica diversa em relação ao resto do mundo. O país, nos primeiros anos da década, teve grande efervescência: a música revolucionava-se com a Bossa Nova, Jânio Quadros, após uma vitória avassaladora, renunciava, Jango chegava ao poder, aceitando o parlamentarismo, a fim de evitar um golpe de estado. O ano de 1963 foi de radicalizações: de um lado, a esquerda partidária, os estudantes e o próprio governo; de outro, os militares, o governo norte-americano e uma classe média assustada. Em 1964, veio o golpe militar, relativamente moderado no seu início, mas que se tornaria, no mitológico ano de 1968, uma ditadura militar das mais rigorosas, por meio do Ato Institucional n. 5 (AI-5), que transformava o Presidente da República em um ditador (PINTO, 2009, p. 16).

Levando em conta a anistia em 1979, as mulheres exiladas voltam ao Brasil com força total e com experiência do feminismo atuante, principalmente o europeu.

Em 1980 com a redemocratização do país, o movimento feminista ganha força no Brasil se aliando aos movimentos sociais, quando havia inúmeros grupos

de pessoas reivindicando diversos temas, tais como, a violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo (PINTO, 2009).

E estes grupos se organizam de acordo com as mulheres, influenciadas pela igreja Católica, que atuavam em bairros pobres para reivindicar os direitos da população. Apesar de o Feminismo ser um movimento liderado por mulheres intelectuais e de classe média, esses encontros foram importantes para que surgissem novas questões e para que o movimento se atentasse a novas demandas a ele imposta, e foi nesse momento que o movimento feminista passa ganhar adesão das camadas populares (ALVES; ALVES, 2013).

Uma das mais significativas vitórias do feminismo brasileiro foi a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984, que, tendo sua secretária com *status* de ministro, promoveu junto com importantes grupos – como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), de Brasília – uma campanha nacional para a inclusão dos direitos das mulheres na nova carta constitucional. Do esforço resultou que a Constituição de 1988 é uma das que mais garante direitos para a mulher no mundo. O CNDM perdeu completamente a importância com os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. No primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com *status* de ministério, e foi recriado o Conselho, com características mais próximas do que ele havia sido originalmente (PINTO, 2009, p. 17).

Em 1984 cria-se o Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), que foi uma das vitórias do movimento feminista na época, sendo o fator que culminou em 1988 a garantia de direitos às mulheres na Constituição Federal, é a Constituição que mais garante direitos às mulheres no mundo. Porém, após sua criação, nos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, o CNDM perdeu sua visibilidade. Porém, no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres que culminou a retomada do CNDM.

De acordo com Pinto (2009) na década de 90, o movimento feminista passa por um processo de profissionalização com a criação das ONGs (Organização Não Governamental) que buscava a proteção da mulher e a sua participação política. O que marcou essa época, no sentido da luta pelos direitos das mulheres, foi principalmente a luta contra todos os tipos de violência que a mulher sofria, inclusive a violência doméstica.

Portanto, o movimento feminista conquistou significativos avanços, como as Delegacias Especializadas de atendimento à Mulher (DEAM). Segundo Vedovato e Vitalle (2016), as Delegacias especializadas de atendimento à Mulher (DEAM) surgem em 1985 no âmbito da Segurança Pública a fim de acolher as denúncias sobre violência contra as mulheres. Nesse período o Estado reconheceu com a criação das delegacias, que a violência doméstica não era só um problema da esfera privada, mas sim um problema público.

Como salienta Vedovato e Vitalle (2016), é no ano de 1999 que então o Ministério de Saúde publica as Normas Técnicas para Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes. Então o Estado passa a investir através do SUS (Sistema Único de Saúde) na saúde da mulher, inclusive implantando serviço de atendimento a vítima de violência sexual. Outro avanço do movimento foi a criação do Disque 180 e a implementação da Lei Maria da Penha (n. 11.340 promulgada em 7 de agosto de 2006).

Em 1990, assistimos a introdução da categoria gênero nos estudos feministas no Brasil, influenciado por debates internacionais e nacionais o debate sobre a violência contra a mulher levava nos a refletir sobre as transformações no cenário jurídico e político. Conforme aponta Vedovato e Vitalle (2016), nessa mesma época o Estado Brasileiro passa a considerar as normas internacionais que reconhecem os direitos das mulheres como direitos humanos.

O movimento feminista é primordial para o reconhecimento e conquista dos direitos das mulheres, esse movimento trouxe avanços significativos como criação de políticas públicas e como já descrito acima, o reconhecimento dos direitos das mulheres como direitos humanos. Porém, foi um movimento que pensava a mulher como um sujeito único, tinha uma identidade eurocêntrica, quando as reivindicações eram pensadas a partir das mulheres brancas, de classe média alta e intelectuais. Sendo assim, as mulheres negras, indígenas e lésbicas eram mantidas fora desse padrão vigente.

De acordo com Ribeiro (2017), interessava ali a conquista de direitos para um grupo específico de mulheres, o que se perpetuou, durante muito tempo, mesmo quando mulheres negras começaram a escrever sobre a invisibilidade da mulher negra como categoria política a denunciar esse apagamento. Ribeiro (2017) salienta que as mulheres negras já vinham lutando a muito tempo. Desde o período escravocrata, quando participavam de greves nas fazendas, quando contribuía e

participavam das fugas, porém as suas vozes não eram ouvidas, na verdade é como se não existissem.

No período de escravidão no Brasil as mulheres negras tiveram uma importante participação na organização de inúmeras ações de resistência à escravidão, tanto nas ações cotidianas de enfrentamento entre senhores e escravos (as), quanto nas fugas individuais e coletivas e nas revoltas nas fazendas e nas revoltas urbanas. A luta e resistência no período escravagista no Brasil contaram com a participação expressiva das mulheres em diversas posições, principalmente por terem capacidade de circulação e articulação entre os diferentes grupos e espaços (VEDOVATO; VITALLE, 2016, p. 369).

Conforme afirma Vedovato e Vitalle (2016), as primeiras manifestações do movimento feminista no Brasil tiveram as mulheres negras no período abolicionista, e não com o feminismo acadêmico.

Contudo, sabemos que a organização e resistência das mulheres negras já se iniciavam no período do Brasil Colônia na luta e no enfrentamento da escravidão do povo negro, fato este que podemos analisar como uma das primeiras expressões de feminismo no Brasil, descolado de um feminismo datado e acadêmico. (VEDOVATO; VITALLE, 2016, p. 369).

Portanto essa visão universalizante da mulher trouxe severas consequências, como a incapacidade do reconhecimento das diferenças e desigualdades do universo feminino (VEDOVATO; VITALLE, 2016). Nesse contexto, outras denúncias pelas mulheres começaram a ser expostas, e não dizia a respeito só ao sexismo, mas de acordo com Vedovato e Vitalle (2016) a outras correntes, com isso o feminismo passa a reelaborar suas práticas políticas.

Conforme Vedovato e Vitalle (2016), dois fatores primordiais fizeram com que as mulheres negras buscassem sua emancipação tanto do movimento negro quanto do movimento feminista, dando origem ao feminismo negro. O primeiro diz respeito à divergência de gênero, suas vozes eram silenciadas pelos seus esposos negros. E o segundo é que as questões de classe e raciais não eram levadas em consideração pelas demandas do movimento feminista.

Conforme Ribeiro (2017), o feminismo negro surge no Brasil na década de 70 e 80, tendo como pauta principal o ato de restituir humanidades negadas. A feminista Lélia Gonzalez produziu reflexões importantes para o feminismo negro, trazendo a compreensão de quais opressões a que a mulher negra era submetida, e uma delas é a opressão racial, a mais grave, e não só a mulher negra, mas a

indígena também. A autora traz uma perspectiva intrigante que quem possui privilégios pode falar e ser ouvido, mas quem não possui, é como se não existisse. E como Saffioti (1987) explicita, quem possui privilégios é quem está no topo da pirâmide, no caso o homem branco e a mulher branca e a população negra era esquecida.

A vista disso, Lélia Gonzalez reconhecia a importância do feminismo como teoria e prática no combate às desigualdades, no enfrentamento ao capitalismo patriarcal e desenvolvendo buscas de novas formas de ser mulher, como sintetiza Ribeiro (2017). No feminismo hegemônico, é interessante que a mulher negra esteja na base da pirâmide, é interessante que ela não tenha voz ou simplesmente exista, pois são as mulheres que vão viver em condições de subalternidades e à margem da sociedade, com poucas ou nenhuma possibilidade de se inserirem na sociedade, de estudarem, terem melhores condições de vida e trabalho. Por muito tempo, muitas mulheres saíam de suas casas, deixavam seus filhos para cuidarem dos filhos e casas das mulheres brancas.

Como afirma Vedovato e Vitale (2016), a Constituição Federal de 1988 e a promulgação da Lei Áurea, que findou a escravidão, trouxeram avanços imprescindíveis na história brasileira. Porém, esses avanços não foram suficientes, ao mesmo tempo que o país avançou em relação à garantia de direitos, proporcionou marcas que mesmo após o fim da escravidão não foram superadas, como o racismo e machismo.

De acordo com Vedovato e Vitale (2016), em 1980, as mulheres negras se organizaram e impulsionaram o feminismo negro. Sendo que em 1988 foi realizado no Brasil, o primeiro Encontro Nacional de Mulheres Negras, quando foram formuladas novas políticas públicas tanto nacionalmente quanto internacionalmente.

O feminismo negro, como já foi enfatizado, visa restituir as humanidades negadas, pois por muitos anos as mulheres negras foram mantidas na invisibilidade. Então este movimento, como afirma Vedovato e Vitale (2016), propõe fazer um resgate do reconhecimento da ancestralidade africana, trazendo visibilidade e participação política para as mulheres negras no Brasil, promovendo concomitantemente a reconstrução da autoestima e autonomia da mulher negra.

Conforme enfatiza Domingues (2007), após esse período abolicionista e ascensão do racismo, um ano depois da Lei Áurea com a proclamação da

República, o sistema político nada mudou a situação dos negros no país, pelo contrário, continuaram vivendo às margens da sociedade.

Em busca de converter essa situação de marginalização, os libertos e escravos e descendentes se organizaram institucionalmente para mobilização racial negra em diversos estados do país, através de clubes, grêmios e associações.

Em São Paulo, apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos(1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas/ RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918). Em São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897. As maiores delas foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, fundados em 1908 e 1926, respectivamente.. 123 associações negras em São Paulo, entre 1907 e 1937. Já Muller encontrou registros da criação de 72 em Porto Alegre, de 1889 a 1920, e Loner, 53 em Pelotas/RS, entre 1888 e 1929 (DOMINGUES, 2007, p.103).

Essas instituições de mobilização da população negra resultaram em diversos avanços de reconhecimento da população negra, uma delas foi a denominada imprensa negra, na qual foram elaborados jornais para tratar das questões do povo negro.

De acordo com Domingues (2007), esses jornais foram uma ferramenta importante para enfatizar e tentar resolver questões gestadas pelo racismo, divulgando as mazelas vivenciadas pelos negros, no que diz respeito à saúde, habitação, educação e trabalho. As matérias divulgadas por esses jornais também tinham o objetivo de denunciar a segregação racial, visto que a opressão era tão grande que os negros era impedidos de transitar e frequentar determinadas ruas, escolas, praças, entre outros.

...impedindo o negro de ingressar ou frequentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas. Nesta etapa, o movimento negro organizado era desprovido de caráter explicitamente político, com um programa definido e projeto ideológico mais amplo (DOMINGUES, 2007, p.105).

A Frente Negra Brasileira deu um grande impulso no movimento negro, tal organização liderada por mulheres negras, que tiveram um papel fundamental nesse

movimento, pois foram elas as responsáveis pelas ações desta organização, também foram responsáveis por arregimentar milhares de pessoas negras, conseguindo converter o Movimento Negro Brasileiro em movimento de massa, conforme Domingues (2007).

A entidade desenvolveu um considerável nível de organização, mantendo escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios, assim como publicar um jornal, o *A Voz da Raça* (DOMINGUES, 2007, p.106).

No ano seguinte, a FNB transformou-se em um partido político, porém em 1937, como as demais organizações políticas, ela foi extinta, e o movimento negro foi perdendo sua força. Mas com a queda da Ditadura Civil Militar, o movimento negro volta a atuar com mais intensidade, porém não teve o mesmo apoio politicamente, o que resultou em nenhuma medida política para a integração do negro na sociedade, com isso mais uma vez o movimento negro foi deixado de lado.

Portanto, o movimento negro se fortalece e volta a apresentar-se na politicamente no final dos anos de 1970, quando os movimentos sociais ganham força total. Essa é a terceira onda do movimento negro, que se desenvolveu bastante, principalmente do ponto de vista político.

Mas na quarta fase, esse movimento ganha forças do ponto de vista cultural, o que agregou ainda mais valor para sua luta, quando os costumes e tradições africanas passaram a ser ressaltados.

No entanto, o Movimento Negro traz contribuições importantes para que o negro seja inserido na sociedade, através de suas próprias organizações, os negros foram moldando estratégias para se fortalecerem, enquanto povo e enquanto raça.

Diante do exposto, no próximo capítulo será apresentado o resultado da análise realizada com as três assistentes sociais negras oriundas de Volta Redondas - RJ.

3 A REPRESENTATIVIDADE NA TRAJETÓRIA DE TRÊS MULHERES NEGRAS ASSISTENTES SOCIAIS

Este capítulo tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa qualitativa, com o recurso metodológico da história oral, que resgatou a trajetória de vida de três assistentes sociais, mulheres e negras, de forma a pensar sobre o lugar representativo que cada uma conquistou em suas relações sociais. Estabelecemos como recorte territorial a cidade de Volta Redonda, cenário de formação, trabalho ou nascimento das profissionais.

3.1 PERCURSO METODOLÓGICO E PERFIL DAS PROFISSIONAIS ENTREVISTADAS

A abordagem qualitativa desta pesquisa teve o mérito de explorar a trajetória oral de três assistentes sociais negras, que hoje ocupam uma posição de representatividade. Através das suas trajetórias, busca-se analisar como tal representatividade pode ampliar o debate das relações de gênero, étnicos raciais e transformação social. O interesse por esse critério metodológico da história oral é uma possibilidade de construir e analisar reflexões com base no cotidiano, desafios, experiência e resultados adquiridos ao longo da graduação e suas vidas profissionais.

De acordo com Minayo (2012), a pesquisa é entendida como a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade, que alimenta a atividade de ensino e atualiza frente à realidade do mundo, vinculando pensamento e ação.

A pesquisa qualitativa consiste na capacidade de identificar e analisar dados que não podem ser determinados através de número, mas através da compreensão dos fenômenos sociais a partir do seu significado atribuído pelos os sujeitos. Portanto, esse tipo de pesquisa dificilmente é traduzido em números e indicadores quantitativos, segundo Minayo (2012).

Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2012, p.21).

Assim como a pesquisa qualitativa que nos permite analisar o outro através da sua subjetividade, a técnica da história oral também é um importante recurso para se entender a singularidade do indivíduo e da sua trajetória de vida.

Delgado (2010) afirma que a história oral nos permite, através da fala, da escuta e do registro de histórias narradas, entrar em contato com a memória do passado e a cultura do presente, através da argumentação de quem viveu experiências que merecem ser reproduzidas.

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais (DELGADO, 2010, p. 15).

Se organizar quanto ao tempo, é essencial nesse tipo de produção, a temporalidade é inerente a esse documento. De acordo com Delgado (2010), nele está presente o tempo passado pesquisado, os tempos percorridos pela trajetória de vida do entrevistado e o tempo presente. Sendo o último, que orienta e estimula tanto as perguntas do entrevistador que, por via de regra, prepara o roteiro do depoimento como as respostas a essas perguntas.

O passado espelhado no presente reproduz, através de narrativas, a dinâmica da vida pessoal em conexão com processos coletivos. A reconstituição dessa dinâmica, pelo processo de recordação, que inclui, ênfases, lapsos, esquecimentos, omissões, contribui para a reconstituição do que passou segundo o olhar de cada depoente (DELGADO, 2010, p. 16)

Ao processar a memória, o depoente articula as dimensões do tempo individual (vida privada) e do tempo coletivo (acontecimento social, nacional e internacional), o que estimula os indivíduos retomarem as lembranças. Por isso, é importante que o entrevistador incentive os entrevistados com estímulos para que as lembranças fluam com mais facilidade, mas sempre o respeitando. Segundo Delgado (2010), história, tempo e memória são processos interligados.

A história oral possui vários desafios, mas entre esses se destaca a relação entre as múltiplas temporalidades, pois o jovem em uma entrevista ou depoimento fala do passado de acordo com a voz do adulto ou ancião no tempo presente.

Adultos que trazem à tona suas memórias, lembranças e experiência, mas filtradas por si mesmo, para aí disseminá-las, relatando em tempo, mas sobre outro tempo. Conforme Delgado (2010), registram-se sentimentos, testemunhos, visões, interpretações em uma narrativa entrecortada pelas emoções do ontem, renovadas ou ressignificados pelas emoções do hoje.

Por conseguinte, a história oral é o processo articulado a uma metodologia que possui a habilidade de entrevistas e depoimentos com pessoas que participaram de procedimentos históricos os testemunharam acontecimentos na vida individual ou coletiva. Com objetivo de construir documentos que embasem pesquisas.

Os livros, artigos e manuais que se referem ao processo da história oral observam três tipos de entrevistas diferentes: depoimento de história de vida, entrevistas temáticas e trajetórias que são utilizadas em pesquisas e estudos de fontes orais. Conforme Delgado (2010), são documentos produzidos que têm no registro da lembrança e esquecimentos o principal suporte para reconstituição de versões, representações e interpretações sobre a história.

As trajetórias de vidas consistem em depoimentos de história de vidas mais sintetizados e com menos detalhes. Segundo Delgado (2010), às vezes ocorre do entrevistado ou o entrevistador não ter muito tempo, mas o entrevistador julga ser importante a análise da trajetória de vida através dessa modalidade de entrevista para os objetivos da pesquisa.

As reflexões apresentadas alicerçam a escolha por esse recurso metodológico, pois por mais que existam algumas limitações à utilização da história oral, ela possibilita dar mais visibilidades a estas assistentes sociais negras, que ocupam uma posição de protagonismo e, conseqüentemente, são símbolos de exemplos para as alunas e colegas de trabalho negras. Portanto, no resgate de suas trajetórias, buscou-se analisar quais elementos foram importantes para alcançar esse espaço concomitantemente às dificuldades enfrentadas para chegarem aonde chegaram.

O intuito desta pesquisa foi rememorar a história de vida das entrevistadas analisando suas trajetórias pessoais, educacionais e profissionais com vista a caracterizar os seus perfis. Então, foram coletadas informações sobre idade, local de moradia, local onde nasceram, se possuem filhos, renda pessoal, escolaridade, local e ano de formação, especialização e experiência profissional. Buscou-se também trazer informações sobre a infância, a participação dos pais, se estudaram em

escolas públicas ou privadas. Por conseguinte, essa investigação teve a finalidade de resgatar através da profissão, de suas experiências e obstáculos, a concepção que essas mulheres têm a cerca da mulher e assistente social negra inserida na sociedade brasileira, onde racismo e machismo estão tão arraigados na nossa realidade.

Essas mulheres foram localizadas *a priori*, através de indicação informal de alguns profissionais do Serviço Social, que as elegeram como profissionais protagonistas para o fortalecimento da profissão, cuja representatividade inspira e motiva a luta por igualdade de gênero e étnico racial.

Logo, após a escolha desse recurso metodológico, foi realizado o primeiro contato com as três assistentes sociais via *whatsapp*, elas aceitaram o convite. Por conseguinte, foi feito um novo contato com elas novamente para entregar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Em resposta a este documento, duas o entregaram pessoalmente assinado, enquanto uma das entrevistadas que trabalha em outra cidade, enviou o documento via email digitalizado e assinado, o qual foi submetido ao Comitê de Ética.

Em 14 de agosto de 2019, foi recebida a resposta do Comitê de Ética através da professora orientadora do presente trabalho, via email, que o projeto foi aprovado e liberado para execução com o CAAE 14392819.8.0000.5237. Após a confirmação, foi feito um novo contato com todas as entrevistas e para marcar a entrevista. O processo de entrevista ocorreu entre 9 a 19 de setembro. As informações recolhidas nas entrevistas foram transcritas para o Word e analisadas conforme o objetivo da pesquisa.

Todas as três entrevistadas relataram suas trajetórias de vida com base nas questões formuladas, sem demonstrar nenhum constrangimento ou indagação.

As mulheres aqui apresentadas receberam nomes fictícios, para assim resguardar suas identidades. Assim foram nomeadas como Fernanda, que trabalha na área da gestão de um equipamento da Política de Assistência Social; Andréia, que trabalha na área sóciojurídica, e está na intervenção, isto é, no nível da execução; e Claudia, vinculada à área da docência. Buscou-se atingir os diferentes níveis de inserção profissional do assistente social: gestão, intervenção direta e docência. A contribuição dessas mulheres sobre pontos de vistas diferentes a partir do lugar que exercem suas atividades laborativas, foi muito importante para este estudo, pois sugeriu uma leitura crítica, pautada nas diferenças e contradições que o

assistente social vive a partir de sua atuação em espaços ocupacionais diferenciados, e como isso ocorre a partir, por exemplo, da cor que esse profissional possui.

Utilizamos um roteiro de entrevista semiaberto, o que permitiu flexibilidade nas respostas, a partir de uma indicação de tema. O roteiro foi o mesmo aplicado para todas as entrevistadas, mas como prevê a abordagem qualitativa, algumas questões a mais podem ser apresentadas, a partir da forma como a entrevista transcorre e da disponibilidade de narrativa da entrevistada.

Fernanda se formou em Serviço Social em 2012 no UGB (Centro Universitário Geraldo Di Base). Fez pós-graduação em Ética e Direitos Humanos pela UGB (Centro Universitário Geraldo Di Base) e Políticas Públicas e Socioeducação pela Universidade de Brasília em parceria com a Escola Nacional de Socioeducação. Tem 29 anos, é solteira, sem filhos. Natural de Volta Redonda, ela reside e trabalha na cidade.

Andréia formou-se em 2009 no UniFOA (Centro Universitário de Volta Redonda). Fez pós-graduação em Planejamento e Gestão de Políticas Sociais no UniFOA e Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ. Tem 36 anos, é solteira, sem filhos. Natural de Volta Redonda, ela reside na cidade e trabalha em cidade vizinha.

Claudia formou-se em 1998 na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Fez pós-graduação em Violência Doméstica contra criança e adolescente na Universidade de São Paulo (USP) e Mestrado em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Atualmente faz doutorado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Tem 43 anos, é solteira, possui um filho. Natural de Volta Redonda, não reside e nem trabalha na cidade.

Durante a pós-graduação, duas das entrevistadas tiveram que conciliar seu tempo ao mercado de trabalho e aos estudos.

Observamos, logo nesse perfil inicial, que as três profissionais não correspondem ao papel feminino socialmente construído, a saber, nessas idades, duas não terem filhos, não serem casadas, e a profissional que tem filho não constituir um modelo padrão de família.

Dentre as entrevistadas apenas duas já participaram mais a fundo, na graduação, de projetos que discutiam a questão do gênero, raça e etnia. Como a Andréia e Fernanda relatam,

Teve um projeto com o professor Mauricio de antropologia assim que eu entrei, que ele gostava muito de discutir isso, mas agora de cabeça não me lembro o nome específico. E tinha alguns debates que a professora Claudia fazia, que dava aula de movimentos sociais (Andréia).

Já participei de ações através do projeto de iniciação científica que buscavam entender essa discussão sobre gênero e sobre o papel da mulher negra na sociedade, pensando principalmente na dificuldade de inserção no mercado de trabalho e como essas mulheres se tornavam um público prioritário de atividade de inclusão produtiva. A aproximação como essas questões do papel da mulher, eu tive sim, mas sem essa discussão específica da mulher negra, não diretamente, mas como resultado de pesquisa acabamos identificando isso, que a maioria das mulheres que acessavam esse serviço de assistência era mulheres negras (Fernanda).

3.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

3.2.1 Trajetória familiar

As entrevistadas relatam um pouco da sua infância, trazendo elementos importantes para refletir sobre questões que vivenciaram e hoje influenciam ou influenciaram na tomada de decisões em sua vida adulta. Em especial, uma entrevistada relata um pouco sobre a vida acadêmica de seus avós, que foram pessoas que estudaram, tiveram certo nível de escolarização, algo incomum a época, visto que, se comparado às pessoas que viveram a mesma época, poucas conseguiram estudar, ainda mais sendo negros. Portanto, Andréia enfatiza que a escolarização de seus avós foi muito importante para escolarização de seus pais, pois eles passaram a valorizar e enxergar o estudo de forma diferenciada, o que incentivou seus pais investirem tanto no seu estudo, quanto de seu irmão,

Em matéria de questão de negros, eu e meu irmão, minha mãe e meu pai, minha família assim, somos um ponto fora da curva. Eu sou fruto de uma construção histórica que não começou só com meus pais, começou com a minha avó, meus avós foram alfabetizados, minha avó lê, escreve. Quando você pensa na família de uma pessoa negra, minha avó tem 86 anos, e eu te falar que minha avó frequentou escola, minha avó teve professor particular em casa, teve toda uma situação, que se a gente for perguntar para uma pessoa da minha faixa etária em relação aos avós muito mal eles foram alfabetizados. Então meus avós começaram a dar um valor maior a isso, pois foi algo que eles tiveram acesso, mas a minha avó que meu avô. A minha mãe concluiu a graduação e meu pai não, e depois ela fez Teologia e especialização em educação religiosa e isso é uma coisa que a gente não observa em famílias negras (Andréia).

Percebe-se que a alfabetização dos avós, foi muito importante para que seus pais pudessem estudar, se formarem e mais ainda para sua formação profissional.

Segundo Fernanda, seus pais estudaram, sendo sua mãe formada com nível superior e seu pai tem apenas curso,

Quando eu era criança minha mãe não trabalhava, ela tem a formação em Contabilidade, mas ela por um período ficou por conta só da criação das filhas e meu pai sempre trabalhou. Quando eu era bem novinha meu pai começou a trabalhava na CSN e depois passou a trabalhar embarcado. Portanto tinha a disponibilidade de oferecer para gente cursos e algumas oportunidades que eles achavam importantes para a nossa formação (Fernanda).

Como destaca Claudia, seu pai formou-se como engenheiro na UFRJ, mesma faculdade onde cursou sua graduação, e sua mãe tem formação em professora, pois no ensino médio fez normal,

Meu pai era engenheiro mecânico formado pela UFRJ e minha mãe não, tinha o ensino médio ela era professora, fez o curso de normal. Eu não me lembro dela trabalhando, porque depois que ela teve o primeiro filho parou de trabalhar. Mas ela era professora de formação (Claudia).

Dentre as entrevistadas, duas trazem uma parte bem interessante para refletir como era a relação de prover o sustento da casa na época que eram crianças, Fernanda de 29 anos e Claudia de 43 anos com 14 anos de diferença entre ambas, vivenciaram dentro de suas próprias casas relações inerentes ao patriarcado, em que mesmo suas mães sendo formadas e qualificadas para se inserirem no mercado de trabalho, não exerceram suas profissões, pois todo o cuidado, quanto da casa, quanto dos filhos se remete a mulher.

Todas as entrevistadas relatam que na infância os pais foram bem presentes, Fernanda ressalta que seus pais,

Acompanhavam tudo, de sentar pra fazer exercícios da escola juntos, de acompanhar quando tínhamos alguma atividade extra (Fernanda).

O que mais se percebe atualmente, é que dificilmente uma criança, adolescente ou jovem negro tem um pai presente, muita das vezes a família é

chefiada pela mãe, mas Andréia, ao discorrer sobre a presença de seu pai em sua vida, emociona-se, pois seu pai sempre foi muito presente e batalhou muito para lhe proporcionar ótimas oportunidades de crescimento, tanto pessoal quanto profissional.

Só o fato de eu ter um pai presente é uma coisa que me emociona (choro), porque não é o que eu vejo com os colegas, as pessoas negras não vêem. Eu tenho um pai mais que presente, que arcou com todas as despesas de escola, de faculdade, de curso de inglês, de intercâmbio, então assim a gente acaba sendo fora da curva por uma construção histórica (Andréia).

Levando em consideração o contexto familiar em que estas mulheres estão inseridas e o alto grau de escolaridade que alcançaram, pode-se compreender que a construção histórica da família contribuiu para chegarem onde estão inseridas hoje. Talvez sem a importância que a família atribuiu aos seus estudos, hoje não teriam galgado esse espaço de representatividade.

O nível de escolarização paterna e materna foi um fator que impactou bastante a formação das entrevistadas, ou seja, o grau de escolaridade que eles atingiram. O valor que eles tiveram e deram aos estudos contribuiu de forma positiva para serem quem são hoje, e por buscar sempre estar evoluindo,

Então eu escolhi Serviço Social no meu segundo vestibular, na época era vestibular. Eu já tinha feito aquele teste vocacional na escola aonde eu estudava e já tinha dado área de humanas, já tinha dado psicoterapia, psicologia e tal. Mas meu pai era engenheiro, militante do movimento negro e achava que eu tinha que escolher carreiras de status, carreiras de maior evidência, carreiras em que o negro tinha mais dificuldade de acesso. Então ele achava que eu tinha que fazer engenharia, óbvio né, direito, medicina. e o meu primeiro vestibular eu fiz pensando em agradá-lo, fiz para medicina e nem estudava para isso. Na época, se você não tinha a pontuação para o curso que você escolheu, eles te davam a opção para os cursos de acordo com a pontuação que você fez (Claudia).

Claudia relata que se encontrou na docência cursando a faculdade de Serviço Social, até pelos projetos que participava na graduação, por isso investiu no mestrado, mesmo tendo que trancar o mestrado por um tempo, mas a docência sempre foi uma área que lhe interessou muito,

A minha trajetória acadêmica já tinha um direcionamento para o trabalho acadêmico. Eu fui bolsista de iniciação científica de uma pesquisa grande que tinha na escola, fui monitora. Então eu já tinha esse investimento e essa idéia de fazer o mestrado. Já pensava na docência, mas depois isso se perdeu, recém formada eu já tinha esse projeto de ser professora, aí eu entrei no mestrado em 2000. Então eu me descobri na docência, a UniFOA é um curso que eu tenho um carinho enorme, pois fez muita diferença na minha vida profissional, primeiro que foi esse resgate de um plano que eu tinha desde a graduação de ser professora e também porque era uma equipe muito boa, não só boa na qualidade, na competência do que faziam mas também no envolvimento, na relação mesmo, e foi muito importante (Claudia).

Então Claudia se descobriu na docência assim como sua mãe foi professora, ter tido um exemplo dentro da própria casa foi um incentivo para exercer a profissão de professora que desempenha. Portanto, a ação militante e o contato direto que seus pais tinham com as pessoas influenciaram muito na escolha da sua carreira profissional,

Como eu tinha essa história de pais militantes, de sempre estar em contato com questões da vida das pessoas. Pois, como o meu pai era referência, ele era uma referência para tudo, as pessoas o procuravam para ajuda financeira, ajuda em questões no bairro. E a gente vivia muito isso, pois ele levava a gente e tal (Claudia).

Atualmente já formadas e exercendo a profissão, o reconhecimento da família enquanto Assistente Social é um apoio para seguirem frente e buscarem cada vez mais,

A minha família sempre foi bem participativa em qualquer atividade que eu me propunha a fazer, eles sempre acompanharam muito a minha rotina, isso não foi diferente quando eu escolhi qual curso eu gostaria de fazer e não foi diferente também com as especializações, mas eles vêm com muito orgulho, até por essa busca incessante por aprender mais, aceitar novos desafios dentro da profissão, então sempre tive muito apoio deles (Fernanda).

A gente é que briga, "cuidado com a social, lá vem a dona social". A gente fica sendo taxado, pois a gente atinge um grau de criticidade, ainda mais através dessa última polarização que a gente teve por conta de eleição, Bolsonaro, essa doideira de esquerda e direita, essa falta de compreensão de alguns paradigmas de conceitos, então isso é bem complicado. E aí meu pai fica: lá vem a social. E para um povo bolsominion da minha família: lá vem a defensora de viado (Andréia).

Da minha geração, eu fui a primeira da família a entrar na faculdade. A família do meu pai era família que fez faculdade, meu pai era engenheiro, minha tia advogada, mas da minha geração fui a primeira e eles acham um máximo. Eles me vêm como que um et, pois estou sempre estudando, mestrado, doutorado, deixo de fazer coisas para estar estudando, então eles me acham meia estranha as vezes. Mas super me apóiam (Claudia).

De acordo com a fala das entrevistadas, percebe-se que a família foi muito importante no processo de amadurecimento profissional, e que as condições financeiras dos pais proporcionavam condições de se qualificarem nos estudos, percebemos que esses dois fatores foram de extrema importância para construção de seu protagonismo dentro da profissão.

3.2.2 Experiência Profissional

Esse recurso metodológico foi importante para compreender o que essas mulheres passaram e enfrentaram para ocuparem a posição que tem hoje e de como essa posição (representatividade) atualmente é significativa por quem está começando ou passando por momentos que elas já vivenciaram. E o quanto é importante que as pessoas tenham alguém que as representem e busquem também representar outras pessoas, sejam seus familiares, amigos, colegas de trabalho, entre outros.

A partir do momento que eu tenho uma professora, gestora e colega de trabalho que me represente, eu construo mais forças para estar naquele ambiente, sinto-me pertencente, digna e convicta de estar ali. E a partir dessa convicção, percebendo ou não podemos influenciar quem está em volta.

Porém, a inserção de assistentes sociais negras enquanto professoras é muito pouco, muitos alunos não tiveram a possibilidade de terem professores negros nas universidades. Pois, poucos são os que têm suporte econômico para estudarem a ponto de se tornarem professores de universidade. De acordo com Amaro (2019), relatou em sua pesquisa, que 48% dos entrevistados responderam que não tiveram professores negros na faculdade. Essa não participação do negro em espaços como a universidade gera um desconforto em várias alunas, pois não enxergam quem o represente em relação à cor.

Muitos da família, amigos mais próximos e até mesmo a sociedade podem vir a julgar por estar fazendo uma faculdade, podendo ouvir coisas do tipo: esse lugar não é para negros; você nem tem professores negros; quantos negros tem na sua sala?; negro tem que se preocupar com trabalho e não estudo; essa faculdade não vai fazer diferença nenhuma em sua vida, pois você é negro e negro não nasceu

para chefiar e sim ser chefiado; desiste em quanto é tempo; negro tem que estudar muito, mas muito mesmo para conseguir algo, tem sempre que estar na frente do branco para conquistar algo. São frases que escutamos e muitas vezes reproduzimos, desde a infância,

Pois existe uma tendência a naturalização do racismo, mas como assistentes sociais devemos nos atentar quanto essa questão, devemos lutar para combater todas as assimetrias que envolva as relações étnicos-raciais e de gênero.

...desde criança eu escutei uma frase assim: "estuda, porque além de mulher você é preta". E quem sempre falou isso para mim foi meu pai, e assim é uma frase muito pesada, porque quando você é criança, você não tem muito a noção do que é isso, aí você vai crescendo e começa a perceber as diferenças (Andréia).

Todos os alunos, independente do curso ou instituição, sendo pública ou privada, entram na faculdade com o objetivo de se qualificar ainda mais, de conhecer de forma mais aprofundada sobre determinada área do saber, almejando a realização pessoal e profissional, para assim conquistar melhores vagas e condições de emprego e um bom salário. Porém, somos sempre influenciados pela família, amigos, ambientes e pessoas que nos rodeiam. Entramos na faculdade com preconceitos já definidos, e quebrar, romper ou modificar esses conceitos não são atividades fáceis. Requer tempo e determinação.

Portanto, quando um negro entra numa escola, universidade sejam elas privadas ou públicas, ele além de buscar o que já foi mencionado acima, busca oportunidade de existência e reconhecimento, mas quando ele se depara com um ambiente onde a maioria das pessoas que ali frequentam são brancas, funcionários, alunos e professores, adaptar-se e sentir-se familiarizado naquele ambiente é uma tarefa difícil. Pois, se analisar bem o ambiente, os negros geralmente não são a maioria no corpo docente, ou estão ocupando as patentes mais altas da instituição, mas em grande parte dos casos os negros são a maioria em condições de trabalho subalternos,

Eu nunca estudei em escola pública, eu estudava numa escola particular que tinha várias pessoas negras, estudava no Batista, que é uma escola mediana em relação ao corte de renda, mas aí uma vez meus pais tiveram

uma ideia de me colocar no rosário, mas de maneira alguma eu estudaria no Rosário aquela época, hoje já tem aluno bolsista, pois mesmo eu entrando lá pagando, porque eu sabia que seria a única diferente. Me lembro que passei mal, dei até febre só de ter escutado de isso ser uma possibilidade real, porque eu fazia um curso de inglês no CIEE na época, e as crianças que estavam lá 90% eram do Rosário, pois o Rosário tinha convenio e um monte de coisa no CIEE, e aí eu me sentia muito diferente, não digo só a respeito desse corte de cor mesmo, de etnia, mas era a forma com que as pessoas me viam. Eu me sentia assim "porque só eu estou ocupando esse espaço?". Então era muito estranho a forma de me referenciar. Diretamente das crianças, nesse espaço, em outros espaços sim, mas nesse espaço onde era um espaço extremamente branco, que só tinham eu, meu irmão e um professor negro, era um espaço que a gente sentia uma tensão muito forte, um estranho no ninho, era bem complicado (Andréia).

Não que isso seja o principal dos fatores para desmotivar um aluno negro de concluir sua graduação, porém pode ser um dos fatores para desmotivá-lo. Então ao se deparar com um corpo docente que possui pessoas negras, dá sim um estímulo para continuar ali e procurar evoluir, chegar aonde aquele professor chegou, alcançar o nível de formação daquele professor, daquele gestor e colega de trabalho.

Por mais que algumas pessoas já tenham seus objetivos traçados antes mesmo de entrar na faculdade, ao exercê-la, muitas metas mudam, muitas metem se criam. Então é a partir dali que as pessoas direcionam sua vida profissional,

E em 2000 eu entrei no mestrado na UFRJ mesmo, em Serviço Social. A minha trajetória acadêmica já tinha um direcionamento para o trabalho acadêmico. Eu fui bolsista de iniciação científica de uma pesquisa grande que tinha na escola, fui monitora. Então eu já tinha esse investimento e essa ideia de fazer o mestrado. Já pensava na docência, mas depois isso se perdeu, recém formada eu já tinha esse projeto de ser professora, (Claudia).

Mas a representatividade vai além do que um ideal ser alcançado pelos alunos negros, não basta só ter um professor assistente social negro na academia, é preciso ter professores negros que lutem pela presença dos alunos negros nesses espaços.

Todas as entrevistadas passaram pelo trabalho direto com a intervenção,

Fazendo o mestrado no Rio e fui convidada aqui em Volta Redonda para fazer e comecei a trabalhar numa ONG a "Casa da Criança e do Adolescente" num projeto para crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, e foi uma experiência riquíssima. Tanto que eu mudei o tema da minha dissertação de mestrado para violência doméstica, porque logo em seguida eu comecei a trabalhar também na secretaria de saúde de Volta

Redonda, num serviço de referencia de atendimento as mulheres vitimas de violência, por isso que eu fui fazer especialização. E foi uma área que eu investi muito, investi não só no estudo mas na intervenção mesmo, pois foi uma área que eu gostei muito de trabalhar. E que até hoje eu gosto muito, trabalhei na APAE por um período (Claudia).

Durante a graduação eu realizei meu período de estágio na Prefeitura Municipal de Volta Redonda no CREAS, e logo após a formação comecei a trabalhar na mesma instituição (Fernanda).

Uma ainda continua (Andréia),

Antes do Tribunal de Justiça como assistente social eu trabalhei no DEGASE (Departamento Geral de Ações Sócio Educativas), LBV (Legião da Boa Vontade), em uma instituição que eles me entendiam como voluntária, Voltaço, em Mendes, uma semana em Angra dos Reis, basicamente o maior tempo foi na da Secretária da Mulher e numa instituição em Portugal que fui fazer um programa de voluntariado e eu não era assistente social, mas eles teimaram que eu era assistente social e eu tinha que fazer visitas com eles, mas eu não considero como trabalho (Andréia).

Não é um processo obrigatório, mas nem todo o aluno (a) negro hoje tem uma realidade de vida que não precise trabalhar. Muitos trabalham e estudam, devido as condições financeiras.,

...porque os meus alunos tem uma condição de estudo diferente da que eu tive. Eu não precisei trabalhar na minha graduação, por exemplo, não precisei pegar várias conduções, sai da minha cidade para estudar, tive apoio da minha família e nem sempre os meus alunos tem essa mesma condição. Então eu aprendo muito com eles, do que é fazer uma graduação nessas condições (Claudia).

Algo que pode ser observado em relação à situação econômica é que as condições financeiras durante o período da graduação de todas as três entrevistadas, eram boas, o suficiente para se dedicarem somente aos estudos. Não só na graduação, mas desde a infância tiveram oportunidades que muitas crianças e jovens negros hoje não têm. Porém, essa não é a realidade das estudantes negras do Serviço Social, pelo contrário, muitas vivenciam condições de extrema vulnerabilidade social.

Amaro (2019) sintetiza que muitos dos assistentes sociais inseridos na profissão atualmente adotaram o Serviço Social como escolha profissional por ter com este algum tipo de identificação ou aproximação no percurso de sua biografia.

Duas sempre estudaram em colégio privado,

A vida inteira estudei em colégio particular, só na faculdade que não (Claudia).

Sempre estudei em colégio particular, só estudei em escola pública no Mestrado (Andréia).

E a outra sempre estudou em colégio público, porém sempre teve possibilidade de realizar outras atividades,

Sempre estudei em colégio público, Eu sempre fiz aula de pintura, cheguei a fazer teatro. Fiz algumas coisas só pra experimentar, como taekwondo, então tudo que a gente demonstrava o mínimo de interesse eles tentavam proporcionar para gente até pra que tivéssemos acesso a outras coisas e entender de fato o que a gente queria no futuro (Fernanda).

Diante disso, podemos entender que a condição econômica favorável das entrevistadas foi um dos fatores que contribuiu para se destacarem enquanto profissionais, infelizmente não é a realidade de toda a população negra. De acordo com o CFESS (2018), as mulheres negras são as que mais sofrem violações de direitos, as que estão mais submissas às condições de subalternidades. Nessa perspectiva, nem todas as mulheres negras têm a possibilidade de sequer estudar, quanto mais realizar uma faculdade. E essas entrevistadas mostram que apesar de todo aparato e qualificação que seus pais lhes proporcionaram, a representatividade vai muito além dessas questões, sem o desejo de lutar e transformar a realidade, não existe garantia de direitos.

Duas das três entrevistadas concluíram o mestrado, e segundo relato de Andréia e Claudia, não foi uma tarefa fácil, pois trabalhar e estudar exige muita dedicação e gera um desgaste físico muito grande, ainda mais para as mulheres que, em sua maioria, chefiam economicamente as famílias e todo o cuidado é atribuído ao gênero feminino tanto da casa quanto dos filhos. Independente do sexo, cursar o mestrado é uma missão muito árdua, e são muito os obstáculos a serem enfrentados para realizá-lo como, por exemplo, na nossa região (Rio de Janeiro, interior) não tem mestrado em Serviço Social na universidade pública, as bolsas oferecidas na universidade federal com os cortes do atual governo estão se acabando, portanto, conciliar trabalho e estudo, custos financeiros gera um desgaste físico e emocional muito grande, podendo até levar o aluno a adoecer,

Se a gente for pensar, poucas mulheres chegam em qualquer nível de graduação. A gente tem na graduação muita mulher, na pós a gente já vai reduzindo, no mestrado e a cada vez afinando mais a quantidade de pessoas. Primeiro que não é fácil, exige um grau de dedicação muito grande e normalmente as mulheres acabam assumindo uma parcela de financiamento da rede familiar muito grande, pelo menos essa é a realidade que eu tenho e é a realidade que muitas colegas assistentes sociais que eu conheço vivem. Por conta dessas transformações, as assistentes sociais mais próximas que tenho, hoje chefiam as famílias mesmo sendo casadas, a maior parte da renda são delas, as responsabilidades com filhos acabam sendo delas. O vínculo empregatício frágil também dificultam muito, agora com essa notícia de redução de bolsas piorou muito. Aqui na região a gente não tem uma especialização de pós graduação a nível de mestrado e doutorado na nossa área, então isso só vai afunilando essa questão de acesso. A gente tem aquele mínimo que a gente precisa para sobreviver e a dedicação para um estudo desse nível é muito complicado.

Eu fiz, indo e voltando do Rio de Janeiro e sei que não é fácil não, fiquei extremamente adoecida quando eu cheguei no final, mas não tinha como eu sair do serviço para me manter dessa forma e eu não tinha filhos. A minha renda profissional não é a principal da minha família, ainda moro com meus pais, por comodismo mesmo, mas ainda moro.

Ainda tem a questão da maternidade também, que complica. E eu reclamo muito isso também, porque eu gosto de jogar bola e fazer minhas trilhas e nosso time acabou, porque todo mundo fica com o filho para o marido jogar bola mas ninguém fica com o filho para gente jogar bola, e isso acontece muito no estudo. E é caro ter que ir para o RJ, é caro ter que se deslocar, é caro ter que comprar e pagar livros. É muito complexo essa relação (Andréia).

Eu por exemplo, tive que parar meu mestrado porque eu precisava trabalhar, isso também é um desafio (Claudia).

Portanto, até no processo de graduação tiveram subsídios para não se preocuparem em dividir seu tempo entre estudo e trabalho, mas depois de já formadas ao desejarem evoluir dentro da profissão, tiveram que enfrentar a triplas ou quádruplas jornadas para continuar estudando.

Pelo fato da região não oferecer o mestrado público, muitos alunos que optam por estudar fora, sendo assim se mudam para outra cidade para realizá-lo. Portanto, deixar suas origens e seus costumes e se adaptar a uma nova realidade e uma nova cultura é um desafio imenso. Claudia relata isso bem, pois além de ter mudado de cidade, perdeu seu pai, então perdeu seu apoio, sua base e também o suporte financeiro, mas foi necessário enfrentar esses desafios,

Quando eu entrei na faculdade meu pai faleceu, então isso mudou muito minha vida, mudou financeiramente e em questão ao suporte, pois ele era o suporte, o estímulo, essa foi a primeira grande mudança. Tanto que tive bolsa de pesquisa, bolsa de monitoria, no início as bolsas era mais uma questão de ter um dinheiro porque eu estava no Rio, eu fui para o Rio para

estudar, dividia o apartamento com amigas. E quando meu pai morreu eu fui para uma república (Claudia).

Obstáculos são certos na vida de todos os estudantes de graduação, ou qualquer que seja o nível de especialização, mas superar e vencer esses desafios é bastante recompensador, porém nem todos conseguem concluir esse processo. Pois como citado acima, não são todos que têm a mesma oportunidade de acesso à graduação e manutenção da mesma, muitos passam por muitas dificuldades financeiras, por desigualdades sociais. E a falta de políticas públicas que garantam a permanência desses alunos na faculdade é um fator culminante para a população negra desistir de estudar. As políticas de ações afirmativas foram um grande ganho para a população negra, a partir delas muitos negros passaram a se inserir nas universidades.

No entanto, o Estado de alguma maneira deveria dar uma atenção maior às mulheres que desejam cursar universidades, proporcionando políticas para a manutenção das mesmas na graduação e outros níveis de escolaridade.

3.2.3 A profissão

Pensando numa grande camada da população que vive à margem da sociedade, que são divididos em grupos, como homossexuais, idosos, deficientes, negros, mulheres, entre outros, são esses os que mais encontram barreiras para realizar uma universidade ou especialização até o fim, pois as desigualdades destinadas a esse público são muito grandes e fortes no país em que vivemos. Porquanto, ainda vivemos numa nação extremamente conservadora, patriarcal, machista, misógina, onde muitas pessoas têm dificuldades de respeitar as particularidades do seu próximo.

Porém, é preciso sempre lutar, na esperança de superar desafios e enfrentar barreiras. Ocupar lugares onde possamos impactar de forma a despertar no próximo um olhar crítico e mais empático, onde possamos representar de maneira positiva quem está a nossa volta contribuindo sempre para uma sociedade mais justa e igualitária. Mas tendo a noção que não seremos os salvadores do mundo, pois é um processo de constante construção.

Assim, toda a vivência, desafios e barreiras enfrentados na vida acadêmica proporcionaram a construção da carreira profissional de cada entrevistada. Fernanda menciona que a sua primeira experiência profissional foi quando atuou no seu campo de estágio, então no seu caso, de forma bem direta foi uma extensão de uma vivência acadêmica para a vida profissional,

Durante a graduação eu realizei meu período de estágio na Prefeitura Municipal de Volta Redonda no CREAS(Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e logo após a formação comecei a trabalhar na mesma instituição. E no CREAS trabalhei até o final de 2018 (Fernanda).

Logo após, iniciou o seu trabalho no DPES (Departamento de Proteção Social Especial), onde permanece atualmente com remuneração de mais de dois salários mínimos por mês. Fernanda relata que escolheu Serviço Social, pois já era uma área do seu interesse e pesquisou um pouco mais a fundo sobre a profissão,

Já tinha interesse em entender um pouco mais sobre a profissão, já tinha tido contato com alguns profissionais da área e aí foi uma área que me chamou atenção, até por conta das demandas que são atendidas e abarcadas pela profissão. Então eu procurei saber um pouco mais o que fazia um Assistente Social, e aí me encantei e resolvi fazer o curso (Fernanda).

Conforme pontuou Andréia, o Serviço Social não foi sua primeira graduação, antes realizou outro curso e logo após iniciar sua carreira profissional, através de colegas profissionais foi descobrindo a profissão,

Quando eu fui escolher a profissão com meus 17 anos eu não tinha noção do que a profissão fazia, eu era vizinha de assistente social, prima de assistente social, mas eu morria de medo da “Maria”, minha vizinha, porque meu pai falava que se a assistente social aparecesse lá em casa de tarde com roupa de serviço era por que ele tinha morrido. Então eu morria de medo da minha vizinha, pois ela era assistente social da CSN, e meu pai trabalhava na CSN. Então eu tinha muito medo que a assistente social aparecesse lá em casa no meio da tarde porque se não meu pai teria morrido.

Quando eu comecei a fazer Educação Física, o meu primeiro emprego como educação física foi em uma clínica de dependência química para adolescentes, e foi um fiasco! Pois como você pega uma pessoa saindo da adolescência e coloca para trabalhar com adolescente não é muito bom não. Mas durou pouquíssimos meses, porque realmente era uma instituição daquelas da FIA, que não paga, aquela confusão toda...

Assim que eu me formei, formei em dezembro em janeiro já estava trabalhando lá, eu vi assistente social e psicólogo trabalhando, porque antes eu só conhecia psicólogo clínico de fazer tratamento, nunca tinha visto psicólogo trabalhando em outro lugar, e eu achei o trabalho do assistente social e do psicólogo muito mais legal que o meu.

Como eu era muito mais próxima da psicóloga, eu queria fazer psicologia e aí a psicóloga me falou:

- Você não tem cara de psicóloga, você não vai gostar de fazer psicologia, pois você só vai querer fazer psicologia se for social. Porém antes você vai ter que estudar 5 anos um monte de coisa que eu tenho certeza que você não vai querer, dar uma olhada nas matérias do curso de Serviço Social e de Psicologia e depois você me fala o que você vai querer.

Aí eu olhei a grade dos dois e percebi que eu tinha mais proximidade com o Serviço Social (Andréia).

Andréia tem uma experiência profissional riquíssima, teve a oportunidade de realizar bons estágios, o que resultou também na sua qualificação profissional, visto que trabalhou em diversos lugares. Atualmente, no Tribunal de Justiça recebe em torno de 6 a 10 salários mínimos.

Segunda Claudia, como citado acima, escolheu Serviço Social no seu segundo vestibular, pois antes tentou para medicina, porém não conseguiu,

E aí eu não passei para medicina, mas tive a opção de fazer outros cursos na área tecnológica, mas eu não quis. Eu quis fazer mais um ano de pré vestibular, e aí que eu fui pensar "o que eu quero fazer de fato?".

Achava que medicina não tinha nada a vê comigo, a área de saúde, de mão na massa não tinha nada a vê comigo, , mão na massa no sentido da relação ao cuidado mais direto. e aí eu fui pensar o que eu queria fazer (Claudia).

A vivência militante de seus pais foi a maior motivação para escolher fazer Serviço Social, como citado anteriormente, apesar de seu pai não aceitar logo de início,

Eu peguei um guia do estudante, nem sei se hoje existe isso ainda, e fui lendo as carreiras, li sobre serviço social e vi que tinha tudo a vê comigo, tinha essa questão da intervenção na condição de vida das pessoas. Então escolhi fazer serviço social, meu pai ficou muito triste, revoltado, mas me apoio muito depois (Claudia).

Como ressalta Claudia, já trabalhou em diversos lugares que contribuíram com a sua formação profissional, inclusive dar aula em universidades fez com que ela resgatasse um plano que já tinha traçado na graduação de realizar mestrado, mas por conta da sua atuação profissional, esse plano foi deixado de lado, mas com a inserção na academia como professora fez com a mesma mudasse de ideia,

Eu fiz a especialização, mas já estava no mestrado. Me formei em 1998, e minha primeira experiência profissional foi na Prefeitura do Rio de Janeiro na Secretaria de Educação, num projeto que era paralelo ao favela bairro que se chamava POUSO, foi um projeto pioneiro sistemático nas favelas.

Era uma equipe reduzida, de assistente social, engenheiro e arquiteto que atuava nas comunidades que as obras do favela bairro estava acontecendo, foi minha primeira experiência profissional. E eu estava nesse projeto, quando fui convidada para trabalhar numa pesquisa na PUC Rio, e como desde a graduação eu já tinha vontade de realizar o mestrado, então eu fui trabalhar nessa pesquisa, pois já era área acadêmica e já tinha mais a vê com esse meu projeto de mestrado, isso em 1999.

E em 2000 eu entrei no mestrado na UFRJ mesmo, em Serviço Social. Porém eu fazia o mestrado sem bolsa e tive que trabalhar durante o mestrado...então eu fui convidada durante o mestrado para fazer o processo seletivo aqui em Volta Redonda...comecei a trabalhar numa ONG a "Casa da Criança e do Adolescente" num projeto para crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, e foi uma experiência riquíssima... ai fiquei trabalhando aqui em Volta Redonda, trabalhei na APAE por um período até que tive a oportunidade de dar aula na UniFOA, o curso era recente ainda e eu não tinha terminado o mestrado. No ano seguinte eu comecei a dar aula na Unigranrio em Caxias, ai eu dava aula nessas duas instituições que tem grande qualidade, a Unigranrio eu não acompanho tanto mais agora. E ai eu fiquei na UniFOA muito feliz, só nela até iniciar na Unigranrio e então eu direcionei minha vida toda para docência (Claudia).

Hoje, Claudia trabalha na UFF, mas não entrou na instituição direto como professora, entrou como assistente social e mais tarde realizou outro concurso para ser professora,

Em 2008 eu fiz um concurso para UFF, de técnico administrativo assistente social, para ser assistente social da UFF. Então eu fui aprovada e chamada no final de 2009, e tinha acabado de ter meu filho. Foi ai que me desliguei tanto da Unigranrio quanto da UniFOA, para me dedicar. Me mudei para Niterói, pois eu fui lotada em Niterói, comecei a trabalhar na UFF como assistente social da UFF e também comecei a dar aula lá. Continuei na docência concomitante com a intervenção como assistente social na UFF, fiquei assim até em 2015.

Eu fui lotada na escola de serviço social como assistente social, então eu fui lotada na coordenação de estágio porque nas universidades públicas costuma ter um assistente social na coordenação de estágio, que ai o

profissional é responsável por esse contato com o campo de estágio, porque o coordenador de estágio na pública não tem essa disponibilidade de fazer esses arranjos institucionais como nas privadas, ele tem mais um papel político, então eu fiquei lotada na escola de serviço social.

Muito dos professores eram meus colegas, porque eu trabalhei junto em outras universidades privadas, e aí comecei a pensar em fazer o concurso para docente da UFF e aí eu fiz o concurso e hoje sou professora da escola de serviço social da UFF (Claudia).

Atualmente como professora da UFF, recebe em torno de 6 a 10 salários mínimos.

De acordo com documento Retrato das Desigualdades - Gênero e Raça S/A (2009), as mulheres negras optam por escolher áreas profissionais que se relacionem aos serviços sociais e ao trabalho doméstico. As mulheres, especialmente as negras, estão mais concentradas no setor de serviços sociais (cerca de 34% da mão de obra feminina), grupo que abarca os serviços de cuidado em sentido amplo (educação, saúde, serviços sociais e domésticos) (IPEA, 2009).

3.2.4 Obstáculos profissionais

Todas as entrevistadas passaram por diversos tipos de obstáculos, desde a perda de um ente querido, situações de preconceito racial até assédio moral.

Fernanda relata que os acontecimentos do atual cenário político têm gerado inúmeros impactos para o seu campo de atuação, e lidar com essas mudanças tem sido um grande desafio,

Se formos pensar no nosso cenário político, a gente consegue identificar inúmeros obstáculos que rebatem diretamente na nossa profissão, a gente vê uma demanda crescente para o profissional que atua principalmente na Assistência Social, por conta do aumento do desemprego, acirramento da pobreza, das violações de direitos que são inúmeras, e a gente vê que isso rebate diretamente no nosso campo de atuação. Uma questão importante, é que hoje eu atuo no DPES (Departamento de Proteção Social Especial) através da SMAC (Secretaria Municipal de Ação Comunitária) no município de Volta Redonda, e identifiquei que principalmente nos últimos meses a demanda para acompanhamento no âmbito da proteção social especial, principalmente na média e alta complexibilidade aumentou muito, então o cenário político e nacional rebate diretamente na nossa realidade de trabalho (Fernanda).

Os problemas que Andréia destaca são bem semelhantes ao de Fernanda, pois tem relação com as mudanças geradas pelo sistema político que estamos vivenciando, que além de trazer impactos para os usuários atendidos, tem gerado impactos no seu fazer profissional, o que pode ocasionar danos a sua saúde física e mental,

Em relação ao Serviço Social, tudo o que todo mundo vivência em relação à classe trabalhadora, então hoje a gente tem com essa nova reestruturação produtiva, desconstrução de direitos trabalhista, a gente tem uma meta impossível de se cumprir, assédio moral por conta do não cumprimento de meta, carga horária além da permitida pela profissão que faz com que a gente mesmo recorrendo, buscando sindicato e essas coisas, a gente perde, porque é muito difícil a gente processar e ganhar o próprio Tribunal de Justiça. E a questão que vai além também, a questão de direitos trabalhistas, esse medo da reforma da previdência que pegou todo mundo desprevenido, a questão do salário, que o nosso é mesmo a 5 anos, vai fazer 7 anos que estou no Tribunal de Justiça e eu só tive aumento no primeiro ano que eu entrei. Então a esse período todo eu tenho o mesmo salário, não alterou nada (Andréia).

Porém, Claudia discorre sobre os impactos que passou desde o período da graduação até os dias atuais, que envolveram questões pessoais e profissionais,

Em relação ao pessoal, o meu maior desafio foi que quando eu entrei na faculdade meu pai faleceu, então isso mudou muito minha vida, mudou financeiramente e em questão ao suporte, pois ele era o suporte, o estímulo, essa foi a primeira grande mudança. Tanto que tive bolsa de pesquisa, bolsa de monitoria, no início as bolsas era mais uma questão de ter um dinheiro porque eu estava no Rio, eu fui para o Rio para estudar, dividia o apartamento com amigas. E quando meu pai morreu eu fui para uma república.

Quando Claudia perde seu pai, ela perde também um dos seus maiores incentivadores e o seu apoio financeiro, logo no início da faculdade, na sua época de graduação, foram as bolsas de estudo que a mantiveram estudando. Estudava em uma universidade federal, onde ainda nessa época, o Estado se preocupava com essas questões. Mas foi para além disso, pois ela viu na profissão uma possibilidade de investimento acadêmico para mudar sua realidade.

Mas depois foi mais que isso, era algo que eu gostava de fazer, um investimento acadêmico também. Então o primeiro desafio foi esse, de estar longe de casa, a perda do meu pai, numa realidade completamente

diferente. Pois, em Volta Redonda você tem uma certa proteção, porque você conhece as pessoas e as pessoas te conhecem, aí você vai para o Rio é uma descoberta do mundo.

Em relação ao profissional, teve muito mais desafios, mas eu acho que demorei para identificar esses desafios profissionais. Muitos relacionados a minha cor mesmo. E hoje eu vejo, eu fiz mestrado sem bolsa, doutorado sem bolsa e isso passa também, não só, pela questão racial, então não é atoa que hoje a gente reivindica tanto os estudantes negros na pós e com condição de continuar. Eu por exemplo, tive que parar meu mestrado porque eu precisava trabalhar, isso também é um desafio.

Hoje como docente, eu vejo que a gente tem um desafio é assim: nunca me reconhecem como a docente do curso, quando eu chego as pessoas acham que eu sou a aluna, a funcionária e nunca a professora, então isso mostra ainda uma realidade dos docentes negros que tem que provar que é capaz, e isso é um desafio também.

Mas por outro lado eu vejo que é muito interessante, porque eu vejo que para os alunos e alunas principalmente que são a maioria do Serviço Social, é importante ter professores negros. De alunas que já vieram falar comigo do quanto é importante ter uma professora negra, do quanto foi importante para ela se posicionar diferente no campo de estágio, por exemplo. Então também tem um lado que é interessante (Claudia).

É importante ressaltar que essas mulheres passaram por diversos contratemplos ao longo da sua vida profissional e também pessoal, mas nenhuma dessas dificuldades impediram que elas se tornassem as mulheres que são hoje, com uma grande visibilidade dentro da profissão. Não impediu que elas alcançassem o espaço que ocupam, pelo contrário cada desafio fortaleceu sua carreira e o seu reconhecimento como mulher negra. Porque se reconhecer enquanto mulher e enquanto mulher negra, é essencial para galgar lugares jamais ocupados pela população negra, em especial a mulher negra.

3.2.5 O que acham da profissão?

O que pode se analisar, diante da fala das três entrevistadas, é que todas têm um grande carinho pela profissão e realmente são apaixonadas pelo que fazem.

Eu sou uma apaixonada pela profissão, eu gosto de ser assistente social. Eu já fui do CRESS (Conselho Regional de Serviço Social) por duas gestões seguidas, seis anos. E é algo que a gente faz por gostar da profissão, porque não tem nenhuma remuneração, não tem nada, pelo contrário. Meu telefone particular virou telefone do CRESS. Mas assim eu

sou muito apaixonada pelo o que eu faço, gosto muito de ser assistente social, desse contato com as pessoas, com os próprios profissionais, gosto muito do debate da nossa área de conversar com o colega (Andréia).

Falando primeiramente do pessoal, ela enriqueceu muito minha vida, eu consegui direcionar meus objetos de estudos, eu tinha já interesse na área, mas as especializações que eu escolhi fazer ampliaram muito o meu leque, e aí eu consegui identificar as áreas que eu gosto de fato, que eu gosto de estudar, que são minhas áreas de pesquisa, principalmente a socioeducação. Então a contribuição foi enorme, pessoalmente e profissionalmente, pois a partir disso eu pude qualificar minhas ações profissionais, e busco todos os dias contribuir com o conhecimento dos meus colegas, agora atuando na gestão, propondo projetos, propondo atividades que estão aí para além do que está dito na tipificação, na política e compreender a nossa realidade aqui no município e aperfeiçoar os nossos serviços (Fernanda).

Eu sou apaixonada por Serviço Social, eu escolhi investir inclusive nessa profissão. Eu falei que eu me perdi um pouco no início, mas assim que eu me formei, que eu já tinha mestrado como perspectiva, era por duas questões. É engraçado que eu tinha isso muito claro na cabeça naquela época, depois foi se perdendo um pouco, e eu resgatei muito recentemente, recentemente não, resgatei na minha experiência na UniFOA, quando eu comecei a dar aula.

Diante do relato das entrevistadas, percebe-se o quanto à profissão é importante para cada uma, além de demonstrar o amor, carinho e respeito que é construído ao longo do tempo, mostra também que a maneira de enxergar o mundo a sua volta muda totalmente. Então essas mudanças contribuíram muito para a vivência pessoal,

Entrar no Serviço Social, não sei você, mas a cabeça vira de pernas para baixo. Acho que com o Serviço Social eu tive uma transformação enquanto pessoa, enquanto visão de mundo muito forte, eu acho que eu tive uma quebra muito grande de vários paradigmas pessoais, culturais quanto sociais. Alterou totalmente minha visão de mundo, eu já tinha uma visão mais voltado para o lado progressista por quanto de umas linhas da educação que eu já vinha da Educação Física, mas eu mudei o meu jeito de pensar, meu jeito de agir, eu me reconheci, eu tive mais certeza nessa questão do estigma social relacionado ao gênero, etnia, classe social. Então para mim o Serviço Social foi um banho de realidade (Andréia).

Em muitas coisas, primeiro ampliou o meu olhar enquanto cidadã e enquanto pessoa, consegui conhecer um pouco mais sobre outras realidades, que muitas vezes a gente não tem essa aproximação, não tem esse conhecimento a não ser pelos aparelhos midiáticos que nem sempre mostram a realidade concreta. Possibilitou que eu me aproximasse mais de outras realidades que isso ampliasse o meu olhar e entendesse um pouco mais de como a nossa sociedade se organiza hoje (Fernanda).

Contribuiu completamente, acho que serviço social possibilita que a gente faça uma outra leitura da sociedade e tem toda uma relação com a minha vida pessoal, como que eu penso todas as desigualdades de classe, de gênero e de raça, de como eu penso as relações familiares. Então faz toda diferença, muda nossa visão de mundo (Claudia).

O Serviço Social proporciona uma transformação enquanto sujeito nas pessoas, pois passamos a enxergar a realidade com outros olhos, não mais num viés conservador e voltado para opressões, mas num caráter de não julgar o próximo, não coagir ou discriminar. A profissão amplia os olhares e contribui para a defesa de uma sociedade mais equânime.

3.2.6 Mulher negra

Ser mulher negra em pleno século XXI, ainda é resistência, por existência, por igualdade e visibilidade. Muito se avançou em relação ao direito para a população negra, o Feminismo, por exemplo, é um movimento muito importante para a conquista da mulher e da mulher negra. Como aborda Vedovato e Vitale (2016), o feminismo negro visa também restituir humanidades negadas e fazer um resgate do reconhecimento da ancestralidade africana, pois a população negra tem uma história, principalmente se formos analisar a condição que os escravos trazidos de outras nações para o Brasil e a forma em que eles viviam, eram totalmente privados de manifestar os seus costumes, crenças e tradições. Então essa ancestralidade ficou retida por um bom tempo, mas o feminismo negro visa recupera-la.

No entanto, atualmente podemos perceber que as mulheres negras têm dado grande importância a sua apropriação cultural, investindo mais na sua aparência, sendo assim enaltecendo sua beleza e resgatando costumes de beleza da cultura afro. Hoje essa história do cabelo liso e loiro ser o padrão de beleza da mulher brasileira, já não é um conceito predominante, tem perdido sua força, atualmente lindo é ser quem você quer ser. E a mulher negra contribuiu muito nesse aspecto, principalmente aceitando seu cabelo natural.

Andréia relata que ser mulher negra é um peso muito grande, ressaltando o quanto a mulher negra somente é reconhecida em condições subalternas,

Olha é um peso, não é fácil não! Mas eu gosto de mim, eu sempre falo isso. E ai assim, esse peso para gente de ser mulher e negra, você vai crescendo e entendendo alguns "porquês" da vida, eu fui coordenadora do serviço, RI, o que a gente chama de chefe do Serviço Social. Um dia aconteceu comigo e com o Roberto, assistente social e negro também, da pessoa perguntar quem é o chefe, e eu responder sou eu, e na hora as pessoas ficarem desconcertadas e falarem: ah é você? e eu responder: sim sou eu, no que eu posso te ajudar?

E tinha muita gente que me falava: ah porque você vai mal arrumada. Eu respondia: vou normal, com a mesma roupa que meus colegas vão. A diferença é que as pessoas não conseguem enxergar uma mulher chefe e uma mulher negra, você destoa de todo espaço (Andréia).

Fernanda também relata o quanto é desafiador ser mulher negra, principalmente diante do cenário político que estamos vivenciando,

Sempre foi um desafio, mas no cenário atual é um desafio maior ainda. Se a gente discute só o fato de ser mulher a gente já consegue identificar muitas situações de opressão, de preconceito, de exclusão nessa sociedade que a gente vive. Hoje a gente identifica vários resquícios do patriarcado, que a gente identifica inúmeras situações de machismo e de opressão. E ai quando a gente fala o que é ser mulher negra, é outro recorte. Se a mulher hoje na sociedade já passa por inúmeras situações de exclusão a mulher negra tem essa situação mais intensificada, ela vivencia de uma forma mais intensa do que a mulher que não é negra nessa sociedade (Fernanda).

Pois bem, conforme já sinalizado acima, apesar dos vários avanços, ser mulher negra ainda é muito difícil, é muito desafiador e é uma luta que a ser enfrentada todos os dias mesmo sem querer, mas mesmo diante de tudo isso a mulher negra precisa viver sua vida não apenas como um campo cheio de lutas, mas sim saber aproveitar e vivenciar cada momento com mais leveza. Pois só é nos impostos que temos que lutar, que temos que resistir, mas às vezes não se consegue enxergar que a vida vai para além de um ambiente recheado de tensões.

No entanto, é importante ressaltar que a mulher negra não tem que ser sempre forte e Claudia discorre sobre isso na sua fala,

Então..hoje, eu acho que a gente passa por muitos momentos né, mas hoje eu penso que ser uma mulher negra, não é só luta não é só ser guerreira, eu acho que a gente tem que descobrir uma leveza na vida e uma beleza na vida. Porque eu acho que a gente vivencia muito pouco as belezas e a delicias da vida, por uma questão histórica de ter uma vida mais difícil, ter nosso corpo e nossos esforços menos valorizados a gente acaba se acostumando a ser muito lutadora. Então eu acho que hoje ser mulher negra tem que ser mais do que isso, acho que a luta e ser guerreira faz parte, mesmo que a gente não queira, a gente vai precisar. Mas também a gente precisa redescobrir nossa beleza, nossa alegria, então eu acredito

que ser mulher negra é isso, um desafio de descobertas e ir de contra corrente, contra a maré sempre (Claudia).

3.2.7 Mulher negra no Serviço Social e na sociedade brasileira

Assim como no Serviço Social ou em qualquer outra profissão, a mulher negra vai enfrentar inúmeras situações de violações de direito, portanto, é preciso pensar estratégias para superar essas desigualdades que permeiam a população negra, em especial as mulheres negras.

Ser mulher negra hoje na sociedade brasileira é a gente ta discutindo muitas questões de exclusão, de preconceito, de segregação. Não tem como a gente não pensar hoje numa discussão sobre ser mulher, sobre feminismo, sobre resistência, sem fazer esse recorte racial, que deve ser sim discutido, deve ser colocado em pauta, porque quando a gente discute a situação da mulher na sociedade, muitas das vezes de um modo geral, a gente deixa de colocar ali questões muito especificas que a mulher negra vivencia.

Quando a gente trás termos hoje como o feminismo negro, a luta da mulher negra na sociedade, não é com objetivo de fragmentar a luta da mulher hoje na sociedade brasileira, mas sim apresentar as singularidades que a gente vivencia nessa luta e tem que ser falada sim por quem realmente passa por essa situação, não adianta a gente falar da mulher negra de forma abrangente, sendo que a própria mulher esta sem voz nessa luta, então é muito importante a gente sinalizar esse recorte, discutir com esse olhar para que essa especificidades que a mulher negra passa na sociedade, ela seja colocada em cheque em todos os âmbitos da vida, seja no mercado de trabalho, seja na vida pessoal, seja em qualquer outro âmbito a gente tem que ter esse olhar diferenciado, o que não difere da profissão já que a gente tava discutindo as especificidades da população negra. O nosso olhar quando a gente fala do que é ser mulher negra no âmbito do Serviço social, a gente tem que considerar inúmeras coisas, não só que hoje a população que acessa o serviço da assistência social na sua maioria são negras, e são famílias chefiadas por mulheres, mas também a predominância de assistentes sociais negras no âmbito da assistência social (Fernanda).

No entanto, ninguém melhor do que a mulher negra para discutir essa questão, para levantar essa pauta, de pensar como a mulher negra é vista dentro da profissão, e a importância de termos mulheres que conseguem romper as barreiras, obstáculos e conquistarem a representatividade.

No Serviço Social conforme histórico da profissão, e tudo, a gente vê uma entrada muito grande de pessoas negras na profissão, não são em todos os cursos, a UFRJ não tem muitos negros, a PUC não tem negros, tem um ou

outro de quando começou o PROUNI, mas UERJ é uma faculdade bem negra. É uma profissão eminentemente feminina, é o mesmo transtorno, é o mesmo processo, para qualquer outro processo de seleção para qualquer outra profissão. Quando a gente fala de empresa, quando a gente fala de determinados espaços, a gente sente essa barreira, da mesma forma que em outros espaços de trabalho. No Serviço Social, por mais que a gente veja uma concentração bem grande de alunos estudantes negros e assistentes sociais negros, eu sinto muita falta de negro na academia, dando aula, pois a gente vê um o outro.

Mas isso acontece também em relação a mulher, quando chega no mestrado, doutorado a gente desaparece, só tem homem branco. E tem várias hipóteses para isso, a idade reprodutiva, não tem quem cuide. E doutorado de Serviço Social é muito home, é desproporcional ao que você vê numa sala de aula (Andréia).

O Serviço Social apesar de toda a perspectiva crítica e do predomínio de mulheres negras, não sei se esse dado é correto e comprovado de que a gente é a maioria na categoria, mas em alguns espaços isso é muito claro para mim. Pois se não é a maioria, a gente é significativamente importante. Mas a gente descobriu isso a muito pouco tempo, as demandas, os debates sobre a negritude, então eu acho que o Serviço Social tem muito o que investir nisso.

Pois é desafiador na graduação, porque a gente não discute gênero e negritude de forma suficiente, gênero eu acho talvez até um pouco mais, mas de forma articulada essas duas questões, a gente tem até um nome para isso "Interseccionalidade", mas é muito recente. Então temos muito que investir na formação, mas também na intervenção, pois atendemos muitas mulheres negras que nos relatam diferentes sofrimentos que essa condição trás dessa sociedade desigual.

É mais que necessário aprofundar as questões referente ao gênero e sobre raça/etnia dentro da profissão, para que esse debate seja ampliado para a além da graduação e que possamos assim, combater todas as práticas racistas.

A gente atende, por exemplo, mães negras que perdem seus filhos negros por conta de toda uma necropolítica, mas nem sempre a gente acha que isso é material do nosso trabalho. Às vezes escutamos esse relato e só anotamos e ponto acabou. Então acho que a gente precisa entender que as demandas que as mulheres negras trazem no atendimento são também intervenções nossas, de discutir racismo, de discutir negritude, de discutir a mulher negra na sociedade. Então eu acho que a gente tem muito o que fazer na sociedade (Claudia).

É importante ressaltar que Claudia traz um fator de grande relevância, o serviço social na graduação não aprofunda as questões de gênero e raça, e isso é algo que deveria ser visto com mais cautela, pois se também temos como atribuição contribuir para a transformação do sujeito, devemos estudar mais a fundo questões que nos permeiam. Segundo dados do IBGE (2019), a população negra somada à

população parda totalizam mais de 53% da população do país, sendo assim a população negra é a mais atendida nos serviços socioassistenciais.

3.2.8 Situações de desigualdades

Todas as entrevistadas já vivenciaram em algum momento de suas vidas situações de preconceitos e desigualdades, inclusive no ambiente de trabalho como Assistente Social, como relata Andréia,

Como Assistente Social já teve ótimas pérolas, por exemplo, eu tive uma usuária que não queria que eu atendesse ela porque eu era negra, ela não deixou eu entrar na casa dela e tinha eu e mais uma e eu relatei a situação, que a usuária não queria deixar entrar na casa dela. E ai veio no TJ uma pessoa que trabalha na casa dela, e me falou que ela não estava cem por cento da cabeça, mas ela não deixou porque você é preta Andréia mas você precisa de ir lá para vê a questão dela, do filho dela e o que está acontecendo. Ai eu respondi: não tem outra.

Perguntei para uma colega branca se ela queria pegar o processo e ela me respondeu: de maneira alguma. Porque eu acho um absurdo ela não querer ser atendida por conta disso. Ai fiz o informe para o juiz e o processo voltou mandando eu intimar o dia e o horário para essa pessoa que estava ajudando ela levá-la na entrevista e ai eu entrevistei com essa ordem dia e data, fiz visita e fiz tudo depois. Acho que isso dentro da profissão foi o que mais marcou, porque foi a única na cara, pois normalmente vem de forma muito velada, da pessoa te olhar de cima até embaixo.

Não podemos negar que o racismo existe dentro da profissão, pois ele é uma questão eminente, como relata Andréia, o racismo é tão presente que uma usuária recusou seu atendimento, portanto, essas questões não podem ser invisibilizadas, pelo contrário precisam ser debatidas para que mais pessoas tenham acesso a essa temática.

Na adoção, por exemplo, coloquei até na minha dissertação. Quando a pessoa não quer filho negro, hoje no meu setor só tem eu de negra, pois, antes tinha mais duas assistentes sociais negras, elas ficam com vergonha de falar para mim que não aceitava a criança negra, com medo de eu reprovar na habilitação para adoção, mas quando eu chegava no psicólogo e fala que só não falou para mim "porque não sabe como que é né, ela pode achar errado da gente".

E ai a gente construiu essa reflexão: se você está tão seguro dentro do perfil da sua criança que não é uma questão de racismo, porque você ficou com vergonha de falar isso para ela? Porque a gente começou a entender que realmente era uma forma, era a aceitação da não criança negra deles,

então vinha aquela coisa: "eu vou falar para ela?", então eu já estou com medo do pré conceito que está estabelecido em mim. E quando a gente observava que não tinha isso, que normalmente era as pessoas querendo montar a família do jeito que eles achavam que tinha que ser, um espaço de todo mundo igualzinho ou esconder que a criança era adotiva, eles falavam na boa "olha eu quero uma família com todo mundo igual ou não quero que ninguém saiba que é adotiva". Não tem problema algum cada um sonha em ter o filho da maneira que quer (Andréia).

Eu acho que o principal quando a gente fala sobre isso é a gente conseguir se vê e se entender como símbolo de resistência, a gente tem que conseguir identificar e também identificar situações que não são verbalizadas, mas que são situações sim de preconceito, que a gente identifica com o olhar, com a forma de preconceito, com o olhar atravessado quando você entra em uma loja ou vai dar um passeio num shopping, então muitas vezes não é algo verbalizado, mas entendendo toda essa nossa luta, buscando, não é só pela experiência pessoal, mas a gente tem que buscar autores que fale sobre essas questões, pois hoje tem muitos autores que discutem essa temática sobre a mulher negra, por exemplo, a autora Djamilia Ribeiro que vem trazendo discussões riquíssimas que alguns anos atrás a gente não via sendo divulgado como é hoje, tendo acesso a vários outros autores que amplia o nosso olhar, que enriquece essa discussão e principalmente nos ajuda a entender que algumas situações que passamos são sim situações de preconceitos, que muita das vezes naquele momento a gente não consegue identificar por ser algo velado e mascarado, mas que depois a gente tendo acesso a esse tipo de leitura, você consegue identificar que já passou sim por uma situação de preconceito (Fernanda).

Em algumas vezes eu respondi agressivamente, assim como foram agressivos comigo fui com eles, em outras vezes eu não consegui responder, pois a gente tem momentos que nos afetam né, que deixa a gente triste e nem sempre a gente consegue reagir. Teve momentos diferentes, de uma reação espontânea e agressiva tanto quanto, e momentos que não consegui reagir (Claudia).

Porém, como todas afirmam, a profissão foi muito importante para responder essas questões que enfrentaram. Com a profissão somos capazes de entender como se dão as relações sociais e base de todas essas desigualdades.

Com certeza, principalmente para fazer uma leitura da realidade que estou inserida, acho que o Serviço Social proporciona isso para gente, essa ampliação do nosso olhar e uma compreensão de todo esse recorte que a gente possui na nossa sociedade, seja ele social, seja ele político, seja ele racial (Fernanda).

Sim, bastante. Porque até então eu tinha aquela concepção "estuda, porque além de mulher você é preta", você não pode sair na rua sem documentos, você não pode andar de qualquer jeito, porque sempre a culpa vai ser sua. Então eu cresci com esses mantras na cabeça e meu irmão não podia sair boné, se colocasse para trás ferrou. Então a gente tinha essas questões, e com o Serviço Social eu comecei a entender a base da produção e reprodução de tudo isso (Andréia).

Para Claudia, a militância e ativismo dos pais somado à escolha da profissão, foram elementos importantíssimos para responder a essas desigualdades.

Foi importante, mas no meu caso eu tive uma vivência familiar muito forte nesse sentido, de militância, eu acho que foi uma combinação das duas coisas (Claudia).

3.2.9 Representatividade

A respeito da representatividade, buscamos perceber como se dava esse processo para as mulheres entrevistadas, o que elas entendem por esse conceito e se conseguem se reconhecer nessa condição. O que de fato chama atenção é que todas as três se reconhecem nessa condição de representatividade. Portanto, tudo que vivenciaram ao longo da sua vida, anseios e vitórias, foi muito importante para definirem as mulheres que são hoje.

Representatividade é, também, a qualidade de nos sentirmos representados por um grupo, indivíduo ou expressão humana, em nossas características, sejam elas físicas, comportamentais ou socioculturais. É por meio desta qualidade que nos sentimos parte de um grupo, pertencentes a ele, compartilhando experiências, impressões, sentimentos e pensamentos com seus membros (FARIAS, 2018).

Fernanda além de entender o conceito de representatividade, hoje sente-se uma pessoa que possui um protagonismo na profissão,

Hoje sim, até pela possibilidade de conversar com pessoas que estão passando pelo processo de formação que eu passei, eu fico sempre muito feliz e agradecida em todas as vezes que me chamam para contribuir com algum trabalho da faculdade, ou participar de rodas de conversas com pessoas que estão nesse processo de formação e vê que a gente pode sim representar não só para os alunos, mas a gente vê isso em outras áreas do saber, que eu já tive oportunidade de ter algum contato enquanto profissional. Que a gente pode além de contribuir com a formação, representar um profissional ali que continuou persistente na luta da profissão, perpassando por tantos desafios e tantos entraves que a gente esbarra na nossa formação e que continua aí buscando, apesar desse cenário lutar pela garantia de direitos dos usuários que a gente atende, por uma sociedade mais justa (Fernanda).

Andréia, em sua fala, relata que representatividade e representação são termos bem diferentes, e representatividade é ação de representar o próximo com qualidade,

Eu entendo como presença e presença com participação de qualidade. Não adianta colocar dois ou três, cumprir cotas ou cumprir números, isso não é representatividade. Para mim, por exemplo, quando alguns falam: mas tem negro. Tem, dois ou três fazendo o papel de escravo, de pobre, de ladrão, de pouco destaque. E isso para mim não é representatividade, isso é representação, ele está lá, está ocupando um espaço, mas ele não tem destaque, não tem protagonismo na vida.

Então para mim representatividade está relacionado com essa presença efetiva mesmo, uma pessoa realmente pertencente ao espaço, não só lá cumprindo um número determinado, vai além disso. Não é presença é representação (Andréia).

Já Claudia entende representatividade, como você enxergar no próximo a possibilidade de ser, se meu próximo conseguiu eu também consigo,

Eu acho que representatividade é você vê no outro uma possibilidade de ser, então é você pensar que você pode ser também se você quiser (Claudia).

Além de entenderem o conceito de representatividade, reconhecem-se nessa condição, muita das vezes pela própria devolutiva que outras pessoas passam para elas, como é o caso de Claudia, que relata que seus próprios alunos a procuram e expressam isso para ela,

Mas eu me reconheço nessa posição porque me falam muito disso né, como eu falei, os alunos falam comigo sobre isso também. E eu aprendi muito com eles, porque os meus alunos tem uma condição de estudo diferente da que eu tive. Eu não precisei trabalhar na minha graduação, por exemplo, não precisei pegar várias conduções, sai da minha cidade para estudar, tive apoio da minha família e nem sempre os meus alunos tem essa mesma condição. Então eu aprendo muito com eles, do que é fazer uma graduação nessas condições. Eu hoje me vejo nesse lugar porque eles me dão muito esse retorno também (Claudia).

Sobre a falta de representatividade no corpo docente, Claudia nos relata que a falta de negros hoje, no corpo docente na graduação, gera de certa forma um incomodo em alunos negros, principalmente nas mulheres, pois o curso de Serviço Social é marcado pela predominância feminina, um incômodo no intuito de provocar uma busca por alguém que de fato as represente, não só pela profissão, mas pela própria cor. Fazendo com que algumas busquem cada vez mais esse espaço, pois não encontraram lá trás quem as representasse nesse sentido,

Esse foi meu caso, o que me estimulou foi a falta de representatividade negra no corpo docente na época. Hoje eu vejo que tem as duas situações, a falta de profissional negro e ter profissional negro que se reconheça como negro, por que às vezes ele não se reconhece como negro. Também estimula o aluno, que fala: "olha que legal tem um professor(a) negro, que se identifica como negro, que nos representa como negro, também quero fazer a diferença, mesmo que não seja na docência mas em outro espaço" (Claudia).

Andréia também se reconhece nessa condição, devido a tudo que já passou durante sua vida e pelas oportunidades econômicas que sua família lhe ofertou. Ressalta que às vezes se sente mal vista por algumas pessoas, por ter a condição financeira que sempre teve. E ao refletir sobre a fala de Andréia, remete-nos a pensar que o próprio negro sente-se incomodado por ter uma condição econômica mais elevada, pois hoje em nossa sociedade não é comum vê um negro que possui uma boa condição ou que seja rico, porque os lugares que as pessoas enxergam o negro hoje, é na condição subalterna, sustentando a pirâmide social, sempre na base, de acordo com (SAFFIOTI, 1987).

Um dia uma colega de sala, fez uma brincadeira na sala de aula, ela falou gente levanta a mão quem tem pai e mãe que frequentou uma universidade, ai mantém a mão levantado quem é negro, só sobrou eu. Então eu sou fruto de uma construção histórica que não começou só com meus pais, começou com a minha avó, meus avós foram alfabetizados, minha avó lê, escreve.

Porque em matéria de questão de negros, eu e meu irmão, minha mãe e meu pai, minha família assim, somos um ponto fora da curva. quando eu digo fora do ponto, é porque nos lugares onde eu estou não tem outro e isso é muito ruim (Andréia).

Ter uma boa condição econômica nem sempre faz com que a população negra se destaque, pelo contrário, pode trazer estigmas ainda maiores, um preconceito redobrado, porque a burguesia não aceita à população negra em seu meio.

E as vezes a gente fica até mal visto, porque essa pessoa negra é metida e tal, por exemplo, a pessoa que tem a história mais próxima de mim é a professora Maria, ela teve um contexto familiar que deu condição de acesso a ela. Então quando a gente vê que somos únicos dentro desse processo, principalmente quando vamos debater essa questão de etnia, e eu tenho

uma colega que sisma que eu tenho uma leitura errada, e ai eu tenho sempre que fazer aquele joguinho da minha colega de sala com ela e perguntar: qual amiga negra que você conhece que tem casa na praia? que entrou na faculdade e ganhou um carro para ir estudar? Não tem. E são coisas normais dentro de famílias de classe média não negras, ninguém vê como espanto.

E quando eu ganho um carro só porque eu entrei na faculdade, nossa... que confusão que foi. Eu entrei na faculdade com 17 anos, no outro ano em abril quando eu fiz 18 anos, eu tirei minha carteira e ganhei um carro, e com quantas pessoas acontecem isso? Mas por você ser negro, você entra como ponto fora da curva e vira o centro das atenções, de maneira ruim e isso é muito complicado (Andréia).

Por fim, essa entrevista com uma fala de Claudia traz um exemplo sobre como a sua representatividade faz diferença na vida de suas alunas negras,

Uma vez aconteceu algo, que parece pouca coisa, mas foi tão forte para mim. Eu já tinha contato com alguns alunos ali porque eu trabalhei na escola como assistente social, quando eu comecei a trabalhar como professora, uma aluna não conseguiu nem falar comigo na sala de aula, ela falou comigo no banheiro, eu tava no banheiro e ela virou para mim e falou: - olha professora eu preciso te contar uma coisa (ela era uma aluna negra e usava peruca), Claudia foi tão importante te vê como professora, porque eu tinha muita vergonha, vergonha de falar, vergonha de mim, do meu cabelo e eu achava que eu não ia conseguir estágio por causa do meu cabelo e foi muito importante te vê como professora, pois eu vi que eu posso também, inclusive ter um bom estágio.

E isso foi tão forte para mim, não só o que ela falou, mas a dificuldade que ela teve até para me falar sobre isso. Então mostra ainda o quanto a gente é colocado nesse lugar de quem não pode falar, de quem não pode ter boas oportunidades, de que esse lugar não é para mim.

Foi muito forte isso para mim, me lembro de outros alunos que vieram falar comigo, mas esse momento foi muito forte para mim. Também não tinha noção disso (Claudia)

Em virtude dos fatos expostos, remete-nos refletir que a mulher negra pode e deve enfrentar todas as barreiras postas pela nossa sociedade para conquistar um futuro digno, onde possam ser livres para exercerem a profissão que quiserem, mas para além de lutar pelo direito de existir devem lutar pelo de direito de serem reconhecidas mediante aos cargos que ocupam na sociedade. O que essas mulheres nos trazem, ao relatarem sobre suas vidas, são trajetórias de muito sofrimento, luta e conquistas, mostrando que estão no caminho por uma sociedade mais justa. Cada uma com a sua subjetividade e maneira de enxergar o mundo, porém com o mesmo desejo: que as mulheres negras possam ser reconhecidas como mulheres de direitos e não apenas de deveres, onde possam ter a condição de sair da zona de subalternidade para ocupar lugares pensados e criados somente para a população branca.

Analisamos que três fatores foram determinantes para que as assistentes sociais negras entrevistadas alcançassem a representatividade, entre eles estão o suporte financeiro que duas tiveram da família durante a graduação, uma teve um suporte oferecido pela universidade, o apoio da família para continuarem estudando e a persistência e vontade de mudar a realidade que até então lhes era imposta.

Claudia, por não ter professores negros na sua graduação, começou a refletir sobre esse aspecto, o que a incomodou muito, porque tinha muitos alunos negros, porém professores eram e ainda são bem poucos, no seu caso, por exemplo. não teve nenhum. E isso também foi um dos motivos que optou a realizar o mestrado.

Mas eu já no final da minha graduação eu queria fazer o mestrado, por duas questões, primeiro que a UFRJ, me formei em 1998, já era um curso com muitos alunos e alunas negras, mas eu não lembro de nenhum professor que se identificava como negro, e isso já era algo que me chamava atenção. Então você tem um corpo discente predominantemente negro, mas no corpo docente você não tem profissionais negros. E aí eu pensava, muito influenciada pelo meu pai, que eu vou ser professora. E o segundo motivo é porque que gostava da minha profissão, então eu precisava investir nela, comecei a fazer mestrado, então já tinha muito essa relação de ser uma escolha, e uma escolha que me agradou (Claudia).

Então, tem-se um número de alunos negros grande, porém de professores não é bem assim, poucos são os que têm a possibilidade de continuar investindo na vida acadêmica, portanto, mesmo diante de todas as dificuldades, Claudia resolveu lutar pelo seu ideal, e sua trajetória de vida nos mostra que não é tão fácil conquistar a representatividade, não é tão fácil ser reconhecida pelo o posicionamento crítico diante das desigualdades, pois nem todos os profissionais negros tem essa facilidade de debater as relações étnico-raciais.

E o Serviço Social deu a essas mulheres a oportunidade de conhecerem a base dessas desigualdades, o que culminou nelas o desejo de mudança e a participação de ações que pudesse combater as assimetrias relacionadas a gênero, raça e etnia.

Amaro (2019) salienta que os negros da profissão não devem se calar diante das desigualdades, portanto, devem discutir esse tema e propor pesquisas ou eventos para que o racismo não se torne presente no âmbito profissional.

Tecer resistências não é processo fácil, ao passo que se assenta na crítica, na maturidade, na identidade étnico-racial e na defesa intransigente dos valores, da cultura e da justiça social para as populações negras.

Silenciosamente, após as inúmeras exclusões sofridas, se retraíram a um canto solitário, se possível, invisível. A depressão, o pânico ou o simples desejo de isolamento social, estão presentes em algum momento, que pode ser pontual ou mais duradouro, da vida do indivíduo negro, independente de quem sejam (AMARO, 2019, p.70 e 71).

Ademais, o incomodo do profissional negro frente às questões étnico-raciais é de extrema importância para dar visibilidade a essas opressões, e a representatividade desses profissionais provoca justamente essa autodeterminação nos sujeitos de lutarem para sair da invisibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população negra há anos vem travando uma luta para conquistar seu espaço na sociedade, para sair da zona do esquecimento, obter visibilidade e alcançar a igualdade. Contudo, para que pudessem ser participantes da sociedade, tiveram que se fortalecer, empoderar-se, participar socialmente de diversas ações, para representar sua etnia e encorajá-los a se descobrirem enquanto sujeitos negros. Para que hoje, por exemplo, mulheres negras participassem da política no sentido de se elegerem e serem votadas, muitas batalhas foram enfrentadas em tempos remotos. Marielle Franco foi exemplo de representatividade na atualidade, apesar do seu triste assassinato, a sua participação na política se deu porque outras mulheres negras que ali passaram abriram caminho para que outras pudessem também ocupar esses espaços, assim foi ela, que após sua brilhante participação na política representou e motivou várias mulheres negras a também se inserirem na espera política.

Pensando nisso, a questão que norteou este trabalho foi buscar entender de que maneira as mulheres negras podem alcançar a representatividade dentro do Serviço Social e identificando como elas superaram e superam as desigualdades e opressões sociais que podem ser reproduzidas em seus locais de trabalho. Tendo como objetivo geral, analisar como a representatividade dessas mulheres negras no Serviço Social pode contribuir para ampliação das relações de gênero, étnico-raciais e de transformação social. O resultado desta pesquisa foi alcançado através das análises da história oral, livros, artigos, estudos e principalmente pela pesquisa de campo.

Pode-se concluir que não apenas as questões de gênero e raça exercem influência nessa situação de invisibilidade social como, dentro do próprio grupo, as características fenotípicas mais próximas do ideal eurocêntrico configuram-se como “vantagens” no que tange à representatividade e à valorização expressada pelo pensamento hegemônico. Nessa perspectiva, as entrevistadas escolhidas do ponto de vista econômico não representam a grande maioria das mulheres negras no Serviço Social, seja cursando ou já formadas, pois a vida financeira de sua família sempre as deram base para somente estudar e se aprimorar no estudo. Entretanto,

apesar da condição de classe dessas mulheres, a representatividade não se conquista somente pelo fato de terem ou não uma boa condição financeira, mas pela resistência e vontade de mudança.

Foi possível concluir que para as entrevistadas alcançarem a representatividade, elas passaram por diversas desigualdades durante a vida, tanto profissional quanto pessoal, desde o processo de serem assediadas no trabalho até o ponto de o usuário recusar atendimento devido a sua cor. Uma das entrevistadas tem em sua construção como sujeito o processo de militância dos pais, tal processo que foi até a motivação para escolher a profissão, portanto percebemos que o apoio da família, o suporte financeiro e o processo de participação política que já tinha começado a ser construído em suas vidas antes de cursar Serviço Social e com as qualidades desenvolvidas durante o curso, foram capazes de ocuparem os lugares que hoje estão.

Havia a hipótese de que a representatividade dessas três assistentes sociais negras tinha sido construída através de uma luta que envolvia a superação de preconceitos e desigualdades em relação à situação econômica, porém ao longo deste trabalho, percebeu-se que essas mulheres tiveram um suporte financeiro muito bom, ao ponto de não estarem em vulnerabilidade. Mas, infelizmente essa não é a realidade de todas as estudantes negras de Serviço Social, ou de qualquer outro curso. Não podemos afirmar que para se desenvolver a representatividade, a classe econômica é o principal determinante, pois não é. É justamente a falta de igualdade em todas as esferas da vida, que faz com que a população negra tenha o estímulo em buscar suprimir tal condição.

Às vezes a condição de classe acentuada à população negra, pode se tornar outro fator para opressões, como uma das entrevistadas salientou, que pela sua família ter uma condição financeira boa muitas das vezes proporcionou que as pessoas tivessem um pré-julgamento errado sobre ela.

A condição de classe para a população negra não é o maior determinante para que se inserirem na sociedade, e ser aceito em todas as camadas sociais, pois o racismo ainda é mais presente que qualquer condição econômica, a cor da pele tem um impacto muito maior em sua aceitação. Uma das entrevistadas relata que um usuário recusou seu atendimento, mas não pensando na sua condição econômica, mas sim na sua cor. Então, o racismo ainda é bastante presente e precisamos de debates como esse, para refletir que as relações de étnicos-raciais é

um tema mais que urgente e não pode ser deixado de lado, principalmente pelo Serviço Social, pois buscamos a defesa intransigente dos direitos, maior liberdade e igualdade entre todos, portanto mais do que nunca precisamos lutar por essa causa.

No decorrer da pesquisa, destacou-se que a profissão é marcada pela categoria do gênero feminino, o que de certa forma contribuiu para a construção histórica e social de uma profissão eminentemente feminina. Porque no berço da discussão de gênero, à mulher é destinada a noção de preocupação com o próximo e manutenção da casa e da família, e ao homem atribuído a noção de provedor, aquele que tinha que sair de casa em busca de trabalho e sustento da família. Portanto, como o trabalho a princípio, para a mulher era considerado como uma extensão dos afazeres do lar, assim as primeiras assistentes sociais eram vistas como aquelas que saíam de seus lares para cuidarem e ensinarem outras mulheres a cuidarem de suas famílias, dentro do viés conservador.

Com o processo de renovação do Serviço Social e quando o mesmo se insere na divisão social e técnica do trabalho, essa perspectiva modificou-se, pois a profissão começa a ser reconhecida como trabalho e não apenas como uma prática de caridade. Com uma reconceitualização nas bases teórica e metodológica, a profissão deixa de ser pautada pelos preceitos religiosos, passando a ser fundamentada na Teoria Marxista.

Porém, para as mulheres negras essa inserção no mercado de trabalho, ou a princípio na sociedade, foi um processo complexo e difuso. Porque só com a evolução do Feminismo que as mulheres integraram a categoria trabalho, e com o avanço do Movimento Negro que a mulher negra começa a ser reconhecida no mercado de trabalho. O processo pós-abolicionista que deu-se de forma conturbada para a população negra, onde a mesma não conseguiu aceitação pela sociedade, deixou resquícios na constituição do sujeito enquanto negro.

O racismo, preconceito, discriminação racial e desigualdades de gênero geram na população negra e principalmente nas mulheres, pois as mesmas sofrem uma dupla desigualdade, a noção de não pertencimento e merecedoras de determinados espaços, o que faz com que muitas não busquem expressar suas indignações e reflexões sobre as violações enfrentadas, o afastamento de um posicionamento crítico dessa realidade leva as pessoas que estão a sua volta naturalizar as questões étnico-raciais, o que não deve acontecer, pois as desigualdades só podem ser cerceadas se forem enfrentadas.

De acordo com o documento *Retrato das Desigualdades - Gênero e Raça S/A* (2009), as mulheres negras estão aglomeradas no "setor de serviços sociais (cerca de 34% da mão de obra feminina), grupo que abarca os serviços de cuidado em sentido amplo (educação, saúde, serviços sociais e domésticos)".

Dentro dessa lógica, a partir da análise, pode-se verificar que as mulheres negras sofreram e sofrem preconceitos em seus espaços de trabalho, porém a profissão é importante para responder essas questões, pois com ela temos a compreensão da base dessas desigualdades.

Mas ainda fica uma questão, se hoje há poucas mulheres negras assistentes sociais alcançando e fazendo sucesso dentro do serviço social, isso se dá também pela tardia inserção do negro na sociedade, o Brasil já é um país atrasado em seu desenvolvimento, a população negra vem bem atrás, mas graças aos movimentos sociais, principalmente o feminino, o movimento negro, o feminismo negro, a mulher negra passou a lutar para construir sua própria história, mas essa construção não se deu por acaso ou sem querer, foi por muito querer inclusive.

Além das guerreiras que as motivaram, do apoio da família, a noção de querer justiça e mudança veio através da descoberta de poderes que tinham. Djamila (2017) enfatiza que todos temos o poder de falar, e não é só a fala propriamente dita, é um conjunto de ações que consegue provocar a massa. Quando você passa a ter noção da realidade e a condição de subalternidade que vivencia, isso te instiga a mudar, não só por você, mas pela sua ancestralidade que tempos atrás passou por diversas e duras repressões, pelo meio que você convive que sente na pele os reflexos da desigualdade e a não inserção do negro na sociedade, e pelo futuro de seu grupo étnico, para que a mesmo não seja extinto pela falsa democracia racial que nos é imposta e pelas camufladas e impactantes opressões raciais vivenciadas no presente.

A partir das entrevistas, pode-se concluir que esse conjunto de habilidades e competências para desenvolver a representatividade, elas galgaram através da sua trajetória de vida, visto que ainda tem um longo caminho pela frente, mas até aqui tornaram-se sinônimos de destaque através da sua escolha profissional e são sinônimos de luta e enfrentamento a todos os tipos de discriminação que a mulher negra perpassa na sociedade brasileira, onde o sexismo, patriarcado, machismo e misoginia são manifestações recorrentes.

Para enfrentarem todas as condições adversas que a sociedade lhes impôs e os preconceitos vividos dentro da profissão e mesmo assim se tornarem protagonista quanto ao seu grupo étnico dentro do Serviço Social, precisaram se identificar enquanto mulheres negras, se fortalecerem para lutar contra as assimetrias e buscarem maneiras de evoluir teoricamente dentro da profissão. Pois, durante a graduação tiveram sim um excelente suporte financeiro que lhes proporcionavam subsídios para somente se dedicarem aos estudos, mas para cursarem suas especializações, mestrado e doutorado tiveram e estão tendo que trabalhar duro para essa evolução.

Nessa lógica, terem mulheres negras em uma posição de destaque dentro da nossa profissão é importante para dar voz a todas as outras e buscarem estratégias para que os seus direitos sejam efetivados. Propondo dentro do próprio Serviço Social ações que chamem atenção para essa discussão. Como foi o caso da campanha realizada pelo CFESS (2017-2020) *Assistentes Sociais no Combate ao Racismo* e como o livro escrito por Sarita Amaro *A negritude no Serviço Social: identidade e percurso sócio-profissional do(as) assistentes sociais negro(as) no Brasil* (2019), que são obras pensadas e idealizadas por assistentes sociais negro(as), que buscam compreender a complexibilidade que o racismo pode ocasionar a população negra, tanto usuários quanto os próprios assistentes sociais negros, nesse difícil contexto político que estamos passando, onde os direitos sociais estão sendo extintos e a cultura do ódio e de respeito aos grupos minoritários está sendo cada vez mais propagada.

É preciso, então, que o Estado se atente a população negra, criando estratégias para possibilitarem melhores condições de vida em sociedade, principalmente para a mulher negra. Logo, é necessário que o profissional se aprofunde de conhecimentos sobre essa realidade para ter capacidade de direcionar, orientar e instruir tanto usuárias, quanto colegas de trabalho e alunas negras que essa luta pela visibilidade da mulher negra não pode parar, e que se elas almejem, devem se fortalecer para buscarem recursos necessários a fim de mudanças.

Conclui-se que este trabalho acreditando na complexidade do tema e do potencial de análise que ele nos provoca, sem objeção que muito mais precisa ser debatido. Nosso objetivo, portanto, não foi dissipar a temática, mas edificar bases para que esse assunto não perca sua essência e seja ainda mais explorado,

provocando direções de análises e discussão a respeito. Além disso, esse assunto nos permitiu pensar o quanto a representatividade negra dentro do Serviço Social pode ser importante para criar possibilidades de visibilidade a mulher negra na sociedade brasileira e romper as barreiras do racismo.

Vastas variações ainda podem ser exploradas nessa temática e cremos que muitos pontos relevantes foram levantados por meio deste trabalho a fim de contribuir para a compreensão da representatividade negra dentro da profissão e como devemos nos posicionar para que para o debate da relações de gênero e étnicos raciais não percam sua essência dentro da profissão e para que as assistentes sociais alcancem seu caráter participativo nos seus espaços sócio-ocupacionais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Debora Rezende de. Representação como processo: relação Estado/sociedade na teoria política contemporânea. In **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v.22, n.50, p.175-199, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v22n50/11.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina da Silva. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. In: IV SEMINÁRIO CETROS: Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social. 2013, Fortaleza, CE. **Anais eletrônicos**. Fortaleza, CE: Universidade Estadual do Ceará, 2013. Disponível em: <http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17225-08072013-161937.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

AMARO, Sarita. **A negritude no Serviço Social: identidade e percurso sócio-profissional do(as) assistentes sociais negros(as) no Brasil**. 1.ed. Curitiba: Editora Nova Práxis, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 3 .ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2016.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política I**. 11.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. vol.1.

BOLZAN, Débora de Paula. Serviço Social e Gênero: a marca histórica de uma profissão feminizada. In **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia, v.28, n.1, p. 311-334, 2015. Disponível em: <[file:///C:/Users/Dell/Downloads/26950-Texto%20do%20artigo-128038-1-10-20150930%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Dell/Downloads/26950-Texto%20do%20artigo-128038-1-10-20150930%20(2).pdf)>. Acesso em: 28 set. 2019.

CARLOTO, Cássia Maria. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. In: **Serviço Social em Revista**. Londrina, v.3, n.2, p.201-213, 2001. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n2v3.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

CARVALHO, Raul de; IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Assistentes Sociais no combate ao racismo**. Disponível em: <<http://servicosocialcontraracismo.com.br/>>. Acesso em: 25 set. 2019.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Assistentes Sociais no combate ao preconceito**. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2019.

Conselho Regional de Serviço Social (CRESS)/11ª Região. **25 de julho dia nacional de Tereza de Benguela e da mulher negra**. Disponível em: <<http://www.cresspr.org.br/site/wp-content/uploads/2017/08/Cress-em-Movimento-Mulher-Negra.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2019.

CINTRA, Soraia Veloso; EVA, Wiliany Soares. A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma reflexão sobre raça e gênero. In IV SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2016, Belo Horizonte, MG. **Anais eletrônicos**. Belo Horizonte, MG: CRESS Minas Gerais. Disponível em: <<https://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/ca/ca0d78d1-2dad-49e2-8f5f-81e097144adc.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2019.

CHAVES, Maria Carmen; MEDEIROS, Thais Karolina Ferreira de. Representatividade Feminina na Política Brasileira: a evolução dos direitos femininos. In **Cadernos de Graduação**. Facipe, v.3, n.2, p. 99-120, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/facipehumanas/article/view/5143/2537>>. Acesso em: 21 ago. 2019.

CRAVEIRO, Adriéli Volpato; MACHADO, Jéssica Gomes do Vale Cabrerisso. A predominância do sexo feminino na profissão: uma discussão em torno desta questão. In II SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS SOCIAIS, 2011, Londrina, PR. **Anais eletrônicos**. Londrina, PR: Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/jessica.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2019.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. 2.ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. In **Serviço Social e Sociedade**. Londrina, v.12, n.23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2019.

EURICO, Márcia Campos. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. In **Serviço Social e Sociedade**. Londrina, n.133, p. 515-529, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n133/0101-6628-sssoc-133-0515.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

FARIAS, Jordão. A (falta) de representatividade negra: usos, sentidos e efeitos na sociedade brasileira. In **Medium**. 12, jun, 2018. Disponível em: <<https://medium.com/@fariasjordao/a-falta-de-representatividade-negra-usos-sentidos-e-efeitos-na-sociedade-brasileira-16f89770927b>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v.37, n.132, p.595-609, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Conheça a população: Cor e Raça (EDUCA)**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>>. Acesso em: 13 out. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População: quantidades de homens e mulheres (EDUCA)**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>>. Acesso em: 12 out. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 30 out. 2019.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. **Retrato das Desigualdades - Gênero e Raça S/A 2009**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_populacao.html>. Acesso em: 28 out. 2019.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais do Sexo. In Hirata *et al.* **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. In **Revista Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.18, n.4, p.733-743, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n4/16.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2019.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Os Pensadores: Raça e História**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1985.

MARX, KAL. **O Capital**. 7 .ed. Rio de Janeiro: Editora Livros Técnicos e Científicos, 2012.

MIOTO, Regina Celia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. In **Revista katál**. Florianópolis, v.16, p. 61-71, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v16nspe/05.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In MINAYO (org). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

MARINGONI, Gilberto O destino do negro após abolição. In **Revista Desafios do Desenvolvimento**. Brasília, v.8, n.70, p. 34-42, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23>. Acesso em: 28 out. 2019.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, história e poder. In **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v.18, n.36, p. 15-23, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017.

SAFFIOTI, Heleith I. B. **O poder do Macho**. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SOUZA, Vanessa Bezerra. Gênero, Marxismo e Serviço Social. In **Temporalis**. Brasília, v.14, n.27, p. 13-31, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7429>>. Acesso em: 17 out. 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In **Caderno Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, 1993. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

VELOSO, Renato. **Relações de Gênero: notas** introdutórias. In **Revista Enfoques**. Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.1-13, 2003. Disponível em: <<http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/ojs/index.php/enfoques/article/view/16/10>>. Acesso em: 16 mai. 2019.

VEDOVATO, Marina Milhassi; VITALLE, Maria Sylvia de Souza. Gênero, raça e classe social: os desafios do feminismo no Brasil e o processo de resistência no enfrentamento da violência contra as mulheres. In V CONGRESSO INTERNACIONAL EM ESTUDOS CULTURAIS, 2016, Aveiro, Portugal. **Anais eletrônicos**. Aveiro, Portugal: Faculdade de Aveiro, 2016. Disponível em: <<http://estudosculturais.com/congressos/vcongresso/wp-content/uploads/2016/09/g%C3%AAAnero-ra%C3%A7a-e-classe-social-os-desafios-do-feminismo-no-brasil-e-o-processo-.pdf>> . Acesso em: 20 jun. 2019.

VIANA, Nildo. Raça e Etnia. In Viana *et al.* **Capitalismo e Questão Racial**. Rio de Janeiro: Editora Corifeu, 2007.